

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Michele Silva Joaquim

**Onde estão os negros? Trabalhadores da Companhia
Antarctica Paulista entre 1920 e 1930**

Mestrado em História Social

São Paulo
2023

Michele Silva Joaquim

**Onde estão os negros? Trabalhadores da Companhia
Antarctica Paulista entre 1920 e 1930**

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de
MESTRE em História Social, sob a
orientação do prof. Dr. Luiz Antonio Dias.

São Paulo

2023

Banca Examinadora

.....

.....

.....

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001-nº: 88887.621585/2021-00.

AGRADECIMENTOS

Foram tantos anos de luta, perseverança, encontros e desencontros, perdas, vitórias, até a conclusão dessa dissertação, que faltam palavras para agradecer a todas as pessoas que fizeram essa etapa primordial da minha vida ser possível.

Primeiramente à minha mãe Sonia, que infelizmente não está mais entre nós para ver que eu consegui realizar meu sonho, agradeço pela luta de uma vida para criar sozinha a pessoa que sou, sua força faz parte de mim, carregarei para sempre o seu espírito guerreiro. Ao meu tio Cláudio, meu mecenas, sem seu apoio em todas as etapas da minha vida nada disso seria possível. Obrigada aos dois pelo apoio que sempre deram aos meus estudos.

Ao meu professor orientador Luiz Antonio Dias, obrigada por me escolher e me acolher, o meu crescimento acadêmico é fruto da sua orientação, serei eternamente grata por apostar nessa ideia e fazê-la possível. Escolher alguém sem conhecer não é fácil, obrigada pela confiança.

Aos professores da banca examinadora: Vera Lúcia Vieira sua história me inspira, sua dedicação e os apontamentos detalhados me ajudaram a voltar de vez para o mundo da história do trabalho; professor Álvaro Nascimento, fundamental desde o início da escrita do projeto sem nem ao menos me conhecer, tornou-se uma das minhas maiores referências nessa escrita, espero contribuir com este trabalho para diminuir o paradigma da ausência.

À equipe do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós da UFPR (Universidade Federal do Paraná) turma de 2020, fundamental para que eu conseguisse escrever o projeto e ser aprovada.

Às minhas amigas que cansaram de ouvir que eu queria fazer mestrado, que acompanharam essa caminhada das mais variadas formas, riram, choraram, leram, deram suas opiniões e me fortaleceram até o fim: Cristina, Camila, Andréa, Carol, Andreia, Vanessa, vocês são fundamentais. Minha vida é cheia de Marianas, não poderia deixar de agradecer a leitura atenta e correções feitas pela Mariana Popperl. Agradeço também a amiga e revisora Thaty Mariana. *In* memória: Mariana Aguilera minha amiga que tão cedo partiu, sua luz brilha e clareia meus pensamentos sempre.

Ao meu namorado Wellington por entender essa etapa da minha vida e me dar o carinho necessário para enfrentar essa batalha, me apresentar bibliografia do mundo negro e também contribuir com sua leitura.

Aos amigos feitos nesse retorno à PUC-SP, pelas trocas de ideias, angústias, aspirações, leituras, apontamentos, risadas e carinho, em especial aos manos pretos Sidney e Rubens, com vocês a hashtag: #pretosnomestrado se fez visível, que os nossos possam adentrar esse espaço e fazer acontecer como nós fizemos. Não podia deixar de mencionar a Roberta Silva que durante suas pesquisas teve a delicadeza de apresentar suas fontes e textos sobre futebol.

Agradeço a Camila Hagio, por me atender no Centro de Memória da Escola Técnica Getúlio Vargas, muito atenciosa e solícita, apresentou-me uma documentação fundamental para a construção desse estudo.

Agradeço a equipe do educativo do Museu das Favelas, em especial ao bibliotecário Bruno Almeida. Fui muito bem atendida e escrevi as últimas ideias dessa pesquisa naquele espaço chamado CRIA (Centro de Referência, Pesquisa e Biblioteca), onde literalmente pude criar.

Aos professores da PUC-SP pelo aprendizado. Grande time, sou feliz demais nessa universidade.

Aos deuses que me guiam, me fortalecem e nunca me deixaram desistir.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, a minha gratidão.

A memória é uma ilha de edição.
Waly Salomão.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo o estudo da presença dos negros na indústria paulistana entre 1920 e 1930, por meio da análise das fichas de contratação de funcionários da Companhia Antarctica Paulista no período mencionado. Através de pesquisas documentais e bibliográficas, buscamos diminuir a lacuna existente na historiografia que demonstre a presença dos negros na indústria paulistana pós-abolição. Por se tratar de pesquisa em fonte primária, contribuiremos para estudos sobre a difusão dessas fontes, afinal as ausências de pesquisas se dão em grande parte pela falta de acesso aos documentos. Utilizando metodologia da História Serial, que faz uma análise social através da série constituída, sendo ela o recorte e a essência do objeto de pesquisa. Uma ficha com 15 campos de preenchimento nos trouxe a possibilidade de análise de quem eram esses empregados negros da Companhia Antarctica Paulista: nomes, idade, salário, moradia, questões familiares e de migração. O âmbito educacional, do lazer e sociabilidades também foram abordados. A pequena ficha que antes era para comprovar a existência negra no meio urbano-fabril se mostrou muito mais rica e nos trouxe indícios dessa população que ainda carece de estudos sobre sua inserção na cidade de São Paulo entre 1920 e 1930.

Palavras-chave: Negros; Trabalhadores; Companhia Antarctica Paulista.

ABSTRACT

The present research aims to study the presence of black people in the factories of São Paulo city between 1920 and 1930, through the analysis of employee hiring records of the Companhia Antarctica Paulista during the mentioned period. Through documentary and bibliographical research, we seek to reduce the gap in historiography that demonstrates the presence of blacks in the factories of São Paulo city post-abolition. As it is a primary source research, it will contribute to studies on the diffusion of these sources, as the lack of research is largely due to lack of access to the documents. Using the Serial History methodology, which makes a social analysis through the constituted series, being it the cut and essence of the research object. A card with 15 fields of filling brought us the possibility of analyzing who these black employees of the Companhia Antarctica Paulista were: names, age, salary, housing, family and migration issues. Education, leisure and sociabilities were also addressed. The small card that was previously used to prove the existence of black people in the urban-factory environment proved to be much richer and showed us indications of this population that still lacks studies on its insertion in the city of São Paulo between 1920 and 1930.

Keywords: Black people; Workers; Companhia Antarctica Paulista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Onde estão os negros?.....	18
Figura 2 - Ficha de Fausto de Oliveira.....	37
Figura 3 - Reprodução do Jornal do Commercio de 1836	45
Figura 4 - Ficha de Ernesto Borges	49
Figura 5 - Parque Antarctica.....	54
Figura 6 - Placa Vila Operária da Antarctica.....	62
Figura 7 - Ficha de Benedicto Ignácio dos Santos, contratado com 25 anos.....	67
Figura 8 - Funcionários negros da CAP: Benedicto José Pedro, Oscar Domingos Ferreira, Benedicto Francisco Fortunato, Napoleão da Silva, Emílio Alves, Edgar da Silva.....	69
Figura 9 - Ficha de Alayde Queiroz.....	72
Figura 10 - Ficha de Joaquim Custodio, contratado no dia de seu aniversário de 14 anos.....	76
Figura 11 - Ficha de Antonio Cravo de Castro.....	77
Figura 12 – Fichas de Ovidio Venancio e Albano Francisco.....	82
Figura 13 - Funcionários Cornelio Bento Felipe, Luiz Bento, José Pedro e Sebastião Pedro.....	86
Figura 14 – <i>Google maps</i> região da Mooca.....	90
Figura 15 – <i>Google maps</i> da distância entre estação Mooca e Rua João Antônio de Oliveira.....	91
Figura 16 - Trecho do jornal Clarim da Alvorada.....	92
Figura 17 - Trecho do jornal Clarim da Alvorada, segunda parte.....	92
Figura 18 - Trecho de CRISE de Habitação.....	93
Figura 19 - Fichas de Emilio Alves e Ernesto Carnaval.....	99
Figura 20 - Ficha de João Chrispim, único negro “escriptorario”.....	101
Figura 21 - Trecho do jornal Clarim da Alvorada, terceira parte.....	104
Figura 22 - Ficha de Antonio Joaquim, não alfabetizado.....	107
Figura 23 - Ficha de Aristides Franco.....	111
Figura 24 - Páginas do Livro de matrículas da Escola Profissional Masculina.....	112
Figura 25 - Jogadores do Antarctica Futebol Clube.....	117
Figura 26 – Trecho do Jornal Diário Nacional, 10/05/1928.....	120

Figura 27 – Trecho do Jornal Correio Paulistano, Edição 23759.....	121
Figura 28 - Ficha de Benedicto de Souza, antigo militante do Antarctica F.C.	122
Figura 29 -Trecho do Jornal A Gazeta, Edição 05886.....	123
Figura 30 - Ficha de Ozorio Romano.....	126
Figura 31 - Trecho do Discurso de Ozorio Romano no Jornal A Noite.....	127
Figura 32 - Álbum de fotografias em homenagem a Osorio Romano.....	129

MAPAS

Mapa 1 – Avanço da urbanização em São Paulo entre 1882 e 1914.....	51
Mapa 2 – Avanço da urbanização em São Paulo entre 1915 e 1929.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Nomes, data de admissão, data de nascimento.....	73
Tabela 2 - Nomes, local de nascimento, filiação e endereço dos funcionários.....	79
Tabela 3 - Migrados de Amparo.....	85
Tabela 4 - Relação de endereços.....	89
Tabela 5 - Relação cargo x salários.....	95
Tabela 6 - Comparação salarial.....	100
Tabela 7 - Relação de alfabetizados ou não.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAP – COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA

FAHZ – FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENNER

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - OS NEGROS EM SÃO PAULO, INDUSTRIALIZAÇÃO E TRABALHO.....	28
1.1 LEIS E CIDADANIA PARA OS NEGROS	28
1.2 OS NEGROS NA METRÓPOLE.....	38
1.3 COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA: INDÚSTRIA E URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO	44
CAPÍTULO 2 - FUNCIONÁRIOS NEGROS DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA.....	66
2.1 ROSTOS, NOMES E IDADE DOS FUNCIONÁRIOS NEGROS.....	67
2.2 MIGRAÇÃO, RELAÇÕES FAMILIARES E MORADIA.....	79
2.3 PROFISSÃO, SALÁRIO E CUSTO DE VIDA.....	94
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO, FUTEBOL E SOCIABILIDADES.....	106
3.1 ARISTIDES FRANCO: A EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	106
3.2 BENEDICTO DE SOUZA: OPERÁRIO E MILITANTE DO ANTARCTICA FUTEBOL CLUBE.....	115
3.3 OZORIO ROMANO: SOCIABILIDADE E ASSOCIATIVISMO	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
FONTES.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
ANEXO I.....	157

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo o estudo da presença dos negros na indústria cervejeira paulistana entre os anos 1920 e 1930, por meio da análise da série: fichas de contratação de funcionários da Companhia Antarctica Paulista, em sua matriz no bairro da Mooca em São Paulo no período mencionado. A documentação é custodiada pela Fundação Zerrenner.

Uma indústria de capital alemão irá absorver esses trabalhadores ou fará parte do processo de imigração dos europeus para São Paulo? Ao longo dessa pesquisa apontamos que é importante compreender o momento do nascimento da Companhia Antarctica Paulista, indústria criada oficialmente pós-implantação da lei que abole oficialmente a escravidão no Brasil. Como se dá a inserção da mão de obra dos negros e das negras?

Nossa principal fonte de análise são as fichas de contratação de funcionários da Companhia Antarctica Paulista, que nascerá oficialmente no bairro da Água Branca em 1891 e se transfere definitivamente para a Mooca em 1920. Por isso analisaremos São Paulo, *lócus* da empresa pesquisada.

Por ocasião do evento *Technology, Entertainment and Design* (TED), a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em 2009 proferiu um discurso, posteriormente disponibilizado em vídeo no YouTube, que nos alerta para o que chama de “o perigo da história única”. Sua reflexão chega ao me deparar com estudos sobre classe operária, indústria em São Paulo, mas contada apenas pelo viés do branco imigrante.

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. [...] As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2009, *online*).

Todas as histórias são importantes, isso é inegável, sendo assim, pretendemos trazer para o debate historiográfico a presença do negro na indústria paulistana entre os anos 1920 e 1930, história que precisa de visibilidade e reparação.

A trajetória dessa pesquisa é longa. Atuando em arquivos desde o início da graduação em História tive o prazer de ter contato com fontes documentais que a maioria das pessoas nunca viram, sempre buscando os rastros dos que me

antecederam. Como negra, me interessa saber a história do meu povo por outro viés que não seja apenas pela tragédia da escravidão.

Diferente de Carlo Ginzburg em “O Queijo e Os Vermes” (1976), pesquisa que surgiu ao acaso após sua visita ao Arquivo da Cúria Episcopal da cidade italiana de Udine em 1962, minha pesquisa não surgiu ao acaso, é fruto do trabalho realizado como historiadora, documentalista e pesquisadora durante 15 anos nos mais diferentes arquivos na cidade de São Paulo, realizando as atividades cotidianas da profissão e atenta aos documentos sobre a população negra nesta cidade.

Durante a especialização em História, Sociedade e Cultura na PUC-SP, trabalhava como documentalista no Núcleo de Pesquisa da Fundação de Energia e Saneamento de São Paulo, realizando um trabalho de conservação de fichas de contratação de funcionários da antiga *Light* São Paulo. Percebi a presença de funcionários negros, como nunca tinha ouvido falar disso? Por que estas fontes documentais estavam em caixas de papelão, sem acesso? Queria fazer algo para trazer à tona esses trabalhadores, não consegui, mas sempre esteve no meu radar que os trabalhadores negros estavam na indústria na década de 1920.

Muitos percalços no caminho até aqui. Saí da instituição, o acervo foi para outra cidade, não tive mais contato. Quando tive contato com acervo semelhante, busquei o contato da minha antiga orientadora da especialização e ela havia falecido meses antes – aqui minha manifestação de gratidão em memória da professora Livia Cotrim quem me incentivou e me fez acreditar na pesquisa que agora estou realizando, uma década depois.

A atuação direta na preservação de fontes documentais escritas ao longo desses anos me fez querer difundi-las, trazer para o debate fontes pouco pesquisadas, afinal trabalhar com acervos de empresas privadas é um desafio para conseguir acesso e cabe ao historiador essa busca. Um trabalho árduo, porém, gratificante. De acordo com Bacellar (2005), sabemos que as lacunas historiográficas se dão em alguma medida pela falta de acesso aos documentos.

A ausência cerne do problema levantado é apontada por Álvaro Pereira Nascimento (2016) no artigo “Trabalhadores Negros e o ‘Paradigma da Ausência’: Contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. É através dessa pesquisa que traremos para o debate um sujeito histórico que foi apagado das análises quando se fala do trabalhador e trabalhadora pós-abolição da escravatura. O artigo de Álvaro Nascimento (2016) parte de sua inquietação sobre a historiografia que investiga

trabalhadores pobres e o movimento operário na primeira República, mas que deixa de lado a cor dos indivíduos em suas pesquisas. Dividido em duas partes, na primeira o autor trata do trabalho escravo e do trabalho livre, e na segunda aponta para os problemas derivados do paradigma da ausência e as possibilidades de novas pesquisas.

A indisponibilidade de fontes para pesquisa é apontada por Álvaro Nascimento (2016), como um fator para o hiato existente na historiografia sobre o trabalhador negro, de acordo com o autor dados de registros de contratação dos trabalhadores das empresas, licenças, regulamentos de funcionamento, biografias dos seus proprietários, homenagens recebidas, entrevistas com descendentes de escravizados e trabalhadores diversos são possibilidades de investigação. Ainda de acordo com Álvaro, fábricas empregaram gerações inteiras de famílias e podem ser analisadas, mostrando as condições materiais de existência durante toda a República.

Após 1888, com a promulgação da lei “Áurea”, ex-escravizados estavam nas ruas, casebres, cortiços, no comércio informal, nas redes de serviço, nos empregos públicos subalternos e nas fábricas, porém foram excluídos destas por uma historiografia que associou a história do trabalho no Brasil e do movimento operário aos imigrantes italianos e anarquistas espanhóis, segundo Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2011).

A historiografia da classe operária em São Paulo é focada na presença dos imigrantes, principalmente italianos. Alguns estudos falam apenas da massa de trabalhadores nacionais, mas essa massa possui cor, gênero, dados que pouco aparecem nas pesquisas sobre os trabalhadores pós-abolição da escravatura (CRUZ, 1991; BARBOSA, 2008). Historiadores sobre a temática da escravidão e do movimento operário têm deixado de lado esse tema, criando uma lacuna nas pesquisas sobre o destino de parte significativa da população.

Com este panorama apresentado, alguns questionamentos vêm à tona. Onde estão os negros na história pós-abolição da escravatura em São Paulo? Qual o destino de parte da população que saiu das fazendas e foi para as cidades? Foram todos relegados à marginalidade e à informalidade? Quais fontes podemos utilizar para buscar respostas a estas indagações? Como forma de responder parcialmente a estes problemas, o objetivo desta pesquisa é analisar a documentação dos trabalhadores da indústria cervejeira Companhia Antarctica Paulista na cidade de

São Paulo, entre os anos 1920 e 1930, focando na presença dos negros nesse período da história. Importante frisar o local, pois a empresa teve sua primeira filial na cidade de Ribeirão Preto em 1911, que não será analisada nessa pesquisa.

Onde estão os negros? A intervenção da #Frente3DeFevereiro¹ feita em 2017 faz referência ao episódio em que o coletivo abriu durante um jogo enormes bandeiras com as frases: “Onde estão os negros?”, “Brasil Negro Salve” e “Zumbi somos nós” (ALVES, 2018). O ato foi em resposta ao caso de racismo sofrido pelo jogador Grafite, do São Paulo Futebol Clube, em 2005. A bandeira propõe a reflexão em um espaço que a princípio se apresenta como democrático, mas que tem traços profundos de injustiça social, que é o futebol. Essa intervenção ocupou outros espaços na cidade de São Paulo, como o Sesc, fazendo com que refletíssemos sobre a presença dos negros em todos os locais que circulamos. Daqui advém a pergunta no título: onde estão os negros? Naquele momento em 2017, me perguntei onde os meus estavam: por que não estamos em todos os lugares, ou estamos mas não somos vistos?

Figura 1 - Onde estão os negros?



Fonte: Da autora, Sesc Belenzinho, 2017.

¹Grupo transdisciplinar de pesquisa e ação direta acerca do racismo na sociedade brasileira. Desde 2004 trabalha com artes visuais, teatro, poesia, audiovisual, aulas, debates e formas expressivas que buscam investigar o racismo no Brasil. Suas ações diretas criam abordagens sobre as questões raciais. Disponível em: <https://ims.com.br/convida/coletivo-frente-3-de-fevereiro/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

A população brasileira é composta por 56,10% de negros de acordo com convenção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a população negra é a somatória dos autodeclarados pretos e pardos, em 2021 tivemos a autodeclaração de 47% de pardos e 9,1% de pretos. Mesmo com essa porcentagem, qual o espaço que essa população ocupa no país? E se não está presente, ela não foi deixada participar ou foi apagada da história?

Compreendemos, por conseguinte, que analisar a documentação dos trabalhadores da indústria cervejeira Companhia Antarctica Paulista na cidade de São Paulo traz para o debate um sujeito histórico que foi apagado das análises quando se fala do trabalhador pós-abolição da escravatura, que é o trabalhador urbano-industrial negro. As fichas dos trabalhadores da indústria cervejeira são fontes ricas de informação e a análise de seus diversos dados pode contribuir para o entendimento da presença do trabalhador negro no meio urbano e fabril paulistano no início do século XX. Ao examinarmos as fichas de contratação poderemos verificar a proporção desse contingente de funcionários, se havia diferença salarial para os mesmos cargos entre brancos e negros, quais os cargos eram exercidos pelos negros, e ainda a possibilidade da verificação da atuação de mulheres negras nesse espaço.

Essas fichas de contratação, como qualquer outro documento administrativo, não nasceram com a alcunha de documento histórico, a transformação do “arquivístico” é ponto de partida e a condição de uma história nova (Certeau, 1982). O decreto presidencial de 07 de abril de 2006² declarou de interesse público e social o acervo documental da Companhia Antarctica Paulista produzido entre 1891 e 1999, trazendo para o debate o alcance da lei de arquivos de 1991 ao tratar de arquivos privados de interesse público, questão muito bem analisada por Talita dos Santos Molina (2018), e que ainda merece novas discussões, afinal o acesso é fundamental para novas pesquisas.

Para a construção da presente pesquisa, temos como base a dissertação de Marcelo Freitas Soares de Moraes Cruz (2014), sobre o mercado de trabalho e a classe trabalhadora nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em 1920. Nela o autor aponta a diferença entre a composição da classe trabalhadora em São Paulo, constituída predominantemente por imigrantes italianos, e do Rio de Janeiro, com a

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/Dnn10812.htm. Acesso em: 10 nov. 2022

presença de até 30% da mão de obra negra. Essa visão da maioria italiana na indústria paulista é contestada com a análise da documentação dos trabalhadores da Companhia Antarctica Paulista entre 1920 e 1930, até então pouco explorada. Com essa pesquisa podemos revelar dados sobre a composição dos trabalhadores na cidade de São Paulo, rebatendo a afirmação de que os negros foram sistematicamente excluídos do mercado de trabalho paulistano.

Mostrando um panorama dos trabalhadores que atuam nos serviços essenciais para a cidade de São Paulo, como transporte, energia, gás, Heloisa de Faria Cruz (1991) demonstra os aparatos de dominação de grandes empresas como a Light e o Estado, e os processos de resistência dos trabalhadores e imprensa, através de greves e textos publicados em jornais. O que chama a atenção é a falta de caracterização dessa massa de trabalhadores em serviços, como a autora denomina. Não há menção se são nacionais, imigrantes, brancos, negros, homens e/ou mulheres. Todos são chamados por suas profissões: carroceiros, motorneiros, gasistas, choferes, como se houvesse uma unidade, mas sabemos que a classe trabalhadora é heterogênea e sofreu processos distintos na luta contra a dominação empresarial e estatal.

Saber a composição étnica, de gênero, nacionalidade dos trabalhadores na cidade contribui para o entendimento dessa classe, além de mostrar o que se passou com os negros pós abolição da escravidão: será que não foram agregados nesse contingente de trabalhadores em serviços pela cidade? Sem esses levantamentos no texto não temos como saber, temos uma massa de trabalhadores sem rosto, identidade, apenas com suas profissões. Essa generalização pode ser fruto da falta do campo raça/cor/etnia na documentação pesquisada - essas informações só serão obrigatórias após 1930. Nossa fonte possui fotografias, visualmente identificamos os negros.

Ao analisar o mercado de trabalho, Alexandre de Freitas Babosa (2008) também nos informa sobre os grupos sociais que contribuíram para sua formação. O autor insiste na concepção da massa dos trabalhadores nacionais, com algumas afirmações de que o ex-escravizado era descartado desse mercado de trabalho nascente, criando ocupações como carregadores, limpadores de quintal e engraxates, como nos mostra Georg Reid Andrews (1988). O uso da documentação dos trabalhadores da Cia. Antarctica revela que os negros estavam inseridos nessa

dinâmica do mercado de trabalho na cidade de São Paulo, atuando em uma indústria em cargos variados, assalariados.

Diversos trabalhos de sociólogos e historiadores que deixaram de analisar o trabalhador negro, caindo sempre na dicotomia entre trabalho escravo e trabalho livre, são apontados por Silvia Hunold Lara (1988), em “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”. A substituição da mão de obra dos negros escravizados pela dos imigrantes italianos no caso de São Paulo mostra que alguns autores passaram a abordar esse sujeito histórico, indicando que é possível, com novas análises e novos documentos, trazendo para o debate a ação dos negros no mercado de trabalho brasileiro. Com isto é possível também mostrar que não era apenas uma massa de trabalhadores nacionais que atuava, é preciso mostrar quem eram esses homens e mulheres que trabalhavam na cidade. A partir desse artigo percebemos que a pesquisa em novas fontes é importante para ampliarmos os estudos sobre o trabalhador no início do século XX no Brasil e em São Paulo.

A historiografia sobre a presença operária continuou [nos anos 1980] a operar com um antigo silêncio: o novo sujeito que ganhou as páginas dos estudos históricos foi sempre pensado como um ser branco, quase sempre falando uma língua estrangeira. Os negros, egressos do mundo escravista, continuaram ausentes (LARA, 1998, p. 32)

Com uma vasta pesquisa documental George Reid Andrews (1988) levanta um ponto sobre as políticas de Estado que beneficiaram os imigrantes, impedindo os negros de disputarem em termos de igualdade os melhores lugares do mercado, primeiro nas fazendas e, posteriormente, nas cidades. Segundo o autor, nas cidades a economia urbana cria mecanismos de barrar o trabalho dos negros nas fábricas, artesãos desaparecem, e as oportunidades de trabalho se restringem ao serviço doméstico e ao setor informal. O estudo com a documentação de empregados da indústria em São Paulo é necessário para vermos que essa mão de obra negra foi em parte absorvida, e que existe a presença desse trabalhador, a qual poderá ser analisada através da pesquisa proposta.

Ao analisarem autores que estudam o movimento operário, e sugerindo elementos para uma explicação da consciência da classe operária e da prática política desenvolvida ao longo do tempo, Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro (1985) no artigo “Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle” relatam que pouco ou nada se comenta sobre a presença negra. Apresenta-se a diversidade na composição dessa classe operária, que foi vista

como um problema por não haver unidade nas pautas de luta, ponto que pode ser também melhor investigado a partir das análises e resultados encontrados nesta pesquisa.

Mesmo com o crescente número de pesquisas sobre os trabalhadores na Primeira República, ainda é pouco conhecido como os negros ex-escravizados e seus descendentes foram incorporados no mercado de trabalho urbano, apontam Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina de Novaes Marques (2001). A fim de preencher essa lacuna historiográfica, as autoras analisam as oportunidades de trabalho e remuneração dos trabalhadores brancos e negros da Companhia Cervejaria Brahma, utilizando a ficha de contratação dos trabalhadores, que contém dados como data de admissão, data de nascimento, filiação, estado civil, cargo e salário.

É relevante notar que a Companhia Antárctica Paulista (1891) e a Companhia Cervejaria Brahma (1888) são fundadas com poucos anos de diferença, e foram concorrentes até 1999 quando ocorre a fusão e nasce a atual Ambev. Há similaridades na documentação dos funcionários ingressantes, no momento histórico em que são fundadas. Sendo assim, as fichas dos trabalhadores da indústria cervejeira é fonte rica de informação e a análise de seus dados contribuirá para o entendimento do trabalhador negro no meio urbano.

Todos os historiadores da classe operária precisam se perguntar qual trabalhador se está pesquisando, sua origem, sua profissão, sua ascendência, seu gênero, de acordo com Icaro Bittencourt (2007). Nossa pesquisa está pautada no trabalhador negro dentro da indústria cervejeira paulistana. De acordo com o autor a noção majoritária de que o operariado era branco é resultante da escassez de pesquisas sobre as permanências e influências do trabalho escravo pós-abolição e sobre o destino dos recém libertos. Nossa análise poderá contribuir para compreendermos melhor quem são esses trabalhadores, as suas lutas e trajetórias históricas.

Com a urbanização, São Paulo tornou-se um grande e dinâmico centro mercantil, ocorrendo diversas transformações sociais em um curto espaço de tempo, segundo Maria Izilda Santos de Matos (2002). Um quadro onde interagiam a desintegração da abolição, a grande imigração europeia e o êxodo rural. Esse processo de transformações na cidade é caracterizado por inclusões e exclusões. Enquanto os imigrantes europeus eram vistos como sinônimo de progresso e

civilização e são incluídos, os negros passam a ser marginalizados no processo de urbanização da cidade, criando-se uma hierarquia no mercado de trabalho. A pesquisa pretende, portanto, revisitar a historiografia e trazer para o debate um sujeito histórico, o negro, que ainda está relegado, e mostrar a sua contribuição para o desenvolvimento da cidade de São Paulo.

A urbanização na cidade de São Paulo através da instalação da Companhia Antarctica Paulista e seu complexo industrial formado ao longo dos anos é analisada por Diógenes Sousa (2017), em sua dissertação de mestrado “Cidade e Cerveja: Companhia Antarctica Paulista e Urbanização em São Paulo”, tratando de temas relacionados a ferrovia, imigração e fábrica. O texto nos traz um panorama do desenvolvimento da Cia. Antarctica e sua influência na cidade, citando a importância da imigração alemã nessa construção, já que ela nasce da associação em 1882 entre Louis Buscher, fabricante alemão de cerveja, e Joaquim Salles, que possuía um matadouro, produzindo gelo, banha e carne suína.

Em 1893 a empresa Zerrenner & Bülow, dos alemães Antonio Zerrenner e Adam von Bülow, passa a ser acionista majoritária da Cia. Antarctica. Analisaremos também, portanto, quem são os trabalhadores da Cia. Antarctica que atuaram no desenvolvimento da indústria, que fizeram dela referência na urbanização da cidade de São Paulo. Os imigrantes alemães são uma parte dessa engrenagem, porém, é inegável que existem outros atores envolvidos que precisam ser vistos. Ao investigarmos os conteúdos das fichas de admissão dessa empresa, poderemos ver melhor quem são esses funcionários e mostrar que os negros também estiveram inseridos nesse desenvolvimento.

À vista disso, para entendermos a atuação dos trabalhadores negros, precisamos entender como eles estão inseridos na história dos trabalhadores brasileiros. Segundo José Antonio Segatto (1987), em “A Formação da Classe Operária no Brasil”, os trabalhadores negros que foram marginalizados após a Abolição da Escravatura serão incorporados ao mercado de trabalho como proletários a partir da década de 1930. Essa afirmação pode estar ligada ao Decreto nº 19.482/30 de 12 de dezembro de 1930, conhecido como lei dos 2/3, que propunha garantir a proporção de 2/3 de funcionários brasileiros natos no conjunto do quadro de funcionários das empresas, instituída pelo então presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 1930). Ainda de acordo com Segatto, ao longo da década de 1930 o Estado criou um grande número de leis e decretos para regulamentar as relações

trabalhistas, entre eles: a criação e uso obrigatório da carteira de trabalho, jornada de trabalho de 8 horas, indenização por dispensa sem justa causa, previdência, seguro social e salário mínimo. Como ele mesmo aponta, essas medidas não foram extensivas e aplicadas imediatamente em todas as categorias profissionais, a efetivação e consolidação das leis trabalhistas só ocorreram em 1943. Analisando as fichas de admissão, poderemos verificar se houve aumento da contratação de negros(as) na Companhia Antarctica Paulista, se havia diferença salarial para mesmo cargo entre brancos e negros, por exemplo.

As análises estão centradas nas fichas de contratação dos funcionários da Companhia Antarctica Paulista da matriz na Mooca entre os anos 1920 e 1930, elas estão em três caixas arquivo contendo informações dos funcionários, ordenadas de A a Z, totalizando 2.629 registros. As fichas escolhidas possuem uma foto 3x4 cm do empregado, nome, datas de admissão e nascimento, filiação, estado civil, natureza do cargo, valor do ordenado mensal ou diário, vencimentos ou gratificações, residência, campo para assinatura e observações. Esses dados foram sistematizados em tabela para que pudéssemos realizar as análises. As fotografias foram fundamentais para o recorte temporal desse estudo. As fichas não possuem necessariamente campo raça/cor/etnia para a identificação do funcionário, apenas a partir de 1920 as fotografias estão presentes em maior número, sendo possível o exame visual dessas imagens que são em P&B. Estabelecemos a classificação entre negros e brancos, levando em consideração os traços fisionômicos que nos auxiliaram na identificação de origem (cabelos, formato do nariz, cor da pele). O conceito atual de heteroidentificação³ auxiliou na identificação de imagens com mais de 100 anos.

Para uma história global do trabalho a coleta de dados é necessária: grande quantidade de informações sobre a estrutura do trabalho, salários, demografia, movimento dos trabalhadores e a comparação desses dados, como diz Marcel Van der Linden (2009). Com a elaboração de tabelas fizemos análises sobre salários entre as etnias, cargos, educação, moradia, família. Observamos que não há

³ A palavra heteroidentificação possui em sua composição o prefixo de origem grega hetero, cuja etimologia heteros significa outro. Assim sendo, heteroidentificação é uma identificação a ser realizada por outro, em oposição a auto, que significa si mesmo, como em autodeclaração. A heteroidentificação é um procedimento complementar à autodeclaração que consiste na percepção social de outro(a)(s), além da própria pessoa, para a identificação étnico-racial. Disponível em: https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/SOBRE_HETEROIDENTIFICACAO_UFR.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.

mulheres negras desempenhando funções, boa parte da historiografia demonstra que para elas sobraram os trabalhos domésticos (PEREIRA, 2011; BERNARDO, 1998; FERNANDES, 1978). Há diversas possibilidades de análises com essa documentação, que podem contribuir para ampliação dos estudos da história do trabalho.

A pesquisa documental teve um enfoque quantitativo–analítico, tentando verificar o contexto da atuação dos trabalhadores negros dentro de uma indústria em São Paulo no começo do século XX através dos estudos dos dados coletados. Seguindo a metodologia da História Serial, fazemos uma análise social através da série constituída, sendo ela o recorte e a essência do objeto de pesquisa.

A História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), e que permitam uma determinada forma de tratamento (a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão e, na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variações). (BARROS, 2011, p.205).

A série documental Fichas de Contratação da Companhia Antarctica Paulista, de sua matriz no bairro da Mooca em São Paulo, é homogênea, contendo os mesmos campos para preenchimento, e nos dá indícios da presença de homens negros em diversas funções na empresa. Importante frisar que a série pesquisada não foi construída por mim, ela já estava criada dentro dos parâmetros arquivísticos que reconstituem as séries documentais, buscando entender a produção de documentos e ações da empresa.

Para nosso embasamento teórico realizamos pesquisa bibliográfica sobre trabalhadores na primeira república, os negros após a abolição da escravatura, o desenvolvimento industrial em São Paulo e o movimento operário em São Paulo. Além da revisão de teses e dissertações em bases como BDTD, Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Nacional, Arquivo do Estado de São Paulo, para nos debruçarmos sobre as publicações da época relacionadas ao nosso tema e averiguarmos como outros pesquisadores estão tratando o trabalhador negro pós-abolição verificando as possíveis lacunas nesses estudos.

A pesquisa possui três capítulos. No capítulo 1: **O negros em São Paulo, Industrialização e Trabalho**, discutiremos sobre a presença de negros e negras na cidade de São Paulo pós–abolição da escravatura, analisando como se deu o processo de abolição através das cinco principais leis: A Lei Feijó de 1831, a Lei

Eusébio e Queiroz e a Lei de Terras ambas de 1850, Lei do Ventre Livre de 1871, Lei dos Sexagenários de 1885 e a Lei Áurea de 1888, discutidas no subcapítulo Leis e Cidadania para os Negros, análise importante para a compreensão do percurso até 13 de maio de 1888 e como elas influenciaram a inserção da população negra na cidade. No subcapítulo Negros na metrópole analisamos a inserção dos negros na cidade de São Paulo, as possibilidades de trabalho e os estigmas vividos por essa população. No subcapítulo Companhia Antarctica Paulista: Indústria e Urbanização em São Paulo, trataremos sobre esta indústria cervejeira que está inserida no processo de pós-abolição, fundada oficialmente em 1891. Analisaremos o crescimento desse nicho industrial e suas influências na cidade, a sua importância na urbanização de São Paulo, trataremos dos equipamentos culturais criados pela Companhia como forma de lazer e de local de expansão da venda de seus produtos, e a vila operária, abordando como esses locais contribuíram para a urbanização da cidade.

No capítulo 2: **Funcionários negros da Companhia Antarctica Paulista**, pretendemos através da análise das fichas de contratação de funcionários entre 1920 e 1930 entender qual a absorção de trabalhadores negros e negras, quais as funções desenvolvidas, quais os salários, qual a porcentagem entre os nacionais são negros, se existia grande rotatividade entre negros e não negros. Através de tabelas com os dados contidos nas fichas, traremos para o debate não apenas a questão salarial entre negros e brancos, mas também informações inusitadas para esse tipo de fonte como o fator migração, família negra e escolaridade. Uma análise fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa foi possível pela presença da fotografia em 3x4 desses funcionários, sendo possível afirmar suas existências e mostrar o rosto do trabalhador negro urbano-fabril na década de 1920 na cidade de São Paulo. No subcapítulo: Rostos, Nomes e Idade dos Funcionários Negros analisaremos quem foram essas pessoas, o que pode nos revelar seus nomes, o que poderemos ver em seus rostos através das fotografias coladas nas fichas, e as idades em que adentraram como funcionários da CAP, trazendo para o debate o trabalho infantil. No subcapítulo: Migração, Relações Familiares e Moradia falaremos do ato de migrar para a cidade de São Paulo em busca de novas oportunidades de trabalho, sobre as relações familiares, desmistificando a ideia de desintegração familiar negra. Também trataremos de moradia, afinal onde as pessoas migradas se instalaram é um importante ponto de análise. No último subcapítulo: Profissão,

Salário e Custo de Vida trataremos de outros elementos além do morar que compõe as condições materiais de vida da população negra pós-abolição.

No capítulo 3: **Educação, Futebol e Sociabilidades**, analisamos as fichas dos funcionários Aristides Franco, Benedicto de Souza e Ozorio Romano, e a partir delas discutimos sobre educação, futebol e sociabilidades diversas na cidade de São Paulo, e a importância do relacionamento entre fontes históricas para a melhor compreensão das vidas dos negros na cidade de São Paulo entre 1920 e 1930. No subcapítulo: Aristides Franco: A Educação na Cidade de São Paulo trataremos da educação, principalmente a profissional: o caderno de matrículas de Aristides como aluno de pintura entre 1914 e 1916 nos deu essa possibilidade. No subcapítulo: Benedicto de Souza: Operário e Militante do Antartica Futebol Clube cruzamos informações de fotografia, recortes de jornal e a ficha de contratação de Benedicto para tratarmos do futebol operário em São Paulo. No subcapítulo: Ozorio Romano: Sociabilidade e Associativismo através da análise da ficha de Ozorio, recortes de jornal e álbum de fotografias conseguimos traçar um panorama das relações sociais e o associativismo negro pós-abolição, além de trazermos um elemento sobre a estabilidade empregatícia na década de 1920.

Em **Considerações Finais**, evidenciamos os alcances da pesquisa e os vários pontos para novas análises, não encerramos por aqui, ainda existe muito a ser dito e revisto, nossa história ainda está em construção.

Por último temos o **Anexo I** contendo a lista com todas as informações das fichas dos funcionários negros encontrados na série documental em análise.

CAPÍTULO 1. OS NEGROS EM SÃO PAULO, INDUSTRIALIZAÇÃO E TRABALHO

Nesse capítulo discutiremos sobre a presença de negros e negras na cidade de São Paulo, inicialmente analisando como se deu esse processo através das cinco principais leis: A Feijó de 1831, a Eusébio de Queiroz e a de Terras ambas de 1850, a do Ventre Livre de 1871, dos Sexagenários de 1885 e a Lei Áurea de 1888, discutidas no subcapítulo Leis e a cidadania para os negros

Abordaremos na sequência, no subcapítulo Os negros na Metrópole o destino dos ex-escravizados na cidade de São Paulo.

No subcapítulo Companhia Antarctica Paulista: indústria e urbanização trataremos da criação dessa empresa, seus impactos na industrialização e na urbanização da cidade de São Paulo – esta é criada no período pós-abolição e se tornará uma das maiores indústrias de cerveja do mundo em 1999, quando ocorre a fusão com a Companhia Cervejaria Brahma. Foram mais de 100 anos de hegemonia em São Paulo, sem dúvida uma empresa que merece ser estudada.

1.1 LEIS E A CIDADANIA PARA OS NEGROS

As reconfigurações sociais pós-abolição se dão de modo diferente no território brasileiro, sendo assim, a experiência de São Paulo não pode ser considerada isolada para pensarmos a inserção do liberto pós emancipação. Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004) informam que é necessário ser feito um debate de como o processo de destruição da escravidão definiu o alcance dos direitos relacionados com a construção social de identidades, hierarquias e categorias raciais, recuperando a historicidade dos processos de desestruturação da ordem escravista e seus desdobramentos.

Quais negros estamos pesquisando? Nosso estudo parte da análise da série documental: Fichas de Contratação da Companhia Antarctica Paulista. Esses documentos nos impuseram três limitações: primeiro a temporal, pois temos fragmentos, não existe a ficha do funcionário número 01 até os dias atuais, as fichas estão concentradas na década de 1920. Arquivisticamente falando, temos a chamada massa documental acumulada, não foram utilizados critérios usando o plano de classificação e tabela de temporalidade, instrumentos de gestão documental, para a escolha do que seria preservado, essas fichas sobreviveram ao

tempo e constituem um pequeno exemplo da documentação dos empregados da CAP.

A segunda limitação dada pela documentação é sobre a caracterização física desses trabalhadores. Essas fichas não possuem um campo raça/etnia/cor para a identificação, sendo assim, analisamos as fichas que possuem a fotografia 3x4 cm do funcionário, para que através de uma análise visual de características físicas (cabelos, formato do nariz, cor da pele), pudéssemos identificar os negros e negras, foco de nossa pesquisa. Sem as imagens 3x4 cm, cairíamos em generalizações, mostrando apenas trabalhadores nacionais ou estrangeiros, já que existe o campo Lugar de Nascimento, mas não para etnia. As informações sobre raça nos registros de pessoal, só passam a ser obrigatórias na década de 1930 como parte da criação do sistema de Previdência Social no Brasil. As imagens nos auxiliam na compreensão dos dados. George Andrews (1988) fala sobre a dificuldade de pesquisa, com poucos dados e sem informação de raça nas fontes analisadas, baseando-se no local de nascimento para distinguir os nacionais dos estrangeiros.

A terceira limitação é a espacial. A análise está concentrada na fábrica matriz do bairro Mooca em São Paulo. A escolha se deu pelo tamanho da série restrita a este espaço, pois tínhamos uma caixa-arquivo com 285 fichas de funcionários da primeira filial em Ribeirão Preto, uma caixa arquivo com 296 fichas de funcionários da filial de Santos, e três caixas–arquivo da matriz Mooca com mais de 2.000 fichas, organizadas em ordem alfabética dos nomes dos funcionários de A até Z.

Para responder às indagações sobre a presença de negros na indústria, George Andrews (1988) informa que utilizou os registros de pessoal de firmas industriais- em sua pesquisa utiliza fontes da indústria têxtil Jafet e da empresa de eletricidade e bondes de São Paulo (*Tramway, Light and Power*), empresas importantes na industrialização da cidade, demonstrando que essas fontes são ricas em informações e por onde podemos ter uma dimensão da composição desse proletariado. As documentações são semelhantes, já que são do mesmo período histórico, nesse sentido as fichas da CAP ampliam a visão sobre os trabalhadores negros na cidade de São Paulo.

Na série documental analisada, dos 2.629 funcionários da matriz Mooca, apenas 50 são negros. É um universo pequeno, mas a qualidade dos dados é o nosso foco, a história serial não trata apenas de quantidade. Com a pouca presença nesse *corpus* documental, podemos inferir que boa parte dos trabalhadores negros

poderia estar fora da legislação trabalhista, desempenhando atividades informais ou por conta própria, o que também foi apontado por Aristeu Lopes (2019).

Para compreender a inserção desses funcionários no meio urbano-fabril na cidade de São Paulo optamos por recuperar o período anterior ao que é discutido nessa pesquisa, para entendermos os caminhos jurídicos que levaram à exclusão do negro no mercado de trabalho formal em São Paulo pós-abolição. Alguns autores já o fizeram (JACINO, 2008; LARA, 1998; ROCHA, 2018), mas é importante recompor esse caminho, afinal a lei de 1888 não é o fim em si, existe uma trajetória antes.

Algumas interpretações das leis de 1831, 1850, 1871, 1885 e 1888 foram realizadas por Ramatis Jacino (2008) que analisa pontos que demonstram como elas foram pensadas, estruturadas e executadas para que o fim da escravidão fosse gradual e feito pelas mãos dos senhores donos de terras e do Estado. Segundo o autor a lei de 13 de maio 1888 que abole a escravidão no Brasil, não alterou os efeitos das leis de 1871 e 1885 e não apresentou nenhuma alternativa para os libertos, que ficaram sem indenização, perspectivas de trabalho, acesso à terra e assim foram marginalizados da sociedade.

A lei de 1831, foi a primeira a proibir a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos para terras brasileiras a partir daquela data, com duas exceções:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se: 1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações. 2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil. (BRASIL, 1831)⁴

A lei tem pouca efetividade, abrindo precedente para fraudes como falsificar a nacionalidade das embarcações e permitir que embarcações se valessem do tráfico utilizando outras bandeiras. Segundo Jacino, a lei não explicita como os africanos importados ilegalmente seriam tratados, deixando o que conhecemos como “africanos livres” sem definição do seu status jurídico, prestando serviços ao Estado, ou seus negociadores, em condições análogas à escravidão.

A Lei Eusébio de Queiroz promulgada em 04 de setembro de 1850, proibia a entrada de africanos escravizados em território nacional, porém, assim como a lei de

⁴ A grafia original será mantida.

1831, perpetua a condição do “africano livre” como escravo, com a diferença de que o senhor seria o Estado, o que é explicitado no artigo sexto:

Art. 6º Todos os escravos que forem apprehendidos serão reexportados por conta para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fóra do Imperio, que mais conveniente parecer ao Governo; e em quanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares. (BRASIL, 1850).

Trabalhar para o Estado, de acordo com Jacino, era trabalhar no mínimo 16 horas por dia, sem remuneração, sem direito de escolha das atividades a serem realizadas, sem direitos de ir e vir, ou seja, as condições não melhoram, apenas mudam o nome do algoz.

Quatorze dias após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), nasceu a Lei de Terras. Inicialmente como projeto em 1843 e depois debatida até a sua promulgação em 1850, finalmente regulamentada em 1854. Tal lei terá um impacto muito grande na questão dos libertos, conforme veremos abaixo. A partir dela, a terra só poderia ser adquirida através da compra; possui diversos artigos que acabam expulsando o trabalhador nacional da terra, formando um contingente de mão de obra reserva, marginalizada. A lei dá aval ao Estado para o início da colonização estrangeira.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, 1850)

A terra deixa de ser um privilégio e passa a ser uma mercadoria; a moeda passará a ser a terra, não mais o escravizado, pois, após a proibição do tráfico em 1850 fica subentendido que é necessária uma nova opção para a geração de lucros, e nesse momento será a terra, de acordo com José Luiz Cavalcante (2005).

A posse de terras era a única forma de subsistência do homem livre não proprietário. A lei restringia a existência da pequena propriedade, ficando preservada a estrutura latifundiária da terra, conforme Gadelha (1989).

A Lei de Terras mostra a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários. A terra permaneceria como *status* e a força de trabalho permaneceria presa ao latifúndio. É retirado das mãos do trabalhador o controle do processo produtivo, destruindo as

formas autônomas de sobrevivência, restando continuar mesmo após a conquista da liberdade a vender sua força de trabalho para os proprietários das terras, segundo José Murilo de Carvalho (1981).

Percebemos pelo pouco tempo entre as duas leis que estava em curso a criação de um novo modelo econômico para o país, mas elas não possuem mecanismos que efetivem a inserção do negro. Pelo contrário, efetivam a exclusão e a marginalização desse contingente populacional, já que a terra seria adquirida somente através de sua regularização e compra, tornando o acesso para os recém libertos praticamente impossível.

A Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, apresenta diversas contradições sobre o que é liberdade. Os filhos nascem livres, porém, suas mães permaneciam escravizadas, ficando até os oito anos sob a autoridade do senhor de sua mãe. Após este período o senhor poderia receber uma indenização do governo, que transferia a responsabilidade de sua guarda para os denominados “juízes dos órfãos”, até que o indivíduo fizesse 21 anos, ou seja, não existe liberdade na prática.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criar-os e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. (BRASIL, 1871)

A lei também deliberava a libertação gradual de escravizados anualmente em cada província, indenizações seriam pagas aos senhores de acordo com valores disponíveis pelo governo. O escravizado poderia formar um pecúlio para comprar sua liberdade, porém, precisaria de consentimento do seu senhor para a formação e o trabalho para tal. Isso demonstra o caráter gradual e controlado pelos senhores deste caminho para o fim da escravidão, e como sinalizado por Jacino (2008), não existe nenhuma deliberação para alocar o ex-escravizado.

A partir de 1870 os projetos de imigração europeia começam a se desenhar, buscando no exterior o povo ideal para formação da futura nacionalidade brasileira. De acordo com Célia Azevedo (1987), São Paulo será a cidade com a maior entrada de estrangeiros.

A Lei 3.270 de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei do Sexagenário, pretendia organizar a escravidão e a transição para o trabalho livre, porém, atendendo aos interesses da elite econômica em conformidade com as ideologias

racistas vigentes, que promoveram a entrada dos estrangeiros brancos no país, como aponta Jacino.

10. São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei, ficando, porém, obrigados a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos. (BRASIL, 1885)

Essa é mais uma das leis que evidencia o caráter da gradualidade para o fim da abolição da escravatura que ocorreu através da Lei nº 3.353 em 13 de maio de 1888, conhecido como Lei Áurea. Além de demonstrar que o escravizado era levado até o fim de suas forças para conseguir a liberdade: afinal, quantos estavam vivos aos 63 anos após uma vida “útil” de 15 anos de trabalhos forçados?

Somente a partir de outubro de 1887 os abolicionistas passaram a exigir o fim da escravidão imediata e incondicionalmente, em reação às fugas e às rebeliões de escravos nas fazendas, revoltas e manifestações na cidade. O interesse era o fim da radicalização, sendo necessário controlar o processo de abolição iniciado em 1850. Havia uma defesa dos abolicionistas para que houvesse um prazo final da escravidão, para acalmar os ânimos dos escravizados que estavam desrespeitando os fazendeiros, buscando manter a ordem nacional através da abolição imediata e incondicional.

Apenas com a iminência de uma desorganização maior, em que entrará em pauta o fim definitivo da escravidão no Brasil, último país da América Latina a assinar a lei em 13 de maio de 1888, de acordo com Célia Azevedo (1987). Mas esse tema começou a ser discutido em 1883, no panfleto nº 1 da Confederação Abolicionista: “A abolição deve ser imediata, instantanea e sem indenização alguma.” (REBOUÇAS, 1883, p. 5). Nessa publicação André Rebouças expõe vários argumentos e cálculos para evidenciar o absurdo dos pedidos de indenização por parte dos escravocratas, porém, não fala da possibilidade da indenização para o ex-escravizado. É levantado o valor do salário que os proprietários estavam usurpando desde 1871, pós Lei do Ventre Livre, mas não são apontadas soluções reais para a população que deu a sua força de trabalho.

Os escravocratas, depois de terem explorado a raça africana durante tres seculos, querem ainda que a nacionalidade brasileira, victima primaria de seus crimes, lhes pague quatro, cinco ou dez vezes o preço, por que adquiriram o escravo primitivo... Nós Abolicionistas negamos absolutamente o direito á indemnisação (REBOUÇAS, 1883, p. 4)

A Lei 3.353 de 13 de maio de 1888, celebrada como o fim da escravidão no Brasil, porém, como última lei sobre a escravização, não altera a condição dos ex-escravizados, não apresenta indenizações para quem trabalhou de maneira forçada, não apresenta perspectivas de novas ocupações de trabalho, sem acesso à terra desde a “lei de terras” de 1850, sem possibilidades de inserção na nova sociedade capitalista em construção. Além de colocar a personagem de uma mulher branca como benfeitora dos negros, apagando todo o passado de lutas das mais diversas formas encabeçadas por negros e negras pela liberdade.

Esta data costumava ser oficialmente celebrada até que um fato mudasse esta percepção. Após luta de militantes negros diante de mais dois casos de racismo em 1978, estes promoveram um grande ato público denunciando o racismo no Brasil, nascendo daí o Movimento Negro Unificado (MNU), que declara o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Segundo Gilberto Palmares (2009) o 13 de maio foi substituído pela data de morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares em Alagoas, ocorrida em 20 de novembro de 1695, o que é assunto para novos debates e análises sobre a substituição de datas históricas e seus representantes.

As leis foram pensadas para que não houvesse prejuízo para os senhores, donos de escravizados, por isso o fim da escravidão deveria ser gradual, conforme demonstra Fábio Dantas Rocha (2018). Para este autor as ideias de liberalismo econômico e racismo contribuíram para a associação de branco, trabalho livre, liberdade, progresso e civilização, e estavam no cerne do debate e da elaboração das leis e projetos desde meados do século XIX, que culminaram na abolição de 1888.

A construção da cidadania após o dia 13 de maio de 1888 é analisada por James P. Woodard (2013). Segundo o autor, o jornal *A Província de São Paulo* traz um artigo do dia 15 de maio de 1888 dizendo que era a hora de libertar os brancos assentando a constituição política em bases mais largas. A frase também aparece na obra de Machado de Assis, *Esaú e Jacob* (publicada pela primeira vez em 1904), e de acordo com Woodard essa divulgação, que aparece até em uma obra clássica como a de Machado de Assis, não provocou nenhuma indagação histórica sobre esse discurso e suas significações. De acordo com o autor, existia um movimento dos republicanos paulistas que se apropriava de apelos racistas, explicações raciais

para o suposto atraso político do país e de um imaginário racializado dos cidadãos da nascente República.

A população ex-escravizada já estava fora dos pensamentos na construção de uma cidadania ampla, conforme conclui Fernando de Oliveira dos Santos (2020) o qual analisa em que medida os libertos vivenciaram ou não as diferentes dimensões da cidadania a partir dos direitos e deveres estabelecidos na Constituição de 1891. De acordo com o autor não cabia ao Estado promover direitos sociais aos segmentos desfavorecidos, nem interferir na legislação trabalhista, a assistência social era quase que exclusivamente realizada por instituições particulares como irmandades religiosas e sociedades de auxílio mútuo. Sendo assim, a população negra ficará desamparada na construção da primeira constituição republicana brasileira, escrita no momento de circulação das teorias racialistas. De acordo com Hilton Costa (2017) a constituição de 1891 manteve a liberdade como uma utopia para os recém libertos. Uma vez que não houve políticas reparatórias, a cidadania civil e política continuou a ser na prática um privilégio.

Portanto, tivemos, na passagem do século XIX para o XX, uma conjuntura bastante nova e efervescente. No plano da governança jurídica, vigorou uma Constituição declaradamente liberal – sem qualquer regulação do mercado de trabalho, concomitante a um processo de criminalização dos negros e do movimento operário (NEDER, 1995; RODRIGUES, 2004; SAMIS et al., 2004). O Código Criminal foi o mais usado nesse período. Ademais, no campo, os indígenas continuaram sendo exterminados para liberação das terras para os latifundiários. No âmbito político, o voto não era universal e tivemos o domínio de plutocracias rurais, que governavam baseadas no clientelismo e no coronelismo. No mundo do trabalho, estava em curso a criação de sindicatos – sem a tutela do Estado –, alguns bastante combativos e com orientação anarquista. Para os negros recém-libertos, número bastante relevante na sociedade, não existia qualquer política de reparação de danos, nem políticas públicas de inclusão; situação equivalente, sofreram os povos indígenas. As mulheres continuaram sob domínio do patriarcado, sendo proibidas/desencorajadas a participar da vida além do interior da sua própria casa, ainda assim, sob a tutela do pai ou do marido. Somente as religiões católicas eram permitidas, juntamente com a cultura heterossexual do dominador. As universidades eram para filhos dos governantes, e a labuta para os pobres. Os não-proprietários incapazes para o trabalho manual eram descartáveis. Os estrangeiros pobres eram vistos como possíveis portadores da ideologia anticapitalista e antiautoritária, uma ameaça. Por outro lado, todas as formas de repressão estatal estavam voltadas para manter o controle sobre os povos não-brancos, os anarquistas/rebeldes e pobres. Em resumo, o Estado racista, machista, católico e capitalista, instituiu e garantia opressões sociais. Essa era a ordem, segundo os governantes, pautada no progresso. (MORAES, SIMAS, 2019, p. 131-132)

Um panorama da cidade de São Paulo entre os anos 1890 e 1915, mostrando as articulações dos projetos políticos e intelectuais com a construção dos mecanismos de controle e disciplinarização do mercado de trabalho, os processos

de exclusão, o estigma dos trabalhadores nacionais pobres e dos negros é apresentado por Carlos José Ferreira dos Santos (1998). As implicações das leis e de todo o processo para transformar São Paulo em uma metrópole de características europeias, com a valorização do branco imigrante, em detrimento dos nacionais pobres e os negros dentro dessa grande massa de homens e mulheres, explicita as formas de subsistência e subversões para que pudessem sobreviver e continuassem marcando presença nesse espaço que a todo momento se transformava, tentando expulsá-los das mais variadas formas, em um processo de apagamento do passado escravista.

As políticas de Estado beneficiaram os imigrantes de acordo com Andrews (1988), impedindo os negros de disputarem em termos de igualdade os melhores lugares do mercado, primeiro nas fazendas e, posteriormente, nas cidades. Segundo o autor, nas cidades a economia urbana cria mecanismos de barrar o trabalho dos negros nas fábricas, artesãos desaparecem, e as oportunidades de trabalho se restringem ao serviço doméstico e ao setor informal.

A entrada massiva de imigrantes tem seu auge em 02 de agosto de 1892 quando é feito o contrato do governo federal com a Companhia Metropolitana de Imigração para introdução de 1 milhão de imigrantes da Europa e de possessões portuguesas e espanholas em 10 anos, 100 mil por ano, a partir de 01 janeiro de 1893, intensificando a imigração subsidiada inicialmente para a lavoura, com maioria de mão de obra agrícola e de artesãos.

Os imigrantes foram trazidos para o trabalho nas lavouras de café em São Paulo, porém, como o fluxo migratório era maior que as necessidades do setor, isto proporcionou o excedente de trabalhadores livres para o setor urbano. Quando o setor agrícola exportador estava em crise, a opção foi emigrar para as cidades, já que este não conseguia absorver toda essa mão de obra. Assim é explicado por Wilson Cano (1977) o contingente de imigrantes europeus na indústria paulista.

A mão de obra imigrante europeia introduzida no país era majoritariamente camponesa e artesã, destinada aos projetos agrícolas, desmontando o mito de que a mão de obra estrangeira era mais qualificada para o trabalho nas indústrias.

A explicação da singularidade de São Paulo não deve ser buscada nas habilidades superiores de seus trabalhadores imigrantes. Ao contrário, deve ser buscada na política do Estado que pôs fim à posição de negociação dos afro-brasileiros, inundando o mercado de trabalho com europeus. Além de manter os salários baixos e enfraquecer um movimento operário comprometido com a igualdade racial e com a solidariedade inter-racial,

esta política capacitou os patrões a voltar suas costas para aqueles empregados que procuravam conduzir as negociações mais difíceis e mais exigentes. (ANDREWS, 1988, p.146)

O uso da documentação dos trabalhadores da Cia. Antarctica revela que os negros estavam inseridos na dinâmica do mercado de trabalho na cidade de São Paulo, atuando em uma indústria em cargos variados, assalariados. A série documental mostra que alguns deles nasceram ainda durante o período escravocrata brasileiro: são operários, carpinteiros, seleiros; outros já nascidos no período republicano são *chauffers*, engarrafadores, fiscais, pedreiros, escriturários, uma variedade de profissões dentro da indústria, executando desde o trabalho de dentro da fábrica como nos escritórios, o que acaba por desmontar alguns argumentos enraizados na historiografia.

Abaixo temos a ficha do *chauffeur* Fausto de Oliveira, contratado em 13 de março de 1914, um dos poucos desse período, mas que já evidencia a inserção negra no mercado de trabalho urbano fabril antes de 1920.

Figura 2 - Ficha de Fausto de Oliveira



Cia. Antarctica Paulista

Nome Fausto de Oliveira

Data da admissão 13 de Março de 1914

Nascido a 16 de Fevereiro de 1889

Logar do nascimento Campinas E.S.Paulo

Filho de Julio de Oliveira

e de Anna de Oliveira

Estado civil Casado

Natureza do cargo ou serviço Chauffeur

Ordenado mensal 410.000

Diária

Vencimentos ou gratificações

Porcentagens

Residência R. D. Eliza da Silveira, 13

Assinatura do empregado Fausto Oliveira

Observações

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

As leis implantadas desde 1831 até a lei “Aurea” de 1888 impactaram e conduziram o destino da população negra escravizada, enfatizando como esse processo foi construído e pensado para que não houvesse, de fato, a inserção dos negros e negras na sociedade. O entendimento dessas leis é fundamental para a compreensão dos percalços que essa população livre, após 1888, teve que enfrentar para garantir a sua inserção no mercado formal de trabalho, disputando os espaços com a massa de trabalhadores estrangeiros na cidade de São Paulo. Esta foi a intenção de discussão nesse item.

1.2 OS NEGROS NA METRÓPOLE

Nesse item discutiremos a inserção do negro na cidade de São Paulo pós-abolição. Embebidos de teorias raciais advindas da Europa e dos Estados Unidos, a elite brasileira terá como dilema a organização de uma sociedade baseada na mão de obra livre composta por negros e mestiços, considerados “inferiores” de acordo com as teorias raciais, almejando o alcance de uma sociedade “superior”, a solução seria a predominância de brancos, isso será a base das políticas de Estado objetivando a inserção de mão de obra branca no Brasil, apontando por Hofbauer (2007).

João Batista de Lacerda (1911) médico, cientista, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, representou o Brasil no Congresso Universal das Raças em 1911 em Londres, segundo Schwarcz (1996). Em suas pesquisas sobre os Botocudos, que para ele estavam na “infância da humanidade”, o branqueamento é apontado como a grande perspectiva nacional diante da depuração das raças. Suas projeções apontavam para um país cada vez mais branco; em um século a população brasileira seria branca, desaparecendo nesse período os índios e os negros. Para Lacerda os negros envenenaram os brancos com seus vícios, essa mistura, a miscigenação, seria a desgraça para o Brasil:

É de propósito que nós citamos esses fatos, porque os julgamos precisamente muito importantes para explicar como os vícios do negro foram inoculados na raça branca e na mestiça. Vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções errôneas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todo sentimento elevado de honra e de dignidade humana, baixo sensualismo: tal é a triste herança que recebemos da raça negra. Ela envenenou a fonte das gerações atuais; ela irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos. (LACERDA, 1911, p. 4)

Em seu discurso no Congresso Universal das Raças, Lacerda expõe seu pensamento racista, relegando aos negros uma vida selvagem e assim o seu desaparecimento, já que não estariam aptos à vida civilizada e sem condições de se manterem com recursos próprios., Isto corrobora a discussão realizada na primeira parte desse capítulo: a abolição da escravidão não assegurou condições reais para a inserção dos negros como cidadãos, pois havia além do já exposto, também a ideia de desaparecimento dessa população como solução, sendo assim, não haveria necessidade de nenhum tipo de subsídio para se manterem, mas ao contrário da previsão cruel de Lacerda, os negros re-existem:

Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar, no entanto, sua posição social, fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização. (LACERDA, 1911, p.7)

Contrariando a previsão de Lacerda, temos dados censitários apontados por Fábio Dantas Rocha (2018), onde entre 1911 e 1915 os negros correspondiam a 13,4% dos paulistanos. Entre 1916 e 1920 esse percentual recuou para 12,39%, voltando a crescer entre 1921 e 1925 para 13,42%. Por fim, entre 1926 e 1930, há um aumento expressivo de 2,38% dessa população, atingindo quase 16% da sociedade paulistana.

Era necessário depurar a raça. Em três gerações se produziria no Brasil uma raça de fenótipo branco, o imigrante teria o papel de contribuir para o branqueamento da raça e o negro submergiria na cultura brasileira através de um processo de assimilação, como apontado por Giralda Seyferth (1996). O conhecido quadro “A Redenção de Cam” (1895), de Modesto Brocos, exprime um pensamento como um modo de ver, consiste em uma reinterpretação do mito bíblico de Cam sob a ótica das teorias racialistas da época: a salvação dos descendentes de Cam se daria através do branqueamento, ilustrando o pensamento de Lacerda.

O ideário de progresso só seria possível com a contribuição da mão de obra branca, Joaquim Nabuco em 1883 escreve: “no futuro, só uma operação nos poderá salvar - à custa da nossa identidade nacional -, isto é, a transfusão do sangue puro e oxigenado de uma raça livre” (Nabuco, 2019, p. 32). Este ideário dará o tom para a

entrada maciça de imigrantes europeus no Brasil no final do século XIX e das políticas públicas, sendo São Paulo o grande palco da imigração.

Se as teorias raciais e o desejo de recriar uma São Paulo branca não foram o motor originário das políticas de imigração, elas decerto compuseram tais projetos e foram importantes elementos para acentuar o racismo - este que teve peso determinante sobre quem seriam os trabalhadores ideais e preferidos para ocupar as melhores funções da economia. Assim, tais elementos hierarquizaram o mercado de trabalho segundo critérios racializados. (PASTORE, 2020, p.103)

Com a urbanização São Paulo transformou-se em um grande e dinâmico centro mercantil, ocorrendo diversas transformações sociais em um curto espaço de tempo, num quadro onde interagem a desintegração da Abolição, a grande imigração e o êxodo rural. Esse processo de transformações na cidade é caracterizado por inclusões e exclusões. Enquanto os imigrantes, vistos como sinônimos de progresso e civilização são incluídos, os negros passam a ser marginalizados, criando-se uma hierarquia no mercado de trabalho, de acordo com Maria Izilda Santos de Matos (2002). Mas existem interações e absorção dessa mão de obra, como demonstrado nos estudos das empresas *Light* São Paulo e Jafet realizados por George Andrews (1988), e na presente pesquisa.

Esse era o esperado: apenas a marginalização, sem a benevolência dos brancos, os negros não conseguiriam se inserir no mundo capitalista em desenvolvimento, esquecendo de mencionar as teorias racialistas que foram absorvidas pela política a partir de 1870, como mencionado.

O ideário de uma tutela é apontado por Florestan Fernandes (1964). Segundo o autor as deformações causadas pela escravidão limitavam a capacidade dos negros de ajustamento à vida urbana. Como não se manifestou qualquer impulso coletivo dos brancos em discernir a necessidade, legitimidade, urgência de reparações sociais para proteger os negros nessa fase de transição, pressupunha-se uma existência ambígua e marginal. Para o autor faltava coragem aos negros para enfrentarem posições degradantes, como os italianos, que engraxavam sapatos, vendiam peixes, jornais, etc. Os ex-escravizados não sentiriam o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação de riqueza. Para o autor faltava para o liberto a autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, adquirindo uma reputação desabonadora que o excluía do mercado urbano de trabalho. Vimos que essa posição não se sustenta por completo, afinal há evidências

de negros atuando na indústria, tanto nos estudos de Andrews (1988), como no que estamos realizando.

As teses de Florestan Fernandes foram contestadas, e vale ressaltar que o autor aponta apenas os problemas da escravidão para a população negra, omitindo o impacto desta na sua própria classe.

Florestan Fernandes frequentemente citado como intelectual branco respeitado pelo movimento negro, por suas posições de combate às desigualdades raciais, só conseguiu ver as deformações que a escravidão provocou na personalidade de negros.... ou seja, aqui há uma isenção dos brancos à deformação da personalidade por conta da escravidão. Se Florestan Fernandes, tão consciente do racismo no Brasil, não conseguiu enxergar o impacto da escravidão no seu próprio grupo branco, era preciso compreender a cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude. (BENTO, 2022, p.62-63).

Apontar os problemas advindos da escravidão e culpabilizar apenas os negros e negras por suas condições é uma posição altamente criticável. Cida Bento (2021) expõe muito bem essa questão, demonstrando que Florestan Fernandes deixou de lado uma parte da discussão, que é o elemento branco nessa engrenagem social do pós-abolição, o que ela chama de “pacto da branquitude”. Enquanto estudioso branco, o autor não culpabilizou os seus pelas agruras sofridas pelos negros e essa posição precisa ser revista. Afinal fica esquecido que as leis que antecederam a abolição não incluíram os negros para que tivessem acesso igualitário ao mundo capitalista em desenvolvimento, e as leis posteriores que passaram a perseguir os negros com suas maneiras de viver na cidade.

Através da análise de boletins de ocorrência médica, produzidos pelo Gabinete de Assistência Policial de São Paulo entre 1911 e 1916, Fábio Dantas Rocha (2018), faz um quadro de profissões relacionando raça e gênero: são empregadas domésticas, trabalhadores informais, carroceiros, serventes de pedreiro. O autor ressalta a instabilidade dessas atividades, o que causaria problemas a essas pessoas, por estarem dia e noite nas ruas em busca de trabalho, pois existia na cidade desde a abolição um projeto contra a ociosidade, com a finalidade de controlar os recém-libertos. A vadiagem era vista como um delito, era necessário impelir as pessoas ao trabalho, o discurso vigente era o do progresso e para isso era necessário a disciplinarização da população.

O código penal de 1890 deixa explícito que ser vadio era crime, além de colocar no mesmo rol de criminalidade os capoeiristas (capoeiras). Assim vemos que a perseguição ao negro na cidade era pautada pela lei.

CAPÍTULO XIII, DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellualar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado. (BRASIL, 1890)

Se fosse preso por vadiagem pela primeira vez, ficaria detido entre 15 e 30 dias; a reincidência acarretaria até três anos de reclusão. A maioria dos negros e negras na cidade trabalhava informalmente, dificultando a comprovação de uma ocupação que demonstrasse que não era vadio. Diante das circunstâncias, os negros eram o maior alvo de acusação desse delito.

Dias após a lei que abolia a escravidão no país, o ministro Ferreira Vianna elabora um projeto de repressão à ociosidade – os recém-libertos eram pensados como indivíduos despreparados para a vida em sociedade, a liberdade daria a possibilidade da ociosidade, do roubo, do furto, de acordo com Chalhoub (1986).

Segundo a mentalidade da época, para reprimir esses “vícios advindos da escravidão” era necessário educar para o trabalho através da obrigatoriedade, inculcando a ideia de que o trabalho era o valor supremo da vida em sociedade e o ócio seria o desencadeador da desordem. A ociosidade era vista como uma ameaça à ordem burguesa em desenvolvimento, e deveria ser combatida. Como analisado por Chalhoub, esta mensagem era para o trabalhador nacional, já que havia a ideia consolidada de que o imigrante era um trabalhador nato, que servia como exemplo para os nacionais.

A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém..., Mas é claro que proprietários e governantes tinham projetos diferentes de futuro, e entenderam as atitudes dos negros como evidência de que eles eram vadios por natureza, sendo que essa ânsia de autonomia não passava de rejeição ao trabalho (CHALHOUB, 1990, p.80)

Havia uma perseguição constante aos negros. Governantes e proprietários acreditavam que a população negra não poderia ter concepções distintas de liberdade e escolher seus destinos, precisavam aceitar a ideia de emprego e salário que lhes era imposta. Rejeitar esse modelo, buscar novas alternativas de sobrevivência era visto como repulsa ao trabalho. Ainda assim os negros poderiam escolher seus caminhos, tinham suas próprias visões de liberdade, suas aspirações. No próximo capítulo veremos que muitos dos empregados da CAP migraram para a cidade de São Paulo, ou seja, buscaram outras oportunidades, puderam escolher outro local para viverem e outro empregador para suprir as suas necessidades.

Diante da constante vigilância e repressão, a viabilidade de um trabalho estável dentro de uma indústria em expansão como a Cia. Antarctica poderia trazer segurança ocupacional para os negros, garantia de um salário e a possibilidade de sobrevivência na cidade.

Ter um trabalho significava para muitos a maior alegria de suas vidas, conforme atesta Teresinha Bernardo (2007), cujos interlocutores entrevistados, falam do trabalho e do prazer em possuí-lo. Segundo ela, as memórias de homens negros que viviam na cidade de São Paulo, atestam também que a falta dele era considerada como uma grande perda, e, por vezes, passaram boa parte de suas vidas buscando atividades que os fariam viver com dignidade.

Atividades informais como carroceiros, coletores de lixo, lavadores de casa, rachadores de lenha, limpadores de trilhos, empregados domésticos, criadas, copeiros, etc., são trabalho, nessa pesquisa não há juízo de valor, como me foi questionado ao trazer para o debate o trabalhador negro na indústria, como se as demais atividades não fossem trabalho. Elas são, porém, trazem consigo o estigma pejorativo de ser “trabalho de negro”, aquele que ninguém quer se sujeitar a fazer: o trabalho pesado, sem reconhecimento, que é feito apenas por necessidade de subsistência, por não ter outra opção, não traz a dignidade como foi buscada durante toda a vida pelos entrevistados por Teresinha Bernardo (2007).

Uma função em uma empresa em crescimento como a Cia. Antarctica poderia ser um sinônimo dessa busca pela tranquilidade, segurança, um salário no fim do mês, não ser enquadrado como vadio e não carregar o eterno peso de ter um “trabalho de negro” na forma mais pejorativa que o termo tinha há mais de 100 anos.

No próximo item trataremos especificamente dessa empresa e seus impactos na industrialização e urbanização de São Paulo. Importante compreender seu papel, ter sua dimensão histórica e assim apreender o que foi para os negros conseguir trabalhar na maior indústria cervejeira da cidade.

1.3 A COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA: INDÚSTRIA E URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO

Nesse subcapítulo discutiremos a Companhia Antarctica Paulista, indústria cervejeira que está inserida no processo de pós-abolição, fundada oficialmente em 1891. Analisaremos esse setor no rol dos estabelecimentos industriais na cidade, absorção da mão de obra, rentabilidade e o crescimento da Cia. Antarctica com os investimentos estrangeiros. Trataremos de sua instalação, mostraremos as construções de novos espaços na cidade, dos locais de vendas de seus produtos, mas também de sociabilidade, que auxiliarão na transformação da cidade de taipa em grande metrópole, influenciando na dinâmica de novos hábitos adquiridos pela população, como o hábito de tomar cerveja.

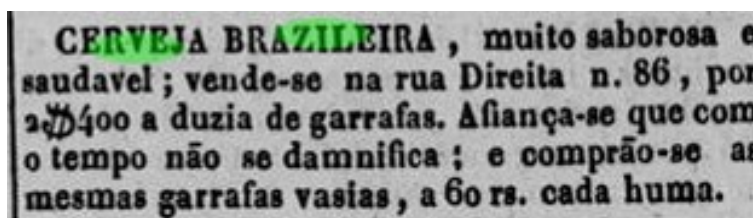
Alguns desses espaços ainda estão presentes, como o atual Allianz Parque, outros já foram demolidos. As vilas operárias ainda fazem parte do imaginário da população, colocando em perspectiva a preservação do patrimônio industrial da cidade.

A cerveja provavelmente chegou ao Brasil no século XVII entre 1634 e 1654, durante a presença holandesa no nordeste do país, pela Companhia da Índias Orientais. Após a expulsão dos holandeses a cerveja só reapareceria no final do século XVIII, de acordo com Diógenes Sousa (2017).

A partir da abertura dos portos em 1808, comerciantes estrangeiros passaram a trazer o produto, de acordo com livro em comemoração aos 50 anos da Companhia Cervejaria Brahma. As principais cervejas eram a *Pá* e *Dois Machados* da Alemanha; *Guinness* e *Porter* da Inglaterra; *Carlsberg* e *Alliance Pale Ale* da Dinamarca; *Heinekens* da Holanda; e *Norwegian* da Noruega. O domínio europeu se estendeu até 1870 quando a cerveja nacional passa a ser comercializada para o mercado.

A primeira notícia sobre fabricação de cerveja nacional foi publicada no Jornal do Commercio no Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1836, não há menção de quem a fabricava.

Figura 3 - Reprodução do Jornal do Commercio de 1836



Fonte: Jornal do Commercio, edição 222, 12 out. 1836, p. 4.⁵

A produção nacional era de baixa qualidade e apenas cerveja de alta fermentação⁶, pelo anúncio percebemos a preocupação sobre a qualidade do produto, informando que não se danificaria com o tempo, pois o sistema precário do início da produção cervejeira no país fazia com que ela continuasse a fermentação mesmo após o envase. Para que não soltasse, a rolha era presa com barbante, surgindo a expressão *cerveja barbante*. É somente no final do século XIX que surgem fábricas com infraestrutura mais moderna e o método de produção de baixa fermentação.

Em São Paulo os primórdios da indústria cervejeira remetem à criação da Cervejaria Bavaria em 1882, no bairro da Mooca, zona leste da cidade, por Heinrich Stupakoff & Comp., à margem da Estrada de Ferro Inglesa, que facilitava o escoamento e recebimentos de maquinários e produtos importados. De acordo com Bandeira Junior (1901), a fábrica impressionava pela ordem, asseio e o método que era observado em cada detalhe do trabalho.

Na zona oeste, no bairro da Água Branca, inicia-se o processo de criação da Companhia Antártica Paulista, localizada próxima a duas linhas férreas, a Inglesa e a Sorocabana. Em 1886 fabricava gelo, banha, preparação de presuntos,

⁵ Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=cerveja%20brazileira&pagfis=8214. Acesso em: 24 abr. 2022.

⁶ De acordo com Letícia Barbosa (2018), a baixa fermentação dá-se em temperaturas de 6 a 12°C. No início do processo, o mosto fica entre 10 e 15°C; ao final do processo a temperatura diminui, ocorrendo a decantação do fermento. Essa parte do processamento da cerveja pode durar cerca de 10 dias. Já a alta fermentação dá-se em temperaturas próximas de 14 a 20°C, podendo chegar a 25°C ao início do processo, ficando próximo a 17°C ao fim do mesmo. Disponível em: <https://brt.ifsp.edu.br/phocadownload/userupload/213354/A%20PRODUO%20DE%20CERVEJA%20A%20LONGO%20DA%20HISTRIA.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

conservação de carnes e todos os produtos de gado suíno. Em 1888 o cervejeiro alemão Louis Bücher associa-se a Joaquim Salles, alterando a razão social para “Antarctica Paulista – Fábrica de Gelo e Cervejaria”, transformando o frigorífico na primeira fábrica brasileira de cerveja de baixa fermentação. Em 13 de julho de 1889 é publicado no jornal A Província de São Paulo (atual O Estado de São Paulo) um dos primeiros anúncios de comercialização (p. 3): “Cerveja Antarctica em garrafa e barril - encontra-se a venda no depósito da fábrica à rua Boa Vista 50”.

Em 1890 fazem parte da força de trabalho da Cia. Antarctica Paulista 200 funcionários. Neste período a cidade de São Paulo contava com pouco mais de 50 fábricas, sendo que apenas a Antarctica e outras dez fábricas possuíam número superior a 100 funcionários.

Em 9 de fevereiro de 1891 foi oficialmente fundada a Companhia Antarctica Paulista como sociedade anônima, com 61 acionistas, entre eles João Carlos Antonio Zerrenner, Adam Ditrik von Bülow, Antonio Campos Sales, Antonio de Toledo Lara, Augusto Rocha Miranda, Teodoro Sampaio e Asdrúbal do Nascimento.

Em 1904, a Companhia Antarctica Paulista, sob controle da Zerrenner, Bülow & Cia., através da assembleia de 20 de julho, com ata publicada em 30 de julho no Diário Oficial do Estado de São Paulo, assume o compromisso de compra da Cervejaria Bavária de Henrique Stupakoff & Comp.

O desenvolvimento da indústria cervejeira no Brasil no final do século XIX e início do século XX dependia da sua capacidade de acesso a financiamento, pois era necessário alto investimento em capital fixo, com a aquisição de máquinas a vapor e de gelo, armazéns refrigerados e rede de distribuição do produto, de acordo com Ellen Assis e Michel Marson (2020). Analisando as origens do financiamento da Companhia Antarctica Paulista, os autores apontam uma série diversificada de fontes como: mercado de capitais, empréstimos bancários, títulos hipotecários, fornecedores, capital próprio e outras fontes não especificadas. Em 1891, 93,8% dos recursos eram provenientes do mercado de ações e debêntures, que consiste em um instrumento de captação de recursos no mercado de capitais, utilizado pelas empresas para financiarem seus projetos.

A importação de maquinários no país dobrou até 1907, a maior parte era de maquinários para produção de energia, indústria têxtil e para indústrias de cimento, cal e cerâmica, alimentos, bebidas, cigarros e charutos, etc. De acordo com Arias

Neto (2018), as importações para a Cia. Antarctica foram facilitadas pela Zerrenner, Bülow & Cia., empresa de Antonio Zerrenner e Adam von Bülow.

Alguns fatores para o progresso da industrialização em São Paulo foram apontados por Warren Dean (1976): as taxas dos produtos desembarcados na Baía de Guanabara eram muito maiores do que as do porto de Santos, tornando São Paulo mais interessante comercialmente do que o Rio de Janeiro; política fiscal favorável e o crescimento do mercado de café, que gerava dinheiro e créditos para o Estado de São Paulo, beneficiando a indústria.

O dinamismo do setor cafeeiro, resolverá problemas de infraestrutura, como dos transportes ferroviários, porto marítimo, comunicações e de urbanização, de acordo com Wilson Cano (2007). A localização próxima às linhas férreas será fundamental, a primeira instalação da Cia. Antarctica se deu próxima à duas linhas férreas Sorocabana e Inglesa. A Cervejaria Bavaria, que foi adquirida pela Cia. Antarctica em 1904, possuía um serviço de recebimento e de entrega feito diretamente das oficinas ou dos depósitos para os vagões da Inglesa, que possuía dois desvios nos terrenos da fábrica, segundo Bandeira Junior (1901). A primeira filial inaugurada em Ribeirão Preto em 1911 estava próxima à estrada de ferro Mogiana, a empresa se valerá dessa infraestrutura impulsionada pelo sistema cafeeiro para se modernizar e expandir, adquirindo novos maquinários e transportando suas mercadorias.

Reflexos internos das circunstâncias internacionais estão ligadas ao desenvolvimento industrial no país, pós Primeira Guerra Mundial. Com a derrota da Alemanha, o Brasil reage contra os bancos alemães, o que poderia afetar o desenvolvimento da CAP e a distribuição de outros produtos, podendo acarretar prejuízos não apenas para a empresa, mas para a população, por exemplo, em 1918:

A Companhia Antarctica Paulista era de propriedade da firma importadora Zerrenner-Bülow, financiada pelo Brasiüanische Bank für Deutschland. Fazia quase toda a cerveja de São Paulo, fabricava refrigerantes e gelo e era credora hipotecária da fábrica local de garrafas de vidro. Tendo em mente as demonstrações populares sobre o custo de vida, o consulado instou com o Secretário de Estado que não recusasse matérias-primas à Antarctica, receoso de que o povo da cidade se voltasse contra os Estados Unidos. (DEAN, 1976, p.109)

Em 1922, os recursos próprios dos lucros e fundos da CAP ultrapassam o valor advindos das ações, passando a representar mais de 50% entre 1925 e 1930. A implantação dos equipamentos culturais pela cidade, sendo espaços não apenas

de lazer, mas para as vendas dos produtos da empresa, contribuíram para o aumento dos lucros.

As fichas de contratação da CAP trazem informações da industrialização no Estado de São Paulo. Além da documentação da matriz Mooca, temos também documentos das filiais de Ribeirão Preto e Santos. A documentação de Santos apresenta uma composição de funcionários com 90% de portugueses, 2,7% de japoneses e 1,6% de negros. A filial de Ribeirão Preto tem uma diversidade de estrangeiros, com maioria italiana, 23 negros e não tem japoneses.

Entre os negros apenas três possuem uma função diferente: 1 *chauffeur*, 1 cacheiro de comissão, 1 carroceiro, os demais estão registrados como “trabalhador”. Com o campo para assinatura, podemos localizar os alfabetizados: entre esses 23 negros, 6 não alfabetizados, não havendo distinção salarial entre eles. Em novas pesquisas é possível relacionar as condições dos trabalhadores negros de Ribeirão Preto e São Paulo. Abaixo temos a imagem da ficha de Ernesto Borges, contratado em 22 de agosto de 1921.

Figura 4 – Ficha de Ernesto Borges

Nome *Ernesto Borges*
 Data da admissão *22* de *Agosto* de 19*21*
 Nascido a *14* de *Março* de *1900*
 Lugar do nascimento *Camelândia, Est. de São Paulo*
 Filho de *Manoel Borges da Silva*
 e de *Luiza da Cunha Trindade*
 Estado civil *Solteiro*
 Natureza do cargo ou serviço *Trabalhador*
 Ordenado mensal
 Diária *200 mil por hora*
 Vencimentos ou gratificações
 Porcentagens
 Residência *Alameda São João, 100, São Paulo, SP*
 Assinatura do empregado *Ernesto Borges*
 Observações

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrener.

Assim, podemos verificar a multiplicidade do proletariado no Estado de São Paulo. Os estudos não podem generalizar uma composição, além de nos trazer questionamentos para futuras pesquisas dos motivos dessas diferenças. Santos, por exemplo possui mais funcionários japoneses que negros, sendo uma cidade que foi rota de fuga para ex-escravizados, com a formação quilombo do Jabaquara e quilombo do Pai Felipe.

Ante tal evidência pesquisamos o jornal Redenção, fundado em 1887, pois esse periódico tinha como função ser espaço para organizar e aglutinar os chamados “caifazes”, uma multidão de cocheiros, mascates, ferroviários, pequenos comerciantes, artesãos, estudantes, profissionais liberais, mulheres, menores e libertos, que auxiliavam os escravos em suas fugas, facilitando suas viagens nas ferrovias e orientando para o quilombo do Jabaquara em Santos, de acordo com Célia Azevedo (1987).

Sendo assim, a ínfima presença negra na filial de Santos é um fato que nos chama a atenção, infelizmente a falta de documentação que demonstre se os negros se apresentavam como candidatos ou eram recusados para as vagas e os motivos das recusas deixa vácuos e questionamentos.

Analisando a Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1928, o Estado possuía 51 fábricas de cervejas, a produção em 1910 era de 20.958.870 litros, passando para 62.207.309 litros em 1928. A Companhia Antarctica Paulista em 1928 aparece como a primeira em capital 12.750:000\$000, número de operários 2.333, e força motriz 3.000 C.E., no Estado. Em número de operários a filial da Cia. Brahma fica em segundo lugar com 380 funcionários. Os dados apontam a Cia. Antarctica em 1928 como a maior indústria cervejeira no Estado de São Paulo: dos 3.601 operários em cervejarias, 64% eram empregados da Cia. Antarctica. Comparando com as primeiras 10 fábricas de tecidos de algodão do Estado, a Cia. Antarctica perderia em número de empregados apenas para o Cotonifício Rodolpho Crespi, que empregava 3.000 operários em 1928, as demais não passavam de 2.000 operários. Dentro do gênero alimentício, as cervejarias seriam a 4ª em números de estabelecimentos, porém, a 2ª em número de operários, demonstrando o crescimento desse tipo de estabelecimento industrial no Estado de São Paulo e Cia. Antarctica como a maior deles.

Em 1929 o Estado de São Paulo passa a ter 69 cervejarias, um salto que demonstra claramente o crescimento do setor e a mudança de hábitos de consumo

da cerveja, que seria então a bebida mais produzida no Estado. Com o aumento do número de fábricas e o aprimoramento das técnicas a produção passou de 20.858.970 litros em 1910 para 68.684.292 litros em 1929, de acordo com os relatórios de Estatística Industrial do Estado de São Paulo.

A quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 afetará diretamente a produção industrial brasileira, impactando o setor cervejeiro que estava em ascensão. Em 1930 a produção de cerveja nacional caiu para 48.756.218 litros anuais, o que influenciou o desenvolvimento da Companhia Antarctica Paulista, maior indústria cervejeira do Estado de São Paulo até 1929 com 2.484 operários; em 1930 terá apenas 731, um corte de 29,4% no seu quadro de funcionários. A crise de 1929 foi mencionada em relatório anual da diretoria aprovado na assembleia de 25 de março de 1930:

Como já se acha mencionado em outro lugar é do conhecimento de todos o periodo de crise de que o paiz inteiro se resentiu durante o anno em revista, crise essa principalmente oriunda de factos de caracter financeiro que se manifestou pela grande escassez de numerario.

É natural que se redundou na completa paralysação do negocios em geral e consequente retrahimento por parte dos consumidores.

Ainda assim, embora todas as dificuldades que as industrias em sua maior parte tiveram de enfrentar, temos grande satisfação de poder apresentar aos nossos Accionistas dados do balanço que permitem um juízo seguro sobre o crescente desenvolvimento dos negocios da Companhia no que se refere principalmente a venda dos seus productos e consequente franca acceitação dos mesmos. (COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA - RELATORIO DA DIRECTORIA, 1930, p. 5)⁷

Apontando brevemente a crise, o relatório tenta demonstrar aos acionistas que não há necessidade de preocupação, pois diante dos esforços da diretoria, o balanço era positivo, assegurando o desenvolvimento dos negócios principalmente em relação à venda dos produtos e a aceitação deles no mercado. Os valores advindos de ações já estavam em segundo lugar, sendo a maior renda adquirida através dos seus próprios lucros, como apontado anteriormente, por isso o tom apaziguador do relatório. Os impactos chegarão com mais força na empresa entre 1931 e 1932 com o fechamento das filiais da Bahia e de Bauru e a queda dos funcionários da matriz para 549 operários. Sua recuperação ocorrerá anos depois, ficando para futuras pesquisas o período pós 1930, o desenvolvimento e ampliação da indústria cervejeira na cidade.

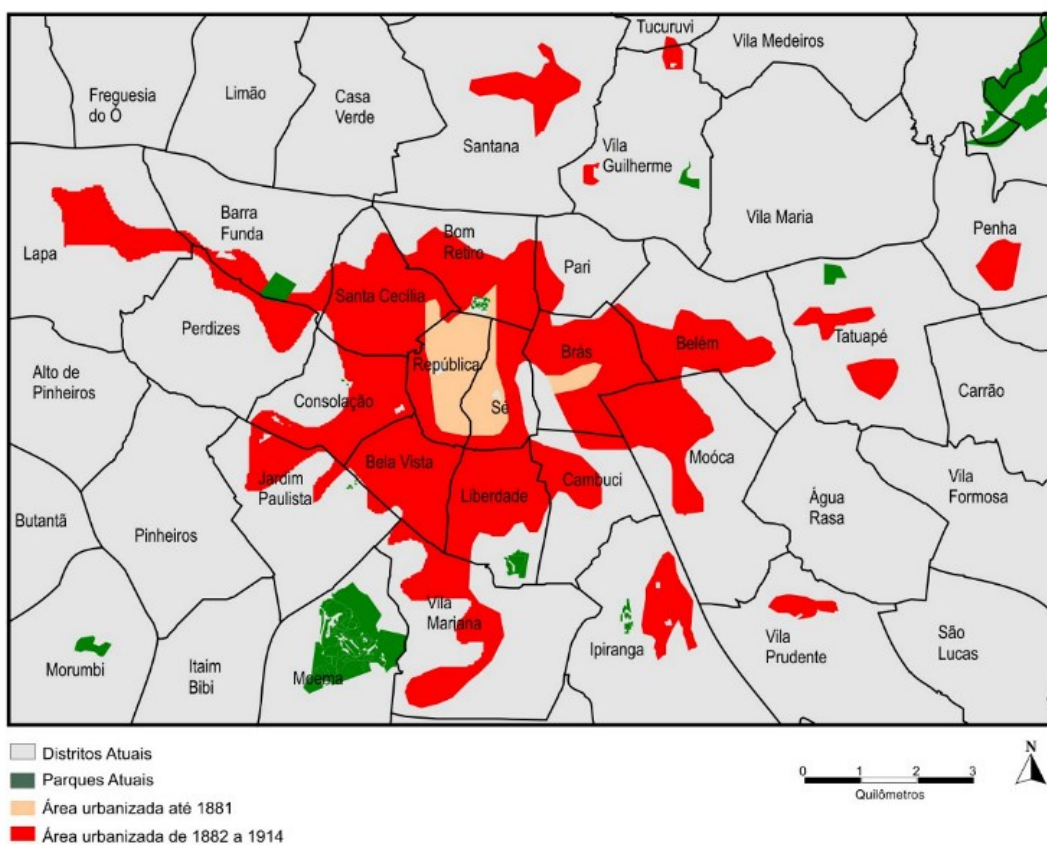
⁷ Acervo Fundação Zerrenner. Ver história dessa fundação em: <http://www.contadino.com.br/assets/zerrenner-2016.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

Como vimos São Paulo começa a se expandir e se transformar em metrópole com o sucesso do comércio cafeeiro que estimulou os investimentos no processo de urbanização da cidade, segundo Fábio Dantas Rocha (2018). Entre 1900 e 1920, o parque industrial paulistano se expandiu enormemente, dos 17 cotonifícios de 1900, nota-se um aumento para 41 em 1915, que empregaram um número quatro vezes maior que na primeira data, consoante Warren Dean (1976). Podemos perceber no Mapa 1 a expansão urbana em curso a partir de 1882, ano de criação da Cervejaria Bavaria.

Mapa 1 – Avanço da urbanização em São Paulo entre 1882 e 1914.

Área Urbanizada

1882/1914



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa.
 Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
 Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

A região da Mooca começou a ser urbanizada entre 1882 e 1914, como vimos no mapa acima, e é ampliada entre 1915 e 1929, como podemos verificar no Mapa

São Paulo, contribuindo para a ampliação do espaço urbano como explicitado nos mapas acima. Havia um estímulo ao usufruto e convivência republicana nos espaços públicos, difundindo um padrão de civilidade e urbanidade: “Em breve a população, antes recatada e presa aos espaços domésticos, contagiou-se do entusiasmo pelos ‘salões verdes’ e saía em legiões nos fins de semana, para passeios, exercícios e ‘picnics’ nos parques e jardins” (SEVCENKO *apud* PALLAMIN, 2015).

Era necessária a difusão dos produtos Antarctica, a mudança no hábito de tomar cerveja. Como visto anteriormente a produção é diferenciada das demais produzidas no país, além do ato de beber cerveja estar ligado as práticas de sociabilidade:

Esse colossal consumo é quase sempre - se não sistematicamente - prazeroso: não se bebe cerveja como alimento, não se bebe cerveja como remédio, não se bebe cerveja como rito ou culto (o que ocorre com o vinho), não se bebe cerveja por desfastio, não se bebe cerveja por dor de cotovelo ou dores mais à cabeça. Bebe-se pelo prazer de viver, sobretudo de conviver- os bebedores solitários de cerveja são poucos e não estão bem, ou falta-lhes, no momento, um amigo. Desde muito cedo, as cervejarias, em várias partes do mundo, se fizeram enormes ambientes, extremamente conviviais, risonhos, extrovertidos, ridentes, cantantes, dançantes até. (HOAUISS, 1986, p. 42)

Em seus cinco primeiros anos de atuação, a capacidade de produção de cervejas da Cia. Antarctica Paulista atinge a marca de 40 mil hectolitros/ano, número considerado alto mediante ao fato de a cerveja ainda ser um produto pouco divulgado no país.

A relação direta entre o consumo da bebida e o lazer urbano fez com que a Companhia Antarctica Paulista criasse espaços de lazer, em busca de dar vazão e impulsionar as vendas de seus produtos. Em 1922 já estava bem clara essa relação entre os espaços e a venda de produtos.

Os principais logradouros publicos que embellezam a Capital paulista, são de propriedade da Companhia Antarctica, e além de proporcionar ao publico horas deliciosas de garrula alegria, nelles a Antarctica em larga escala vende os seus produtos tão apreciaveis em todo o Brasil. (CAPRI, 1922).

Esses locais tinham como modelo os *bieregardens* alemães, que eram áreas de lazer com bares e restaurantes, são um ponto para compreendermos como a cerveja foi se incorporando ao hábito do consumo, já que a cachaça foi até a década de 1940 a principal bebida alcóolica consumida no país, de acordo com Eduardo Fernandes Marcusso (2021). Através desses locais a Cia. Antarctica divulgava e vendia suas marcas e se expandia pela cidade.

O Parque Antarctica será um dos espaços de sociabilidade, inaugurado em 1902 é descrito por Paulo Florençano:

Ao lado das suas instalações, na Água Branca, a Companhia Antarctica Paulista, reservou uma área destinada ao público. Havia, ali, árvores frondosas em grande quantidade, formando áreas, ou então, bosques; pavilhões rústicos, lembrando a terra de maior difusão da cerveja; lagos artificiais; pistas para esportes; carrossel para as crianças; coretos, onde bandas musicais executavam retretas, aos domingos e feriados; restaurantes, etc. Tudo havia no Parque Antarctica, para que o logradouro se tornasse, como de fato se tornou, um dos mais concorridos da Capital. (FLORENÇANO, 1954)

Na imagem abaixo pertencente ao Acervo da FAU/USP vemos a entrada arborizada do parque, como descrito por Florençano, em frente um barril com o nome da Companhia, ideia similar aos *biergardens*, parque arborizado, com espaço para a venda e consumo da cerveja e demais bebidas produzidas pela empresa.

Figura 5 - Parque Antarctica



Fonte: Arquivo FAU/ USP nº 338/01

O parque ficou na memória das pessoas. Uma que narra suas experiências de criança foi a escritora Zélia Gattai em seu livro “Anarquistas, graças a Deus”:

Grande programa, o maior, o melhor de todos para mim – a ida ao Parque Antarctica, na Avenida Água Branca. Ai que frio no estômago ao subir na roda-gigante! E o carrossel? Era por acaso pouco emocionante montar os coloridos cavalos de pau? Chegava a sentir vertigem naquele sobe-e-desce dos cavaleiros rodando, rodando...Havia um hábito intolerável dos adultos: plantavam-se de pé, cada qual ao lado de sua criança. Eu detestava essa proteção, preferia andar solta, galopar em liberdade. No fundo, no fundo,

não seria apenas um pretexto dos sabidos para se divertirem às nossas custas? E os trenzinhos puxados a burro, circulando pelo parque todo? As carrocinhas arrastadas por bodes e carneiros? Os pirulitos de todos os formatos e cores? As bolas de ar, subindo lá no céu, presas por um barbante? O algodão de açúcar? As gasosas e os sanduíches? O Parque era divino!” (GATTAL, 1991, p.26).

As memórias da escritora nos trazem um pouco da dimensão do parque, as atividades que havia para as crianças, os brinquedos, os tipos de produtos vendidos, o encantamento ao estar naquele espaço considerado divino aos olhos da menina. Continuando o relato de suas memórias, deixa explícito que o local não era barato e não podia ser frequentado sempre:

Pena não frequentá-lo sempre. Não adiantava pedir que nos levassem, chorar, espernear. Parque Antarctica? Outra vez? Com essa criançada toda? Querendo tudo o que vê? Não, não sou Matarazzo nem Crespi! Desculpava-se papai. Mamãe reforçava a recusa do marido, aproveitava para nos ensinar um pouco de sua língua: “Bisogna um sacco de soldi”, um sacco de dinheiro, sim, traduzia”. (GATTAL, 1991, p.26)

A família de Zélia era grande, sendo dispendioso o passeio constante com dois adultos e cinco crianças. O pai, que se chamava Ernesto Gattai, menciona o nome de dois grandes industriais italianos: Matarazzo (Francisco Matarazzo) que foi o fundador das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, o maior complexo industrial da América Latina no início do século XX, instalado em 1920 no terreno vendido pela Companhia Antarctica Paulista no bairro da Água Branca; e Crespi (Rodolfo Crespi) fundador do Cotonifício Rodolfo Crespi, indústria têxtil inaugurada em 1897 no bairro da Mooca. Essa citação dos grandes industriais demonstra a diversidade econômica dos imigrantes italianos na cidade de São Paulo. A posição da mãe, que concorda com o pai e aproveita para ensinar o italiano aos filhos – hábito ainda possível, lembrando que em 1939 foi proibido pelo governo de Getúlio Vargas que se falasse em línguas estrangeiras em público.

O Parque Antarctica será um espaço para a elite, mas também para a classe operária, com a prática de diversos esportes, principalmente o futebol. O campo era alugado pelos times da cidade; nele ocorreu o primeiro campeonato oficial de futebol brasileiro, o Campeonato Paulista. A partida de estreia ocorreu em 03 de maio de 1902 entre os times Mackenzie College e Germânia. Em 1920 o parque é vendido para o então Palestra Italia (sem acento como escrito na época), mas com a condição de favorecimentos aos funcionários da empresa e da venda exclusiva de produtos Antarctica por 99 anos desde a inauguração do parque, continuando o espaço não apenas como lazer, mas como local da venda dos produtos Antarctica.

Sem acesso a mais imagens do parque durante a década de 1920, não podemos afirmar sobre a circulação dos funcionários negros da CAP, se usufruíam desse espaço de lazer na cidade, como a comunidade italiana, ficando para futuras pesquisas esse tema.

Na mesma linha dos *biergardens* a CAP comprará as terras do Bosque da Saúde, local de extensa área verde que será muito frequentado pelos paulistanos, com acesso dado através da linha de bonde que saía a cada hora da Praça da Sé, de acordo com Quadro Analítico Regional Vila Mariana (2016).

O Parque Antarctica ainda faz parte da paisagem paulistana, atualmente como Allianz Parque, estádio do Sociedade Esportiva Palmeiras (antigo Palestra Italia). No rol de estabelecimentos da CAP também está o Teatro Polytheama, construído em 1891 e inaugurado em 1892 na ladeira de São João. De acordo com a pesquisa liderada por Elizabeth Ferreira Cardoso Ribeiro Azevedo: Inventário da cena paulistana: antigos edifícios teatrais (de meados do século XIX ao fim da Primeira República)⁸, o teatro era uma grande oportunidade de contato com as principais metrópoles do mundo, além de espaço de convivência entre pessoas de diferentes origens e condições socioeconômicas. O primeiro espetáculo no Polytheama foi da Companhia Portuguesa de Comédias e Operetas dirigida por Souza Bastos em 1893, de acordo com Diogenes Sousa (2017), corroborando a tese do contato da arte de outros lugares do mundo. Construído inicialmente para ser um circo, o Polytheama transformou-se em dos teatros mais famosos da cidade, tornando-se um café-concerto:

De um lado um bar com mezinhas de ferro, fornecidas pela Antarctica, com um balcão e uma prateleira cheia de garrafas; de outro lado um “tiro ao alvo”, onde se viam alvos de cartão, figuras que se moviam e um pequeno repuxo d’água sustentando um ovo vazio. Os habitués passavam em geral os intervalos, alvejando com espingardas Flaubert, os alvos, as figuras e o ovo, a duzentos réis o tiro. (AMARAL *apud* RAGO, 2004, p.394)

Os relatos corroboram que os novos espaços eram frequentados pela elite paulistana. O teatro, além de espaço de entretenimento, também era local de investimento rentável, de acordo com Elizabeth Azevedo. Neste sentido a recém-inaugurada fábrica de cerveja CAP tem um espaço para a venda de seus produtos, fazendo com que a cerveja de baixa fermentação entrasse no rol de consumo dos paulistanos, além de fazer frente a concorrência, por exemplo, com a Cerveja Aurora anunciada no jornal Commercio de São Paulo em 1893, como sendo a mais fresca e

⁸ Pesquisa completa disponível em: www2.eca.usp.br/cdt-inventario/. Acesso em: 14 abr. 2022.

excelente cerveja que tinha aparecido no mercado de São Paulo. O teatro tinha capacidade para 3.000 pessoas, passou por incêndio em 1899, reformas em 1905, mas teve um fim trágico com outro incêndio em 1914.

No limiar da expansão urbana da cidade está o aumento do número de teatros. Segundo Elizabeth Azevedo, no final do séc. XIX existiam 53 espaços na região da Sé, 35 na República e 28 no Brás. É em meio a este desenvolvimento que a Cia. Antarctica inaugura outro local, o Bijou Teatro, construído entre 1898 e 1899, que teve vários nomes até a inauguração como Bijou em 1907 – local com exibição de filmes e espetáculos cênicos, foi demolido em 1914 para a reurbanização do Vale do Anhangabaú.

Nas primeiras décadas do séc. XX o teatro está em baixa, perdendo espaço como negócio e o cinema passa a entrar em voga, consoante Elizabeth Azevedo. Tendo perdido dois teatros, um por incêndio, outro para a reurbanização da cidade, a Companhia Antarctica inaugura no Vale do Anhangabaú em 1916 o Cine Central, prédio de seis andares, novo local de entretenimento e de vendas de seus produtos. Percebe-se que a CAP está atenta ao desenvolvimento da cidade, criando espaços que serão rentáveis em local de grande fluxo de pessoas. Nas palavras de Roberto Capri (1922): “O *Cinema Central* é o preferido pela *élite* paulistana: é o mais chic dos cinemas da capital.” Podemos depreender que a classe trabalhadora não frequentava o espaço, sendo para o lazer e entretenimento dos ricos. O local trazia para as suas telas as últimas novidades cinematográficas. Na década de 1920, o cinema se torna um dos principais pontos de encontro da nata da sociedade paulistana, consoante Margareth Rago (2004).

A região central da cidade de São Paulo é palco de grandes transformações: instalações dos trilhos para os primeiros bondes elétricos, construções de diversos espaços como: Teatro Municipal, Prédio Alexandre Mackenzie, Teatro São José, Prédio da Cia. Telefônica, Praça da República, etc. O local terá uma grande circulação de pessoas que poderão usufruir dos novos espaços criados. Não é coincidência a CAP ter criado seus equipamentos de entretenimento nessa região. Além dos já mencionados, é inaugurado em 1913 o Cassino Antarctica no Vale do Anhangabaú. O local teve problemas estruturais e foi arrendado por outras empresas até o seu fechamento em 1939.

Em 1954 para as comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo, a Companhia Antarctica Paulista contribuiu para o lançamento do livro Nasce uma

Metrópole (A evolução de São Paulo no Período Republicano), escrito por Paulo C. Florençano e com pinturas de Diógenes Duarte Paes, morador de Jundiaí, e do uruguaio Pedro Alzaga. O prefácio escrito por Hamilton Prado demonstra a importância que a indústria dá para a formação, crescimento e riqueza de São Paulo, através de seu desenvolvimento e da criação de hospitais, ambulatórios, creches, abrigos de menores, escolas, através da Fundação Antonio e Helena Zerrenner (FAHZ), para melhorar a condição de vida dos trabalhadores e preparar novas gerações de cidadãos mais aptos para melhor servirem a pátria. A dimensão do entendimento não é apenas regional, já em 1954 tinha-se a ideia da contribuição para o Brasil. As ações da Fundação Zerrenner, que completou 85 anos em 2021, foram pouco estudadas, mas é impossível dissociar sua história da Cia. Antarctica e vice-versa.

Em 1885 Antonio Zerrenner e Adam von Bülow investem na criação da Companhia Antarctica Paulista, oficializada em 1891. Por meio de uma notícia de jornal, a dupla fica sabendo da compra de um terreno na Água Branca. As terras pertenciam a Jesuíno José da Silva e foram vendidas a João Alberto de Salles, Joaquim Salles, Luiz Salles, José Alves de Cerqueira Cesar, Luiz de Toledo Pizza, Antonio Penteado e José Paulino Nogueira (entre outros). O objetivo era abastecer a cidade com gêneros de primeira instância. Em junho de 1885 o contrato da empresa, que seria a Joaquim Salles e Cia. é arquivado na Junta Comercial do Rio de Janeiro. Zerrenner e Bülow se tornam os maiores credores do grupo da Água Branca, o que lhes garante a posição de maiores acionistas da Companhia Antarctica Paulista.

A família Von Bülow inserida na urbanização e expansão da cidade de São Paulo, se instalará na Avenida Paulista em 1902. A avenida foi inaugurada em 1891, mesmo ano da CAP, projetada pelo engenheiro Joaquim Eugênio de Lima. Sua grandeza, na época, já apontava para sua vocação de futuro símbolo da cidade.

Em 1933 Antonio Zerrenner falece e as ações da Companhia Antarctica Paulista e da Companhia Cafeeira de São Paulo passam para Dona Helena Zerrenner, sua esposa. O testamento previa também que os bens remanescentes seriam utilizados na criação de uma fundação na Alemanha, voltada para estudantes pobres e pessoas necessitadas, dando origem, em Dresden, à fundação alemã

“Anton Zerrenner Stiftung”. “depois da morte de minha mulher, todos os bens existentes serão destinados a fundação de asylos e fundos de beneficência na Alemanha, para auxiliar os membros necessitados ou pobres, mas dignos, da família Zerrenner (ou Zerener), subsídios a

estudantes pertencentes a mesma família ou semelhantes (...) estas instituições serão fundadas na Alemanha, em lugar conveniente para esse fim, respeitados quaesquer desejos de ultima vontade deixados por minha então viúva (...)” (ZERRENNER, 1933, p. 11)⁹

Essa fundação, por meio dos testamenteiros alemães, passou a pleitear direito à herança do casal Zerrenner, após falecimento de Dona Helena Zerrenner, em 1936.

Em 1934 a viúva Dona Helena decide fazer o seu testamento e impõe algumas mudanças nas disposições do Comendador Zerrenner quanto à fundação na Alemanha, incompatível com a legislação brasileira. Em seu testamento, determina a criação de duas fundações: uma nacional e outra alemã. A Fundação estrangeira (*Anton und Helene Zerrenner Stiftung*) deveria ser constituída por meio do patrimônio da propriedade alemã de D. Helena, assim como pela metade da renda líquida da Fundação Brasileira, a futura Fundação Antonio e Helena Zerrenner (FAHZ).

Dona Helena teve que enfrentar uma batalha jurídica para ser reconhecida como legítima herdeira. Deixou como seus testamenteiros: Walter Belian, Manoel Thedim Lobo, Dr. Antonio Bento Vidal, Dr. Alberto Wulff, Dr. Fritz Gerieke. Dr. Walter Belian secretariou Dona Helena nesse processo e ficou encarregado de assumir a direção da Companhia Antartica Paulista e da Fundação a ser criada.

Em maio de 1936, Dona Helena Zerrenner falece. A decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o caso saiu no dia seguinte, reconhecendo-a como legítima herdeira do Comendador Zerrenner, e em 22 de setembro de 1936 é criada a Fundação Antonio e Helena Zerrenner com a herança do casal.

Em 1938 a sede da Fundação na Rua Vergueiro, nº 01, passa a funcionar como um pequeno ambulatório médico, conhecido como Ambulatório Central. Eram poucos médicos e alguma dezenas de enfermeiras que se revezavam para atender aos beneficiários. Os profissionais médicos e outros serviços ofereceram atendimento e prestação de serviços gratuitamente nesse primeiro momento. No mesmo ano o diretor da FAHZ, Walter Belian faz a doação de 10 ações da CAP para a FAHZ, o que dá direito à Fundação de não apenas assistir, mas também participar, com voto, das assembleias da CAP. Atualmente possui 10,2% das ações ordinárias

⁹ Testamento de João Carlos Antonio Frederico Zerrenner, falecido em 8 de setembro de 1933, Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

da Ambev, devido à fusão ocorrida nos anos 2000 entre a Companhia Antarctica Paulista e a Companhia Cervejaria Brahma, criando a Ambev.

A instituição sempre teve dois pilares, o educacional e o assistencial. No âmbito educacional, através da Lei Orgânica do Ensino Industrial promulgada em 30 de janeiro de 1942, a FAHZ inaugura em 1943 a Escola Pré-Vocacional Presidente Getúlio Vargas no Parque Antarctica, bairro da Água Branca, em São Paulo. Gratuita e com previsão de alcançar 900 estudantes, a escola era voltada aos funcionários da Cia. Antarctica e à comunidade em geral.

As escolas pré-vocacionais aparecem definidas pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1937:

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937)

É nesse contexto que é criada a escola, que passa por várias transformações educacionais ao longo dos anos. Atualmente são dois estabelecimentos de ensino, um no bairro do Cambuci em funcionamento desde 1947, atualmente se chama Colégio Doutor Walter Belian; outro estabelecimento de ensino em Sete Lagoas no Estado de Minas Gerais, o Colégio Professor Roberto Herbst Gusmão, ambos com Ensino Fundamental e Médio e parceria com o SENAI para o oferecimento de cursos Técnicos voltados aos filhos dos funcionários da própria Fundação e da Ambev, e parte das vagas remanescentes são sorteadas para a comunidade para ingresso no primeiro ano do ensino Fundamental.

No âmbito assistencial em 1945 a FAHZ funda o Hospital Santa Helena, em São Paulo. A administração foi coadjuvada pelas Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, instituição de referência tanto para Dona Helena como para a Dona Erna. O edifício possuía seis andares, com entrada para a Rua Joaquim, 36, oferecendo serviços de clínica geral, pediatria, obstetrícia, ortopedia e cardiologia. Tinha também um centro cirúrgico, um banco de sangue, gabinetes de raios X e

equipamentos para radioterapia – considerados avançados para aquela época. O hospital encerrou as suas atividades em novembro de 2015. No entanto, no ano seguinte, em 2016, foi alocado por meio de licitação pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Assim, tornou-se a Unidade Referenciada Oswaldo Cruz Vergueiro. O hospital alemão teve auxílio de Antonio Zerrenner para sua criação, em 1897 ele liderou um grupo de imigrantes alemães e fundam o Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Em testamento, em setembro de 1933, Zerrenner deixou uma quantia para compor o patrimônio do hospital.

Nos anos 2000 a Fundação Assistencial Brahma é incorporada à Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, mantendo-se inalterado o nome desta última, assim como a sua administração estatutária e os direitos de seus beneficiários. As empresas prestadoras de serviços médicos, hospitalares e odontológicos da Fundação Assistencial Brahma tiveram os seus contratos assumidos pela FAHZ.

Ao longo dos 85 anos de existência, a instituição teve creche, lar para idosos, abrigos para menores, todos voltados para a família dos funcionários da CAP e da própria Fundação. Como acionista da Ambev, mantém atualmente benefícios de educação e assistências diversas aos mais de 75 mil colaboradores Ambev e dos seus próprios funcionários. História rica, que precisará ser aprofundada em pesquisas futuras.

A narrativa do livro *Nasce uma Metrópole* (1954) é épica, comparando os esforços para a construção de São Paulo pelos jesuítas e construção da Cia. Antarctica, passando por alguns pontos da cidade – interessante notar que alguns lugares ainda existem, porém com outras características. Pintadas na década de 1950 pelos artistas mencionados. As obras comentadas remetem ao início do século XX até 1950, como a Rua Direita, Mosteiro de São Bento, Largo da Memória, Rua 15 de Novembro, Avenida 9 de Julho, Parque Antarctica, Avenida Ipiranga. O final do livro é dedicado à Cia. Antarctica, demonstrando sua evolução tecnológica e produtos. A Cia. Antarctica está na formação de São Paulo enquanto metrópole, e a empresa tinha isso claro, patrocinando um livro em data simbólica para a cidade e mostrando a sua inserção nesse cenário. O livro e os quadros fazem parte do acervo histórico da Fundação Zerrenner.

É inegável a participação da Companhia Antarctica Paulista na urbanização da cidade de São Paulo, desde sua criação em 1891 e instalação definitiva no bairro

da Mooca em 1920, formando na região um complexo industrial, incluindo vila para os operários que permaneceu até 1995. Ainda podemos ver alguns elementos das moradias de operários na região da Mooca, mas por pouco tempo. A vila de operários criada no final do séc. XIX foi vendida para a Cury Construtora em 2021. Ainda é possível ver a placa do Memória Paulistana colocada em uma das casas na Rua Coronel João Dente, mas provavelmente essa será a última imagem desse espaço que abrigou gerações de funcionários.

Figura 6 - Placa Vila Operária da Antártica



Fonte: Da autora, fevereiro 2022.¹⁰

Além da venda do terreno onde era a vila operária, o espaço onde era a fábrica da CAP também foi vendido em 2019 para a operadora de plano de saúde Prevent Senior, com a intenção de transformar o local em um complexo de lazer e saúde para a terceira idade.

A venda desses espaços coloca em perspectiva a problemática da preservação do patrimônio urbano industrial da cidade de São Paulo. Como definição temos em 2003 a publicação da Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*):

¹⁰ Na placa está escrito: Memória Paulistana. Vila Operária da Antártica. A vila foi construída nesse local no final do século XIX. Era destinada aos operários da Companhia Antarctica Paulista. Desativada em 1995.

O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial, 2003)¹¹

Considerando o complexo da Companhia Antarctica Paulista enquanto vestígio das transformações por meio da industrialização e testemunho de processos produtivos, em 2016 o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), por meio da Resolução Nº 19 / CONPRESP / 2016, resolve tomba algumas partes do que foi a fábrica e dá algumas diretrizes para sua preservação, estipulando regras para posteriores intervenções no local para que não haja a total descaracterização do complexo fabril:

Artigo 1º - TOMBAR as EDIFICAÇÕES situadas no perímetro da **ANTIGA FÁBRICA ANTARCTICA**, localizada na Avenida Presidente Wilson, 251, 307 e 367, SQL 028.046.0075-0, matrícula nº 139.166 do 7º Cartório de Registro de Imóveis, infra especificadas, conforme mapa anexo.

Edifício 1, 2, 3, 4 - Preservação da arquitetura e elementos externos.
Edifício 5 – Preservação da arquitetura e elementos externos, incluindo coberturas, envasaduras, preservação das estruturas metálicas internas e externas.

Edifício 6 – Preservação da arquitetura e elementos externos e preservação da estrutura interna.
Preservação integral da **chaminé** situada ao lado do edifício 5, incluindo os letreiros.

Artigo 2º - As propostas de intervenção nos edifícios listados no Artigo 1º deverão ter projeto de restauro específico. Qualquer intervenção deverá ser analisada pelo Departamento do Patrimônio Histórico e deliberada pelo CONPRESP. (Resolução Nº 19 / CONPRESP / 2016)

Apesar do tombamento de alguns espaços ocorrido em 2016, com a venda em 2019 não temos como saber se o novo espaço que será destinado ao lazer para idosos manterá as características fabris. Além de que, uma das diretrizes da carta de Nizhny Tagil, que diz respeito à manutenção dos locais de habitação, não foi mencionada na resolução, ou seja, a vila operária não foi contemplada pelo CONPRESP; as ações de preservação do patrimônio industrial estão direcionadas para os galpões e fábricas, não para o entorno, deixando de lado formas de construir e habitar na cidade:

¹¹ Tradução de responsabilidade da APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial.

A cidade de São Paulo, destinada a se verticalizar quase completamente, excetuando-se poucos conjuntos de casas preservados em certos bairros, faz desaparecer formas de construir e habitar, além de amputar parte do sistema de produção e ocupação da cidade vinculada ao processo de industrialização, que são os espaços de morar dos operários. (GAGLIARDI; CARVALHO, 2020, p.14)

Os impactos dessas escolhas contribuem para a dificuldade que teremos em reconstituir os processos de urbanização. Com essa ausência do registro dos diferentes momentos da industrialização na cidade, segundo Gagliardi e Carvalho (2020), e seguindo o plano de verticalização residencial na cidade, o espaço que era de casas de operários dará lugar à Cury Cidade Mooca.

Analisamos a Companhia Antarctica Paulista como indústria pioneira na fabricação de cerveja de baixa fermentação no Brasil, estilo mais apreciado até a atualidade, dentro do momento histórico de desenvolvimento industrial no país, a construção de locais de lazer e para a venda de seus produtos, espaços que farão parte da transformação urbana da cidade de São Paulo. A imigração alemã na cidade de São Paulo é pouco estudada, esse é um tema que poderá ser abordado em novas pesquisas. Com o capital intelectual de produção de cerveja, os alemães transformam uma fábrica de gelo e banha de porco em uma das maiores fabricantes de cerveja do Brasil. O foco do próximo capítulo será a inserção do negro na consolidação dessa empresa: como foi perguntado por Carlos José Ferreira se eram todos italianos na cidade de São Paulo, nos perguntamos se eram todos alemães na Companhia Antarctica Paulista na cidade de São Paulo?

Nossa intenção não é nos aprofundarmos sobre a Companhia Antarctica Paulista, mas entender mais sobre os trabalhadores negros entre 1920 e 1930 na cidade de São Paulo, através do preenchimento de suas informações enquanto funcionários da CAP no período em análise, diminuindo uma lacuna historiográfica, pois após 1888 com a promulgação da lei “Áurea”, ex-escravizados estavam nas ruas, casebres, cortiços, no comércio informal, nas redes de serviço, nos empregos públicos subalternos e nas fábricas, porém, foram excluídos destas por uma historiografia que associou a história do trabalho no Brasil e do movimento operário aos imigrantes italianos e anarquistas espanhóis, segundo Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2011).

Neste capítulo discutimos leis e a cidadania para a população negra, a inserção do negro na metrópole paulistana, as possibilidades de trabalho e meios de sobrevivência, e trouxemos a Companhia Antarctica Paulista com sua presença

marcante na industrialização e urbanização da cidade de São Paulo, panoramas para a compreensão do trabalho negro urbano fabril.

No próximo capítulo falaremos sobre os funcionários negros da CAP, analisando as fichas de contratação e traremos informações sobre família, migração, salários, cargos, idade, ampliando a questão da inserção do negro na fábrica e trazendo elementos para maior entendimento sobre as vivências negras na cidade de São Paulo através dos campos descritos nas fichas dos funcionários.

CAPÍTULO 2. OS FUNCIONÁRIOS NEGROS DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA

Nesse capítulo analisaremos a série documental: Fichas de Contratação da Matriz Mooca da Companhia Antarctica Paulista e debateremos com a historiografia sobre trabalhadores pós-abolição, pois vários autores falam da ausência do negro no trabalho formal, motivos para a não absorção da mão de obra negra na indústria nascente. Através da análise documental e da metodologia da história serial, demonstraremos indícios da presença dos negros na Companhia Antarctica Paulista, suas funções, salários, moradia, escolaridade e relações familiares. Mesmo com todo aparato institucional para o embranquecimento da população, refletindo na mão de obra em São Paulo, relatado no primeiro capítulo, verificamos as inserções dos negros na indústria cervejeira paulistana.

As fichas possuem os mesmos campos de preenchimento: **Nome, Data de Admissão, Data de nascimento, Lugar de nascimento, Filho de, Estado civil, Natureza do cargo ou serviço, Ordenado mensal, Diária, Vencimentos ou Gratificações, Porcentagens, Residência, Assinatura do empregado, Observações**, e no verso **Férias**. As diferenças ficam por conta dos dados escritos que serão estudados e não apenas quantificados, para entendermos a inserção do trabalhador negro na indústria em São Paulo, analisaremos esses campos nos três subcapítulos.

No subcapítulo Rostos, Nomes e Idade dos Funcionários Negros analisaremos quem foram essas pessoas, o que pode nos revelar seus nomes, poderemos ver seus rostos através das fotografias coladas nas fichas, e as idades em que adentraram como funcionários da CAP trazendo para o debate o trabalho infantil.

No subcapítulo Migração, Relações Familiares e Moradia falaremos do ato de migrar para a cidade de São Paulo em busca de novas oportunidades de trabalho; as relações familiares, desmistificando a ideia de desintegração familiar negra e também trataremos de moradia, afinal onde as pessoas migradas se instalaram constitui um importante ponto de análise.

No último subcapítulo Profissão, Salário e Custo de Vida trataremos de outros elementos além do morar que compõe as condições materiais de vida da população negra pós-abolição.

2.1 ROSTOS, NOMES E IDADE DOS FUNCIONÁRIOS NEGROS

Os dados foram analisados através dos campos: **Nome**, **Data de Admissão** e **Nascido a**, as imagens em 3x4 cm coladas nas fichas foram fundamentais para identificarmos os negros, pois as fichas não possuem campo de preenchimento para essa informação, como já dito.

Figura 7 - Ficha de Benedicto Ignácio dos Santos, contratado com 25 anos.

Cia. Antártica Paulista



Nome.....Benedicto Ignácio dos Santos.....
 Data da admissão.....2 de Outubro.....de 19 26
 Nascido a.....1 de Fevereiro.....de 1 901
 Lugar do nascimento.....Jembeiro E.S.Paulo
 Filho de.....Benedicto Antonio dos Santos
 e de.....Precialinha Maria de Jesus
 Estado civil.....Casado
 Natureza do cargo ou serviço.....Ajudante
 Ordenado mensal.....
 Diária.....
 Vencimentos ou gratificações.....
 Porcentagens.....
 Residência.....Rua Guaratinguetá, 14
 Assignatura do empregado.....Benedicto Ignácio Santos
 Observações.....

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrener.

Um dos trabalhos que analisa a fotografia como documento histórico que muito nos ajudou é o de Aristeu Elisandro Machado Lopes (2019). Esse autor estuda os trabalhadores negros em Pelotas entre 1933 e 1944 através das fotografias 3x4 das fichas do acervo da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul. Suas análises consideram as fotografias não apenas como suporte para a história dos trabalhadores negros em Pelotas, mas também como construção de memória, talvez sendo a fotografia da ficha a única desses trabalhadores.

Sendo assim, as fichas dos trabalhadores da Cia. Antarctica com suas fotografias 3x4 nos revelam não apenas a presença do negro na indústria cervejeira, mas as possibilidades de construção de memórias, de acessar o passado, as formas como se apresentavam, as dinâmicas de captura dessas imagens.

O semblante dos imigrantes europeus, que transmite sentimento de orgulho e modéstia, coragem e receio, mas também disposição para uma vida de luta e trabalho é apontado por Maria Auxiliadora Guzzo De Decca (1991). E os negros? Não estão presentes nos retratos? Teremos apenas suas fotos 3x4 de suas fichas de registro, sendo essa a única materialidade de suas existências no meio fabril? Se assim for, as fichas cadastrais ganham ainda mais relevância, por serem as únicas a mostrarem que os negros faziam parte do contingente de empregados.

O que nos trouxe até essas pessoas foram suas imagens registradas em fotografias 3x4, que eram coladas em suas respectivas fichas. Como informado, o campo cor/raça/etnia não está presente no documento, sem as fotos não seria possível a afirmação da presença ou ausência de negros e negras na empresa entre 1920 e 1930. A identificação se deu pela fisionomia, analisando cor, cabelo, traços que identificam as pessoas negras, as fotografias contribuem para ampliação da visão sobre os mundos do trabalho; segundo Maria Ciavatta (2012), aqui elas nos ajudaram a confirmar uma presença, que é pouco analisada na historiografia. Alguns estudos foram pautados pelas informações contidas nos censos de 1890 e 1940, únicos que continham informações sobre a cor/raça da população, a grande lacuna temporal trouxe impactos na escrita sobre a inserção dos negros no mercado de trabalho:

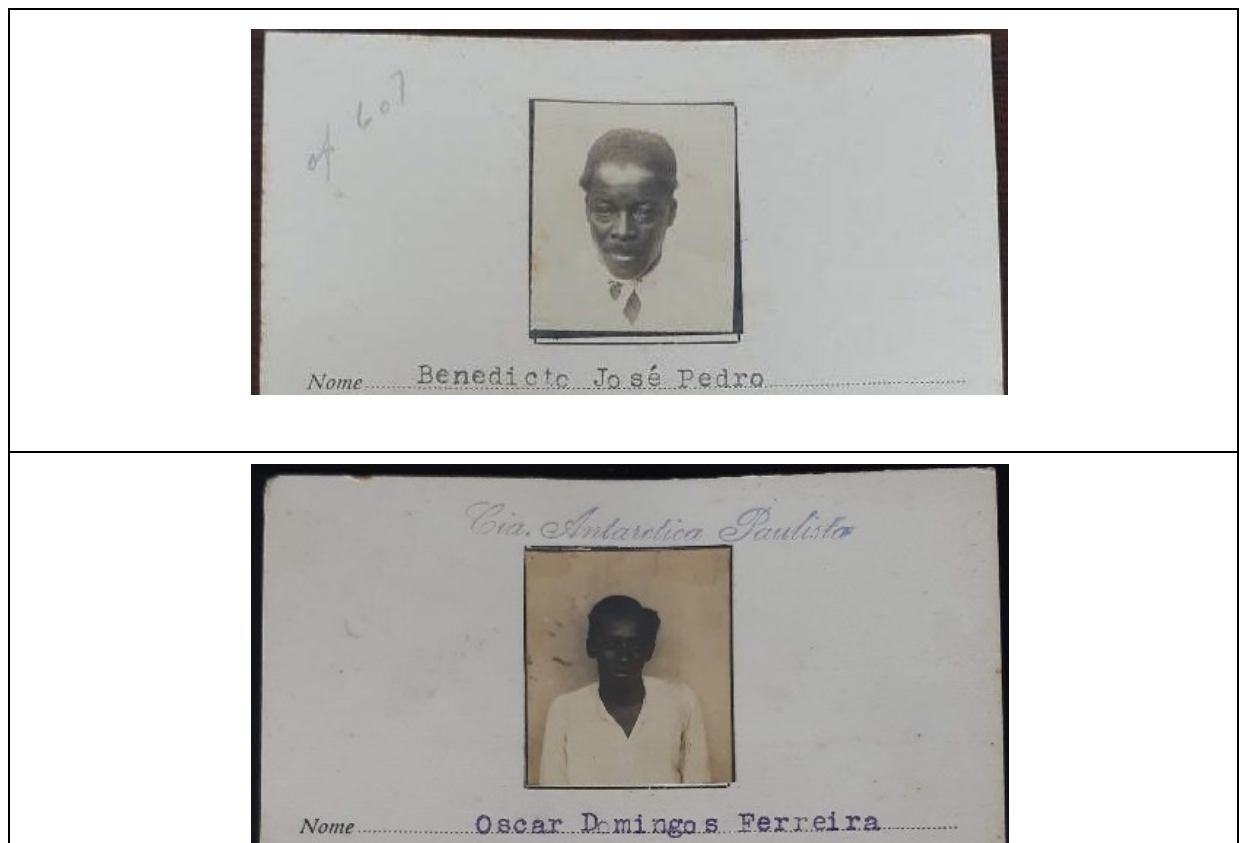
Como apenas os censos de 1890 e de 1940 contiveram informações sobre cor da pele da população, a maior parte dos estudos que pretende elucidar a questão da inserção dos negros no mercado de trabalho nas primeiras décadas do século XX extrapola conclusões a partir das informações do censo de 1890...Qualquer que seja o artifício metodológico, a verdade é que os anos significativos da formação do mercado capitalista no Brasil, decisivos para a absorção da população negra nas oportunidades oferecidas no mercado de trabalho, permanecem mal compreendidos. (MELO; MARQUES, 2001, p.01)

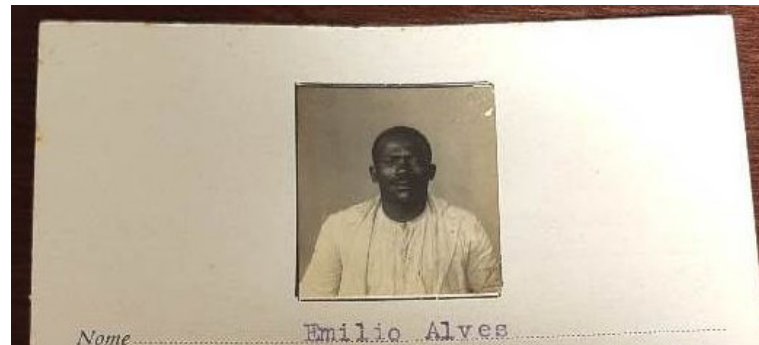
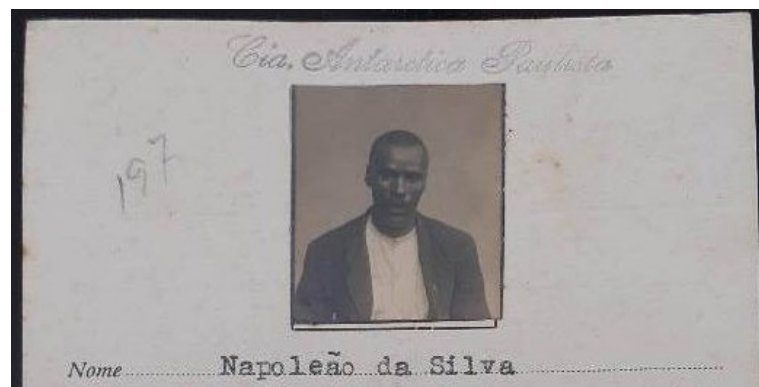
As fotografias são uma maneira de conhecer o passado, mas não reúnem todo o conhecimento sobre ele, segundo Kossoy (2012). As fichas sem as imagens 3x4 cm não trazem a dimensão racial da composição dos funcionários da empresa, se tivéssemos apenas as imagens, também não teríamos informações completas sobre aqueles funcionários, ou seja, só é possível uma compreensão desses

sujeitos presentes na CAP quando relacionamos as fotografias com os dados contidos na sua ficha de contratação.

Sobre essas imagens: “Tratam-se de registros de fragmentos do mundo visível caracterizados em geral pela inexistência de fatos dinâmicos que poderiam eventualmente ser flagrados em sua espontaneidade” (KOSSOY, 2012, p. 117). Como informamos anteriormente, não temos por exemplo, registros fotográficos de trabalhadores negros passeando no Parque Antarctica ou em eventos da empresa na época analisada, teremos na década de 1950, que trataremos no terceiro capítulo. Temos seus rostos como fragmentos de trabalhadores urbanos fabris da cidade de São Paulo, abaixo algumas imagens desses funcionários.

Figura 8 - Funcionários negros da CAP: Benedicto José Pedro, Oscar Domingos Ferreira, Benedicto Franciso Fortunato, Napoleão da Silva, Emílio Alves, Edgar da Silva





Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Para além da presença, as fotografias demonstram como esses homens se deixaram fotografar, suas vestes, semblantes. Nesse fragmento, a maioria está de terno e gravata, mesmo sem o traje social completo, todos estão de camisas brancas. Não é um momento de lazer, é a imagem que ficou fixada em sua ficha de contratação, o seu registro profissional. As roupas não distinguem o cargo, do ajudante ao *chauffeur*, o código de vestimenta é o mesmo. O recorte 3x4 cm deixa visível apenas a parte superior do corpo, seus olhares sérios, fixos, olhando para frente em direção à lente do fotógrafo. O fundo neutro, sem nenhum elemento que possa distrair a atenção, o foco é o trabalhador, esse formato para documentos oficiais ainda permanece.

Percebemos a mudança na representação da imagem do negro na fotografia, ou os retratos mostravam a condição de escravizado, ou buscavam uma afirmação social com as imagens feitas nos estúdios fotográficos. As cenas retratadas entre 1880 e a virada para o século XX não evidenciavam mais as marcas tribais, os pés descalços, estes marcadores da escravidão foram sendo substituídos por outros mais civilizados, construindo uma nova iconografia, de acordo com Cleber Soares da Silva (2017). Militão de Azevedo será um dos fotógrafos em São Paulo no século XIX que retratará os negros como cidadãos em busca de afirmação social, seu acervo está no Instituto Moreira Salles, não sendo foco de nosso estudo, mas fica como referência para estudos sobre a fotografia e os fotógrafos de negros no século XIX. Nossas fichas possuem a representação de negros trabalhadores urbano-industriais, com trajes sociais, longe do imaginário do operário maltrapilho. As fotografias para documentos oficiais ganharam visibilidade com a criação da carteira profissional em 1932, capazes de mostrar o rosto desse trabalhador.

As fotografias que tinham como função a identificação visual do funcionário, ganham outra dimensão ao serem as únicas que comprovam uma existência, essa documentação que faz parte da história da empresa, faz parte também da história dos trabalhadores ao nos revelar os rostos de quem também compunha o proletariado urbano e fabril na cidade de São Paulo entre 1920 e 1930.

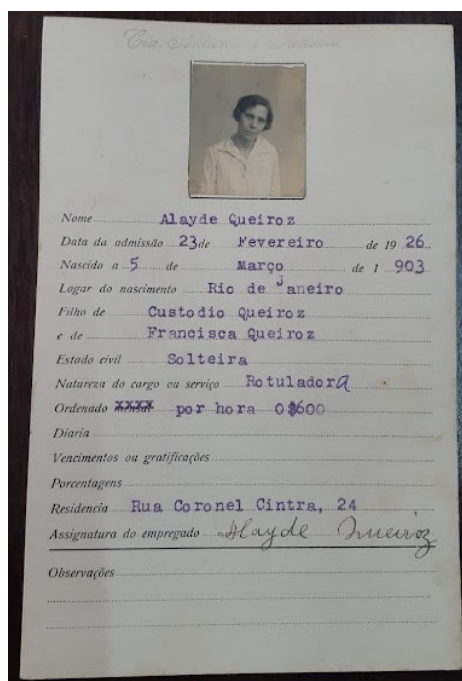
Apenas rostos masculinos, isso nos chamou bastante a atenção. Existe uma dificuldade de encontrar informações sobre o operariado negro na região da Mooca, com a análise de nossa fonte principal podemos trazer um pouco mais de dados e compor um panorama sobre os ofícios exercidos por essa população, na região que era composta principalmente por estrangeiros europeus:

Na Mooca, sabemos da existência de trabalhadoras afrodescendentes empregadas na fábrica têxtil *Trapani*. Todavia, as referências que encontramos são muito escassas, dificultando bastante a construção de um panorama sobre os locais onde se empregavam e os ofícios que de fato exerciam os trabalhadores negros no bairro. (CACCAVELLI, 2015, p.35)

Desde o início informamos que a série documental analisada é apenas um fragmento, que nos mostrou diversas possibilidades da inserção dos negros na indústria cervejira, mas nos salta aos olhos a ausência de mulheres negras nesses documentos, tornando-se em mais uma possibilidade de pesquisa posterior. Na Cia. Antarctica entre os anos 1920 e 1930, o universo feminino na matriz Mooca é pequeno, exercendo funções como rotuladoras e telefonistas, mas nenhuma delas é negra, já nas filiais de Santos e Ribeirão Preto, não existe a presença de mulheres. Uma possível análise sobre essa ausência foi apontada por Andrews (1988) analisando as empresas *Light* São Paulo e Jafet. De acordo com o autor, existia uma relutância das famílias negras de enviarem suas mulheres e filhos menores para o trabalho nas fábricas.

Abaixo temos a ficha de Alayde Queiroz, mulher branca, brasileira do Rio de Janeiro, contratada como Rotuladora em 23 de fevereiro de 1926. Moradora da Mooca, na Rua Coronel Cintra, 24. O que evidencia a presença feminina na fábrica e a ausência da mulher negra.

Figura 9 - Ficha de Alayde Queiroz



Cia. Antarctica S.A.

Alayde Queiroz

Nome Alayde Queiroz

Data da admissão 23 de Fevereiro de 1926

Nascido a 5 de Março de 1903

Logar do nascimento Rio de Janeiro

Filho de Custódio Queiroz

e de Francisca Queiroz

Estado civil Solteira

Natureza do cargo ou serviço Rotuladora

Ordenado ~~xxx~~ por hora 0\$600

Diária

Vencimentos ou gratificações

Porcentagens

Residência Rua Coronel Cintra, 24

Assinatura do empregado Alayde Queiroz

Observações

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Não sabemos os motivos, será que não estavam aptas para essas funções? Qual o motivo da não contratação? Suas fichas foram omitidas, já que a série está incompleta? Não conseguimos responder agora esses questionamentos, mas por exemplo, nas estatísticas do Estado de São Paulo de 1928, temos a imagem da fábrica de Louças Santa Catharina e é perceptível a presença de mulheres negras, ou seja, a mulher negra está também presente na indústria da cidade, novas abordagens sobre essa temática podem ser realizadas: em quais gêneros industriais elas trabalhavam?

O estudo de Bruno Caccavelli (2015) aponta que mulheres negras estavam presentes na indústria têxtil Trapani, sendo relevante ao mostrar a atuação dessas mulheres em outros espaços fabris na Mooca, além de confirmar que o estudo em documentos da indústria contribui para ampliar o entendimento sobre a atuação dos negros e negras como trabalhadores urbanos-industriais no pós-abolição na cidade de São Paulo.

Existem possibilidades para pesquisas futuras, já que a fonte em análise não tem esse alcance, demonstrando apenas a ausência das mulheres negras em uma das indústrias cervejeira na cidade de São Paulo.

A primeira informação para preenchimento na ficha é o **Nome** do funcionário, a segunda é **Data de admissão**, a terceira é **Nascido a**: relacionando essas duas informações podemos dizer com quantos anos o funcionário foi contratado e o momento histórico de nascimento, se ainda no período escravocrata ou pós-abolição. Na tabela abaixo temos a lista com todos os nomes e suas datas de nascimentos.

Tabela 1: Nomes, data de admissão, data de nascimento

Nome	Data de Admissão	Data de Nascimento
Albano Francisco	10/08/1926	10/02/1899
Antonio Alves dos Reis	05/10/1925	27/09/1904
Augusto Lima	03/08/1926	27/02/1888
Antonio Soares	10/05/1911	13/06/1891
Aristides Franco	05/01/1924	16/12/1899
Antonio Joaquim	07/02/1927	15/10/1860
Benedicto de Souza	19/08/1925	11/03/1902
Benedicto José Pedro	23/04/1927	08/08/1891
Benedicto Francisco Fortunato	13/12/1926	25/06/1905

Benedicto Ignacio dos Santos	02/10/1926	01/02/1901
Benedicto Braz	14/06/1926	03/05/1897
Benedicto Costa	05/10/1923	15/04/1902
Cornelio Bento Felipe	05/10/1926	10/04/1904
Capitulino de Mello	18/09/1923	15/07/1884
Domingos Ramos de Aguiar	22/12/1926	07/04/1898
Edgar da Silva	26/03/1927	22/09/1906
Elias Freitas da Silva	10/05/1922	04/05/1875
Emilio Alves	09/11/1926	05/07/1890
Euclides Moreira	08/12/1911	07/09/1896
Ezequiel Ramos	15/09/1926	08/04/1906
Fausto de Oliveira	13/03/1914	16/02/1889
Francisco de Paula	05/11/1919	19/03/1902
Izaltino Felicio Borba	07/09/1926	02/11/1892
José Soares de Souza	07/12/1926	01/11/1903
José Emílio da Conceição	24/03/1927	16/12/1906
José Evangelista Menezes	07/05/1920	15/06/1879
José Gonçalves	18/02/1927	15/01/1901
José Alves Monteiro	09/12/1926	31/12/1900
José Maria dos Santos	05/10/1926	07/06/1895
José Pedro	06/12/1924	30/09/1901
Joaquim Custódio	11/02/1925	11/02/1911
Joaquim Lourenço	30/07/1919	08/10/1902
Joaquim Silveira	24/08/1925	03/05/1898
João Antonio Rosario	17/03/1927	06/01/1875
João Galdino dos Santos	02/06/1927	15/01/1880
João Chrispim	06/04/1926	19/10/1909
João Fortunato Mathias	01/07/1923	30/06/1891
João Paulo Rodrigues	16/11/1926	23/06/1904
José Raymundo	10/10/1923	08/06/1904
Luiz Bento	13/07/1922	26/02/1901
Martinho Rodrigues	04/10/1926	11/11/1904
Napoleão da Silva	08/02/1909	04/1882
Octavio d' Oliveira	25/02/1925	10/12/1890
Oscar Domingos Ferreira	30/11/1926	08/12/1898
Ovidio Venancio	05/08/1925	20/11/1904
Ozorio Romano	25/12/1911	20/01/1886
Raul Alves Ferreira	02/02/1927	03/05/1888
Roberto de Oliveira Salles	27/08/1925	27/03/1901
Sebastião Pedro	02/06/1927	29/06/1902
Vital Candido	05/01/1925	11/12/1908

Fonte: Elaboração da autora.

As fichas nos trazem diversas possibilidades de pesquisa e nos chama a atenção o fato de que entre esses 50 ex-funcionários, seis se chamam Benedito, nascidos todos após a abolição da escravidão, em negrito preto na tabela. Nome de origem latina que significa “Abençoado”, podemos aferir que foram felizes nascendo sem a marca da escravidão, no período republicano. Nascer de fato livre poderia significar uma benção: não ter que esperar pela benevolência do seu dono ou o dono de seus pais para conseguir a liberdade, ter a possibilidade de traçar seu próprio caminho. Assim, temos seis pessoas com trabalho, salário e funções importantes como a de *chauffeur*, segunda profissão com maior salário, atrás apenas do cargo de Fiscal. Outra possibilidade está ligada à religiosidade, associado à influência católica na vida dessas pessoas, mas também ao sincretismo religioso, pois na Umbanda temos o "pai Benedito". São Benedito é um dos poucos negros canonizados pela igreja católica, tornando-se protetor dos escravizados no Brasil.

Através do campo **Nascido a**, percebemos que 10 funcionários nasceram ainda no período escravocrata, todos grafados em vermelho na tabela 1. Antonio Joaquim é o mais velho, nasceu em 1860, período em que o tráfico de pessoas escravizadas já era proibido, mas as leis abolicionistas estão longe de ocorrer. Contratado já idoso aos 67 anos, relacionando os campos **Data de admissão** e **Nascido a**, podemos saber a idade com que foram contratados, esse funcionário é o único idoso entre os negros.

Encontramos cinco negros menores de idade, grafados em verde na tabela 1, entre eles Joaquim Custódio, que foi contratado em 11/02/1925 no dia do seu aniversário de 14 anos; Euclydes Moreira, contratado aos 15 anos; João Chrispim foi contratado antes de completar 17 anos; não temos o registro de nenhuma criança negra. A maioria foi contratada na faixa de idade entre 20 e 30 anos, temos dois com mais de 40 anos e apenas um com mais de 50 anos.

Figura 10 - Ficha de Joaquim Custodio, contratado no dia de seu aniversário de 14 anos.

Cia. Antártica Paulista



Nome.....Joaquim Custodio.....
 Data da admissão.....11 de Fevereiro.....de 19 25.....
 Nascido a.....11 de Fevereiro.....de 1 911.....
 Logar do nascimento.....Ribeirão Bonito E.S. Paulo.....
 Filho de.....Sebastião Custodio.....
 e de.....Idalina Custodio.....
 Estado civil.....Solteiro.....
 Natureza do cargo ou serviço.....Operário.....
 Ordenado ~~mensal~~ por hora 0\$520.....
 Diária.....
 Vencimentos ou gratificações.....
 Porcentagens.....
 Residência.....Rua Guaratinguetá, 40.....
 Assinatura do empregado.....Joaquim Custodio.....
 Observações.....

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrener.

Assim como a documentação pesquisada por Andrews (1988), a CAP também não preservou os documentos sobre a candidatura às vagas de trabalho e aqueles que foram rejeitados, sendo impossível saber se mulheres, crianças e adolescentes negros foram rejeitados ou não se apresentaram como candidatos. A ficha do português Antonio Cravo de Castro é uma demonstração da contratação de crianças estrangeiras, operário da matriz Mooca aos 11 anos de idade.

Figura 11 - Ficha de Antonio Cravo de Castro



Nome: *Antonio Cravo de Castro*
 Data de nascimento: *1 de agosto* de *1914*
 Estado de nascimento: *Paraná*
 País de nascimento: *Brasil*
 Nome do pai: *Antonio Cravo de Castro*
 Estado civil: *solteiro*
 Profissão: *Operário*
 Endereço atual: *100000*
 Data: _____
 Assinatura: _____
 Assinatura do responsável: *Antonio Cravo de Castro*
 Assinatura do empregado: _____
 Observações: _____

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

A regulamentação do trabalho de menores na indústria se dá a partir de 1927, o decreto 17.943-A de 12 de outubro desse ano proibia o trabalho de crianças menores de 12 anos em todo o país. O decreto nº 22.042 de 03 de novembro de 1932 vedava a entrada de trabalhadores na indústria com menos de 14 anos de idade, nas fábricas de cerveja os menores entre 14 e 18 anos poderiam trabalhar, menos nos locais de destilação e depósitos de álcool. Na ficha temos apenas a função, mas não o local de atuação do pequeno operário.

A pauta da regulamentação do trabalho de menores estava em voga desde a greve de julho de 1917 em São Paulo, reivindicação dos operários da fábrica têxtil Cotonifício Crespi na Mooca, de acordo com Boris Fausto (2016). Operários da Companhia Antarctica também participaram das greves de 1917, de acordo com Boris Fausto, esses operários pagaram pela timidez de suas reivindicações, onde o

aumento salarial foi inferior a 20%, exceto para menores de 16 anos. Em 29 dezembro de 1917 é promulgada a lei nº 1.596, no município de São Paulo, que proibia o trabalho dos menores de doze anos em fábricas, entre 12 e 15 anos o trabalho em fábricas de bebidas alcoólicas também era proibido.

Artigo 91. - Nas fabricas, officinas e quaesquer outros estabelecimentos industriaes, bem como nas construcções, é prohibido o trabalho ás pessoas menores de doze annos.

Artigo 92. - Entre doze e quinze annos. pode o menor, mediante consentimento de seus representantes legais, ser admittido a trabalhar por tempo que não exceda de cinco horas por dia, em serviços moderados, que não lhe prejudiquem a saúde ou embarcem a instrucção escolar.

Artigo 94. - Os menores referidos no artigo 92, admitdos ao trabalho, não poderão:

§ 1.º - Trabalhar em fabricas de bebidas alcoolicas, distilladas ou fermentadas, ou industrias perigosas ou insalubres. (SÃO PAULO, 1917)

Percebe-se que pela data de contratação de Antonio Cravo de Castro, ocorrida em 1925, a lei não foi cumprida e a regulamentação nacional sobre o trabalho infantil virá apenas em 1927. Nosso intuito não é explorar com profundidade essa questão, mas é ponto de análise futuro o emprego de crianças e adolescentes na Companhia Antarctica Paulista.

As crianças e os jovens com menos de 20 anos representavam 23,6% dos empregos em São Paulo, destacando-se nos mesmos setores que a mão-de-obra feminina, os quais exigiam uma maior intensidade do trabalho e menor especialização da mão-de-obra. (BARBOSA, 2008, p. 2)

A constatação de Barbosa não condiz com o quadro de funcionários negros que encontramos na CAP, a maioria dos contratados está na faixa entre 20 e 30 anos, as fichas não possuem dados do empregador anterior, não podemos informar se antes dos 20 anos esses funcionários já haviam passado por outros trabalhos formais ou se essa é a primeira ocupação com registro em uma empresa, nesse momento não temos a consolidação das informações dos trabalhadores formais como na atualidade. Diferente da composição dos brancos nacionais e estrangeiros, esse extrato de operários é formado por homens negros jovens adultos, sem presença de mulheres ou crianças. Ainda há espaços a serem preenchidos pela historiografia com novos estudos sobre trabalhadores negros no meio urbano em São Paulo.

No próximo tópico abordaremos migração, relações familiares e moradia dos funcionários negros da CAP.

2.2 MIGRAÇÃO, RELAÇÕES FAMILIARES E MORADIA

Temos a possibilidade de analisar sobre migração para a capital do Estado de São Paulo através do campo **Local de Nascimento**, as relações de família com o campo de **Filho de**, e onde essas pessoas se instalaram na cidade de São Paulo através do campo **Endereço**, e análise atual sobre os bairros com a inserção de Observações, já que a ficha possui apenas o nome da rua.

Tabela 2: Nomes, local de nascimento, filiação e endereço dos funcionários

Nome	Local de Nascimento	Filiação	Endereço	Observação
Albano Francisco	Barra Mansa - RJ	Paulino Francisco e Maria Faustina	Villa Bertioga	Distrito Água Rasa
Antonio Alves dos Reis	Bom Jardim - BA	Fermino Alves dos Reis e Maria Martin dos Reis	Rua Marina Crespi, 21	Mooca
Augusto Lima	Juiz de Fora	Manoel Lourenço Lima e Maria Sevirina	Rua Ipanema, 382	Mooca
Antonio Soares	S. José do Barreiro - São Paulo	Bernardo Francisco Soares e Agida de Jesus	Villa Bertioga, rua 3	Distrito Água Rasa
Aristides Franco	São Paulo	Antonio Franco Lima e Maria Franco Lima	Rua Doutor Almeida Lima, 99	Mooca
Antonio Joaquim	Mar - Bahia	Joaquim Augusto da Silva e Anna Maria da Conceição	Rua Serra de Bragança, 29	Tatuapé
Benedicto de Souza	São Paulo	Marco Miranda de Souza e Hortencia Miranda de Souza	Rua Bento Pires, 16	Mooca
Benedicto José Pedro	Mogy Mirim - Estado de São Paulo	José Pedro e Brigida Maria da Conceição	Rua João Antonio de Oliveira, 29	Mooca
Benedicto Francisco Fortunato	Portugal	Francisco Sirino e Paulina Loba	Rua Espírito Santo, 22	Aclimação
Benedicto Ignacio dos Santos	Jambeiro - Estado de São Paulo	Benedicto Antonio dos Santos e Precialiana Maria de Jesus	Rua Guaratinguetá, 14	Mooca
Benedicto Braz	Jaboticabal - Estado de São Paulo	José Braz e Maria Thereza	Rua Borges Figueiredo, 35	Mooca
Benedicto Costa	Porto Ferreira - Estado de São Paulo	Adriano Julião da Costa e Fermina Maria da Costa	Rua Doutor Almeida Lima, 177	Mooca
Cornelio Bento Felipe	Amparo - Estado de São Paulo	Bento Felipe e Florencia Rita	Rua da Mooca, 394	Mooca
Capitulino de Mello	Marmim - Estado de Sergipe	Gonçalves de Mello e Mirena de Mello	Rua Javary, 17	Mooca
Domingos Ramos de Aguiar	São Paulo	Affonso de Aguiar e Emilia de Aguiar	Rua Mario Vicente, 2	Vila Dom Pedro I

Edgar da Silva	São Paulo	Manoel José da Silva e Julia da Conceição	Rua S. Anna do Paraíso, 3	Liberdade
Elias Freitas da Silva	Barra Mansa - RJ	Manoel Freitas da Silva e Valentina Angelica da Silva	Villa Cerqueira Cezar	Centro
Emilio Alves	Piracicaba - Estado de São Paulo	Izidoro de Carvalho e Sebastiana Maria Benedicta	Rua Serra Araraquara, 31	Itaquaquecetuba
Euclydes Moreira	Lorena - Estado de São Paulo	Porphirio de Castro Moreira e Barbara Maria da Conceição	Rua Marcial, 5	Mooca
Ezequiel Ramos	São Paulo	Florencio Guilherme e Sebastiana Rodrigues de Souza	Rua Gomes Cardim 29, VI Mendes	Tatuapé
Fausto de Oliveira	Campinas - Estado de São Paulo	Julio de Oliveira e Anna de Oliveira	Rua D. Eliza de Oliveira, 13	Barra Funda
Francisco de Paula	Campinas - Estado de São Paulo	Marcelino de Paula e Belmira de Paula	Rua da Mooca, 90 - Villa - casa 03	Mooca
Izaltino Felicio Borba	São João de Atibaia - São Paulo	Antonio Borba e Vergilia Borba	Rua Rubino de Oliveira, 66	Brás
José Soares de Souza	Mineiros - Estado de São Paulo	Romão Soares de Souza e Barbara Soares	Rua Turiassú, 46	Perdizes
José Emílio da Conceição	São Paulo	Jorge Emilio e Maria Eugenia Camargo	Rua Christino Vianna, 76	Pinheiros
José Evangelista Menezes	São Paulo	Manoel Evangelista Menezes e Francisca Rosa de Jesus	Rua João Antonio de Oliveira, 75	Mooca
José Gonçalves	Distrito da Sé - Bahia	Augusto Gonçalves e Leopoldina Gonçalves	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Mooca
José Alves Monteiro	São Paulo	Antonio Alves Monteiro e Maria Francisca Monteiro	Rua Augusta, 571	Centro
José Maria dos Santos	Lorena - Estado de São Paulo	Antonio Pedro dos Santos e Precilina Maria de Jesus	Rua do Hypododromo, 100	Brás
José Pedro	Amparo - Estado de São Paulo	Benedicto José Pedro e Izaltina Rita	Rua Guaratinguetá, 29	Mooca
Joaquim Custódio	Ribeirão Bonito - Estado de São Paulo	Sebastião Custódio e Idalina Custódio	Rua Guaratinguetá, 40	Mooca
Joaquim Lourenço	Mococa - Estado de São Paulo	Ouzarias Lourenço e Rita Clara	Rua Guaratinguetá, 32	Mooca
Joaquim Silveira	Amparo - Estado de São Paulo	Porphirio da Silveira e Maria da Silveira	Rua João Caetano, 18	Mooca
João Antonio Rosario	Guarulhos - Estado de São Paulo	Natural e Maria Benedicta do Rosario	Rua Sta Catharina, 41 - S.Caetano	São Caetano
João Galdino dos Santos	Bahia	Felippe Galdino dos Santos e Felippa Galdino dos Santos	Cambucy - Rua B, 21	Cambuci

João Chrispim	Rio de Janeiro	Antonio Chrispim e Eugenia Chrispim	Rua Joaquim Carlos, 132	Brás
João Fortunato Mathias	Batataes - Estado de São Paulo	Fortunato Mathias e Maria Angelica Mathias	Rua Caio Graccho, 33	Provavelmente Rua Caio Graco na Pompeia
João Paulo Rodrigues	Bahia - S. Salvador	José Theodoro Rodrigues e Maria Mercedes Souza	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Mooca
José Raymundo	Pouso Alegre - Minas Geraes	Raymundo de Oliveira e Rita de Oliveira	Rua Helvetia, 122	Campos Elíseos
Luiz Bento	Amparo - Estado de São Paulo	Bento José Felipe e Florencia Rita	Rua João Antonio de Oliveira, 113	Mooca
Martinho Rodrigues	Bom Jardim - BA	Pelegirino José Rodrigues e Alcina Rodrigues	Rua Marina Crespi, 21	Mooca
Napoleão da Silva	S. José do Barreiro - São Paulo	Possidonio da Silva e Nicolina da Silva	Villa Bertioga	Distrito Água Rasa
Octavio d' Oliveira	S. José do Barreiro - São Paulo	Solano Lopes e Balbina Lopes	Rua Catharina Braida, 7	Mooca
Oscar Domingos Ferreira	São Paulo	Domingos Ferreira e Izabel Leopoldina	Rua Fernão Dias, 129	Pinheiros
Ovidio Venancio	Barra Mansa - RJ	Venancio Sintilhano e Anna Maria Faustina	Villa Bertioga	Distrito Água Rasa
Ozorio Romano	Espírito Santo do Pinhal - Estado de São Paulo	Luiz Romano e Joanna Romano	Rua Luiz Gama, 76 a	Cambuci
Raul Alves Ferreira	Campanha - Estado Minas Geraes	Jeronymo Alves Ferreira e Cezaria Alves Ferreira	Rua João Antonio de Oliveira, 121	Mooca
Roberto de Oliveira Salles	São Paulo	João Oliveira Salles e Maria Eugenia Camargo	Rua Christiano Vianna, 76	Pinheiros
Sebastião Pedro	Amparo - Estado de São Paulo	Benedicto Pedro e Esandinha Pedro	Rua Guaratinguetá, 29	Mooca
Vital Candido	Jambeiro - Estado de São Paulo	Calisto Candido Moreira e Maria Olegario de Jesus	Rua Guaratinguetá, 14	Mooca

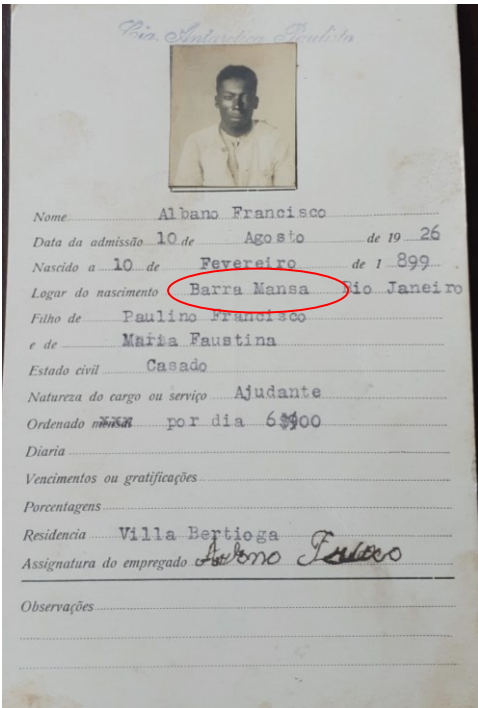
Fonte: Elaboração da autora.

Grafados em vermelho temos o local de nascimento dos que não nasceram na cidade de São Paulo. O número em si é pouco expressivo, mas pode nos dar indícios, ao contrário da suposição de Fausto (2016), de que em São Paulo pós-abolição não houve grande afluxo de negros do campo para a cidade. Segundo o autor, ex-escravizados teriam migrado para o Rio de Janeiro, então capital da República, e também para a região Norte, de onde teriam sido tirados em decorrência do tráfico interno.

Dentre as 50 famílias, 40 migraram para a cidade de São Paulo, sendo 24 advindas do interior do Estado – novas análises com documentos de empresas podem ampliar o debate sobre migração de negros do campo para a cidade de São Paulo, pois segundo o autor, o pouco contingente de negros migrados para São Paulo também se daria pela esmagadora presença de imigrantes europeus, que ocuparam as melhores oportunidade de trabalho na cidade. No entanto as fichas da CAP demonstram que foi possível o acesso dos negros a vagas dentro de uma grande indústria, em cargos diversos.

Nas imagens abaixo percebemos que os dois ajudantes migraram de Barra Mansa – RJ.

Figura 12 – Fichas de Ovidio Venancio e Albano Francisco

 Nome..... Ovidio Venancio Data da admissão 5 de Agosto de 1925 Nascido a 20 de Novembro de 1904 Logar do nascimento Barra Mansa Rio Janeiro Filho de Venancio Sutilhano e de Anna Maria Faustina Estado civil Casado Natureza do cargo ou serviço Ajudante Ordenado mensal por dia 6\$900 Diaria Vencimentos ou gratificações Porcentagens Residencia Villa Bertioaga Assinatura do empregado Ovidio Venancio Observações	 Nome..... Albano Francisco Data da admissão 10 de Agosto de 1926 Nascido a 10 de Fevereiro de 1899 Logar do nascimento Barra Mansa Rio Janeiro Filho de Paulino Francisco e de Maria Faustina Estado civil Casado Natureza do cargo ou serviço Ajudante Ordenado mensal por dia 6\$900 Diaria Vencimentos ou gratificações Porcentagens Residencia Villa Bertioaga Assinatura do empregado Albano Francisco Observações
--	---

Nascidos em uma região que teve grande contingente de escravizados, de acordo com André Rocha Carneiro (2016), essa cidade contou com a força de trabalho escravo durante o período em que o Vale do Paraíba Fluminense foi o maior produtor de café do Brasil, no século XIX. Ambos saem da região e conseguem trabalho como ajudantes na maior indústria cervejeira do Estado de São Paulo.

Essas informações podem contribuir para estudos sobre a migração das regiões cafeeiras. Carlos Eduardo Coutinho da Costa (2015), pesquisando sobre a migração do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, nos informa sobre a falta de estudos e informações para compor a trajetória de ex-escravizados e seus descendentes:

Não há pesquisas que apontem numericamente a quantidade, origem, local de moradia e ofícios dos migrados. E as poucas pesquisas sobre o trabalho dos negros no centro da cidade não conseguiram identificar a origem dos mesmos. (COSTA, 2015, p.111)

As pesquisas apontadas por Carlos Coutinho foram realizadas em fontes como registros civis de nascimento e óbito, censos, entrevistas, sendo assim, as fichas de contratação de empresas, como as analisadas em nossa pesquisa, também podem ser fontes para esse tipo de análise: a trajetória de negros e negras que migraram das regiões cafeeiras na região sudeste, além de demonstrar a absorção dessa mão de obra na indústria, tomando a migração como estratégia para melhoria da vida e não como fator de desestruturação familiar, fato também apontado por Carlos Coutinho Costa (2015). O exemplo dos dois funcionários da CAP vai ao encontro dessa afirmação, ambos eram casados e migraram para São Paulo para trabalhar.

Dos funcionários listados 20% são de cidades do Vale do Paraíba do lado paulista como Jambeiro, Lorena, São José do Barreiro, e do lado fluminense como Barra Mansa - informações importantes que contribuem para os estudos sobre a população negra pós-abolição. O Vale do Paraíba foi região produtora de café baseada no escravismo, com expansão a partir da década de 1830. É justamente a base escravista um dos fatores que fez desta região a maior produtora de café, ultrapassando Cuba – de acordo com Rafael Marquese e Dali Tomich (2009), o escravizado negro custava o dobro em Cuba do que no Brasil, segundo os autores existe uma ligação direta entre a entrada maciça de africanos escravizados alocados

nas fazendas de café e o aumento da produtividade, tendo seu declínio com a abolição da escravidão, o que caracteriza as migrações para outras regiões.

Três são da cidade de São José do Barreiro na região do Vale do Paraíba, cidade que teve o seu auge durante o ciclo do café e declínio com a quebra da bolsa em 1929. Interessante notar que dois ingressam como funcionários em 1909 e 1911: a migração pode estar ligada às epidemias de varíola, febre amarela e tuberculose que assolavam as cidades do interior do Estado na última década do século XIX e a primeira do século XX, de acordo com Rita Barradas Barata (2000), fazendo com que famílias buscassem outros locais mais seguros para viverem. A cidade possui um cemitério construído por escravizados, tombado pelo CONDEPHAAT em 1989 - de acordo com o órgão "além de apresentar em seus túmulos algumas esculturas em mármore de grande beleza plástica, tem sua importância aumentada pela conservação do seu sítio e sua ambientação paisagística, implantada em terreno elevado." A cidade deixa seus rastros da escravidão, que podem ser estudados com profundidade em novas pesquisas.

As migrações da população negra pós-abolição foram vistas por parte da historiografia de maneira negativa, saindo das fazendas por terem perdido espaço para os imigrantes, sem possibilidades de inserção social são forçadas a buscarem as cidades em ascensão para trabalhar. A trajetória dessa população é vista apenas pelos condicionantes econômicos, não levando em consideração aspectos culturais, de violência, problemas sanitários, entre outros, de acordo com Carlos Eduardo Coutinho da Costa (2015). A migração deve ser vista pela ótica dos ex-escravizados, negros livres, que possuem vontades e projetos de vidas, 80% desses funcionários em análise são migrantes.

Um dos assuntos que não é de caráter econômico e é fator de migração é a reestruturação familiar, já que muitas famílias foram separadas durante o período da escravidão. As fichas trazem alguns elementos interessantes em relação à tese familiar, 50% dos migrantes possuem os pais casados, análise realizada através dos nomes dos pais demonstra que 67% dos funcionários eram casados.

A história das famílias negras não pode ser escrita por apenas uma perspectiva, devemos recorrer a documentos variados, de acordo com Eny de Mesquita Samara (1989).

Através da análise do campo **Filho de e de** podemos verificar quais deles possuíam pais com união legítima. No Brasil essa identificação é feita com o

sobrenome do homem que passa a ser também da mulher, sendo assim temos 48% de ex-funcionários negros com pais casados, trazendo uma nova dimensão sobre a caracterização das famílias negras, que por muito tempo foram vistas como atípicas, de acordo com a autora.

Podemos inferir sobre graus de parentesco entre eles, que corroboram com os apontamentos de Álvaro Nascimento (2016), como no exemplo das fichas anteriores de Ovidio Venancio e Albano Francisco, ambos moradores da Villa Bertioga, na Zona Leste de São Paulo, nascidos em Barra Mansa no Rio de Janeiro. Possivelmente são parentes, considerando-se os sobrenomes de suas mães: Anna Maria **Faustina** e Maria **Faustina**, respectivamente, além de terem nascido no mesmo município.

Temos quatro famílias migradas da cidade de Amparo, que através dos sobrenomes dos pais e das mães podemos inferir graus de parentescos: por exemplo, podemos afirmar que Cornelio Bento Felipe e Luiz Bento eram irmãos, filhos de Florencia **Rita**. O sobrenome **Rita** também é o da mãe de José Pedro, a senhora Izaltina **Rita**, possivelmente ele era primo de Cornelio e de Luiz. Pelos sobrenomes **Pedro**, podemos inferir que José **Pedro** e Sebastião **Pedro** são parentes devido ao sobrenome de seus pais - não conseguimos afirmar com certeza, pois o nome dos pais é quase o mesmo na ficha, não sabemos se houve alguma subtração.

Tabela 3: Migrados de Amparo

Nome	Local de Nascimento	Filiação
Cornelio Bento Felipe	Amparo - Estado de São Paulo	Bento Felipe e Florencia Rita
José Pedro	Amparo - Estado de São Paulo	Benedicto José Pedro e Izaltina Rita
Luiz Bento	Amparo - Estado de São Paulo	Bento José Felipe e Florencia Rita
Sebastião Pedro	Amparo - Estado de São Paulo	Benedicto Pedro e Esandinha Pedro

Fonte: Elaboração da autora.

A seguir as fichas de contratação dos funcionários acima citados.

Figura 13 - Funcionários Cornelio Bento Felipe, Luiz Bento, José Pedro e Sebastião Pedro

<i>Via Antártica Paulista</i>  Nome.....<u>Cornelio Bento Felipe</u>..... Data da admissão...5...de...<u>Outubro</u>...de 19 <u>26</u>.. Nascido a...10...de...<u>Abril</u>...de 1 <u>904</u>.. Logar do nascimento <u>Amparo E.S.Paulo</u> Filho de <u>Bento Felipe</u> e de <u>Florencia Rita</u> Estado civil <u>Casado</u> Natureza do cargo ou serviço <u>Ajudante</u> Ordenado mensal ~~XXX~~ por dia <u>7\$000</u> Diária..... Vencimentos ou gratificações..... Porcentagens..... Residência <u>Rua da Moóca, 394</u> Assinatura do empregado <u>Cornelio Bento Felipe</u> Observações.....	<i>Via Antártica Paulista</i>  Nome.....<u>Luiz Bento</u>..... Data da admissão...13...de...<u>Julho</u>...de 19 <u>22</u>.. Nascido a...26...de...<u>Fevereiro</u>...de 1 <u>901</u>.. Logar do nascimento <u>Amparo E.S.Paulo</u> Filho de <u>Bento José Felipe</u> e de <u>Florencia Rita</u> Estado civil <u>Solteiro</u> Natureza do cargo ou serviço <u>Servente</u> Ordenado mensal ~~XXX~~ por hora <u>0\$900</u> Diária..... Vencimentos ou gratificações..... Porcentagens..... Residência <u>R. João Antonio de Oliveira, 113</u> Assinatura do empregado <u>Luiz Bento</u> Observações.....
<i>Via Antártica Paulista</i>  Nome.....<u>José Pedro</u>..... Data da admissão...6...de...<u>Dezembro</u>...de 19 <u>24</u>.. Nascido a...30...de...<u>Setembro</u>...de 1 <u>901</u>.. Logar do nascimento <u>Ampara E.S.Paulo</u> Filho de <u>Benedicto José Pedro</u> e de <u>Izaltina Rita</u> Estado civil <u>Solteiro</u> Natureza do cargo ou serviço <u>Ajudante</u> Ordenado mensal..... Diária..... Vencimentos ou gratificações..... Porcentagens..... Residência <u>Rua Guaratinguetá, 29</u> Assinatura do empregado <u>José Pedro</u> Observações.....	614  Nome.....<u>Sebastião Pedro</u>..... Data da admissão...2...de...<u>Junho</u>...de 19 <u>27</u>.. Nascido a...29...de...<u>Junho</u>...de 1 <u>902</u>.. Logar do nascimento <u>Amparo E.S.Paulo</u> Filho de <u>Benedicto Pedro</u> e de <u>Esandinha "</u> Estado civil <u>Casado</u> Natureza do cargo ou serviço <u>Operario</u> Ordenado mensal ~~XXX~~ por hora <u>0\$900</u> Diária..... Vencimentos ou gratificações..... Porcentagens..... Residência <u>Rua Guaratinguetá, 29</u> Assinatura do empregado <u>Sebastião Pedro</u> Observações.....

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrener.

Mudar de lugar era uma estratégia importante para aumentar as oportunidades de vida, as migrações para São Paulo não podem ser separadas das aspirações dos libertos, de acordo com Kim Butler (2011). Como tratado no item anterior, a maioria nasceu pós-abolição, existe a possibilidade de terem pais ou avós que viveram como escravizados e por decisão familiar migram para São Paulo. Ainda de acordo com a autora, os recém-chegados e moradores antigos se ligam por terem aspirações de sucesso, já que as oportunidades se ampliaram pós-abolição e pela industrialização de São Paulo.

Percebemos famílias que migraram para a cidade de São Paulo, mas onde foram morar? Através do campo **Endereço** na ficha e da localização via *Google Maps* podemos observar que a maioria viveu na região da Mooca, próximos à fábrica matriz. Trazendo novos elementos sobre a localização da população negra na cidade de São Paulo:

Barra Funda, Bexiga e Baixada do Glicério são as regiões onde foram se instalar as várias famílias, com graus distantes ou próximos de parentesco, pessoas recém saídas da zona rural e negros paulistanos, os maridos que desempenhavam pequenos bicos, trabalhavam nos armazéns da E. F. São Paulo Railway e as esposas que trabalhavam como empregadas domésticas nos bairros nobres dos Campos Elíseos, da Paulista e da Liberdade. (JESUS, 2010)

Na década de 1920, nos bairros Barra Funda, Bexiga e Liberdade e alguns pontos da Sé, não só moravam negros como se configuravam territórios negros importantes, como suas escolas de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile, de acordo com Raquel Rolnik (2011).

Os dois autores ao tratarem de espaços negros na cidade de São Paulo não trazem a Mooca - como dito por Rolnik, os locais apontados como territórios negros jamais foram exclusivamente negros, podemos inferir que os bairros como a Mooca de tradição italiana, não era exclusiva de italianos, também temos negros na região, trabalhando e morando próximos à fábrica que era localizada na atual Avenida Presidente Wilson, com suas sociabilidades, famílias, fazendo parte do time da empresa, o Antarctica Futebol Clube, por exemplo.

A falta de informações por cor/raça/etnia no censo geral de 1920, apontada por Rolnik, refletindo a concepção racista do período, como já analisado, também é fator para a invisibilidade da população negra na cidade, fazendo novamente com que as fichas analisadas tenham valor para essa compreensão.

Foi construída tradicionalmente a imagem de uma Mooca branca, italiana, apagando os traços da população negra que ali vivia. De acordo com as dimensões que analisamos, temos outras características do bairro e por consequência da cidade.

Também temos os locais de moradia da CAP que estavam próximos à fábrica, os donos de indústria deveriam construir as habitações e vilas operárias afastadas do centro urbano, a CAP na Água Branca terá conjunto de moradia para alguns funcionários:

A Antarctica criou um parque e também uma vila operária com 24 casas para operários e moradias para gerentes, a “Village da Antarctica”, com uma área de 6000m², artisticamente construídas, formando um agradável e vistoso conjunto no bairro da Água Branca (BANDEIRA JUNIOR, 1901, p.35).

Quando a CAP se instala na Mooca passa a usufruir das instalações da Cervejaria Bavaria, que possuía um conjunto de casas para operários. A moradia nas vilas da companhia era para funcionários de altos cargos, nenhum dos funcionários negros estavam alojados nesses espaços. Francisco de Paula aparece com o endereço Rua da Mooca – Villa – Casa 03, mas não podemos afirmar que era uma vila da CAP, já que na região da Mooca houve a conformação de várias vilas operárias e que farão parte da paisagem urbana da cidade de São Paulo.

No final do século XIX e início do XX, os limites urbanos foram reconfigurados em locais para a elite paulistana e para o proletariado:

Nas duas décadas anteriores, várias chácaras foram loteadas gerando bairros de alto padrão, a começar pelos Campos Elíseos (1879). Higienópolis surgiu em 1890 e, no ano seguinte, foi inaugurada a Avenida Paulista, derivada de um empreendimento conduzido pelo agrônomo uruguaio Joaquim Eugênio de Lima. Concebida como uma subdivisão de luxo no espigão central, ao longo de quase 3 quilômetros, seu desenho inspirava-se em bulevares residenciais europeus, arborizados, definindo-se em grandes lotes destinados às mansões das elites emergentes do comércio internacional do café... recomendava-se que habitações e vilas operárias ‘higiênicas’ fossem construídas por donos de indústrias e empreendedores imobiliários em áreas afastadas. (PALLAMIN, 2015, p.1)

A urbanização da cidade vai criando espaços delimitados, nas margens das ferrovias nascem cortiços, vilas, entremeados pelas chaminés das fábricas, onde estará a maior parte dos pobres da cidade:

O bairro do Brás (e posteriormente Pari, Mooca e Belenzinho) a leste, Bom Retiro e Barra Funda a noroeste, Ipiranga (e posteriormente Vila Prudente) a sul são exemplos do tipo de urbanização que acabamos de apresentar. São todas regiões baixas, atravessadas por ferrovias. (ROLNIK, 1988, p.11)

A segregação social era expressa na localização e nos tipos de moradia. Enquanto a elite e a classe média viviam em mansões e casas próprias, por exemplo, na Avenida Paulista, como Adam von Bülow, um dos acionistas majoritários da Companhia Antarctica Paulista, teremos os trabalhadores da CAP nos bairros próximos a linhas férreas em moradias conjuntas.

Infelizmente, os registros e a documentação divulgada sobre o período tratam quase de forma exclusiva do empenho da elite em construir uma cidade “moderna”, de aparência europeia. É muito mais comum encontrar-se um relato de um detalhe da construção de um imponente edifício público ou privado, neoclássico ou eclético, do que uma rápida descrição de habitações populares. (BONDUKI, 2017, p.29)

Entre os funcionários negros analisados, 50% moravam na região da Mooca próximos à fábrica da CAP. Como apontado por Nabil Bonduki (2017), existe dificuldade em encontramos informações precisas sobre o tipo de moradia da população menos favorecida na cidade, através das fichas não podemos afirmar o tipo de habitação, se eram pensões, cortiços, porões, casas alugadas, etc. Podemos perceber que oito deles moravam no mesmo endereço e muitos eram vizinhos, com predominância da Rua Guaratinguetá e da Rua João Antonio de Oliveira. Podemos observar na tabela 4 abaixo, em **negrito** os endereços iguais:

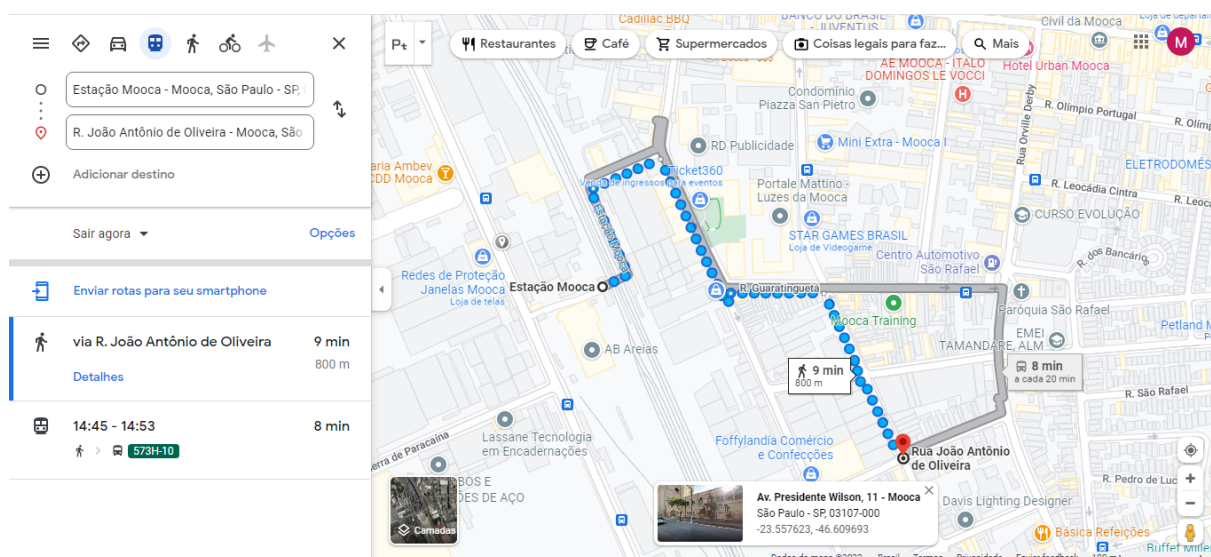
Tabela 4: Relação de endereços

Nome	Endereço	Bairro
José Gonçalves	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Mooca
João Paulo Rodrigues	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Mooca
Benedicto Ignacio dos Santos	Rua Guaratinguetá, 14	Mooca
Vital Candido	Rua Guaratinguetá, 14	Mooca
José Pedro	Rua Guaratinguetá, 29	Mooca
Sebastião Pedro	Rua Guaratinguetá, 29	Mooca
Joaquim Lourenço	Rua Guaratinguetá, 32	Mooca
Joaquim Custódio	Rua Guaratinguetá, 40	Mooca
Benedicto José Pedro	Rua João Antonio de Oliveira, 29	Mooca
José Evangelista Menezes	Rua João Antonio de Oliveira, 75	Mooca
Luiz Bento	Rua João Antonio de Oliveira, 113	Mooca
Raul Alves Ferreira	Rua João Antonio de Oliveira, 121	Mooca
Antonio Alves dos Reis	Rua Marina Crespi, 21	Mooca
Martinho Rodrigues	Rua Marina Crespi, 21	Mooca

Fonte: Elaboração da autora.

O mapa atual via *Google Maps* nos auxilia a perceber a distância entre o endereço e a fábrica, cerca de 11 minutos caminhando. Morar próximo se torna estratégia para não ter que arcar com custos e a dependência de transportes públicos incipientes, e com os valores altos de moradia em outras partes da cidade.

Figura 15 – Mapa de distância entre estação Mooca e Rua João Antônio de Oliveira



Fonte: Pesquisa *Google Maps*¹³

A construção das linhas férreas facilita não apenas a instalação das indústrias, mas também da população, facilitando a migração e o deslocamento pela cidade. De acordo com Margarida Maria de Andrade (1991) a inauguração de duas estações ferroviárias no Brás entre 1867 e 1877 facilitou o estabelecimento de imigrantes e migrantes vindos do interior de São Paulo e outros lugares do país para as imediações do bairro.

A distância entre a estação atualmente denominada Juventus – Mooca (1898) e a Rua João Antonio de Oliveira, pelo *Google Maps*, é de menos de 10 minutos caminhando.

No jornal da imprensa negra O Clarim da Alvorada, na sétima edição em 12 e outubro de 1924, no texto A Vida, Moysés Cintra, pseudônimo de Jayme de Aguiar, fala sobre as transformações na cidade. Segundo o autor o pobre trabalhador não pode morar perto da cidade e vive lutando para manter a família.

¹³ Pesquisa realizada pela autora no buscador do *Google*, como referência Estação Mooca e a Rua João Antonio de Oliveira, realizada em: 06 nov. 2022.

Figura 16 - Trecho do Jornal Clarim da Alvorada

Avenidas, alamedas e ruas centraes vemo-las completamente tomadas pelos automoveis; os carros que restavam nas estações ferroviarias e nas praças publicas são substituidos pelos taxis e fords, e, daqui ha pouco, as carroças que estacionam em seus pontos predilectos, serão dalli banidas para outros logares distantes... E, o progresso tudo vae modificando. O pobre trabalhador já não pode morar perto da cidade; vive lutando sempre para manter a sua familia.

Fonte: Jornal Clarim da Alvorada, 12 out. 1924, p.2.¹⁴

A carestia dos aluguéis é grande fator para a escolha do local das moradias. Segundo Moysés Cintra, no mesmo texto de 12/10/1924 o proprietário aumentava o aluguel sem compaixão, assim as pessoas iam morar cada vez mais longe. Para não padecer das irregularidades dos proprietários a única opção seria ter a própria casa, assim, no seu texto passa a falar sobre economia, como o trabalhador com seu salário poderia economizar e adquirir a casa própria.

Figura 17 - Trecho do Jornal Clarim da Alvorada, segunda parte

De nada lhe vale um augmento no salario porque tudo quanto necessita para a vida lhe e augmentado. Hoje reside aqui, amanhã é obrigado a se retirar para mais longe e assim vae vivendo até quando deixar este mundo de soffrimentos. Feliz daquelle que tem a sua casa; porque não padeccrá tanto como os que a não tem. De que modo poderemos viver nestes tempos a não ser morando em casas mal acomodados e sujeitando-nos ás irregularidades do proprietario inconsciente? O unico meio que temos em mão é o de economias. Hoje guardamos uma iracção do nosso trabalho; amanhã outra e, assim successivamente.

Fonte: Jornal Clarim da Alvorada, 12 out. 1924, p. 2.¹⁵

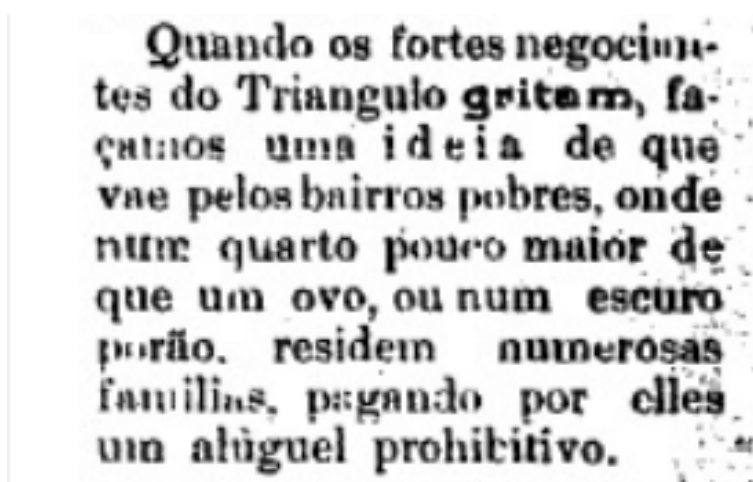
¹⁴ Jornal completo disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-12101924/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

As diferenças entre as casas dos operários e da burguesia cafeeira e dos industriais é analisada por Pasquale Petrone:

Nos bairros, predominavam as habitações de aspectos modestos, de um só pavimento, geralmente possuindo porões, dando diretamente para a rua e obedecendo a um estilo mais ou menos padronizado, sem nenhum encanto arquitetônico; assim eram as moradias da classe média e da população operária, de que perduram numerosos exemplos, notadamente na Bela Vista, em Vila Buarque, em Santa Ifigênia, na Barra Funda, no Bom Retiro e no Brás. Em contraposição, nos bairros aristocráticos predominavam as grandes, mansões senhoriais e os ricos palacetes dos milionários do café e "capitães da indústria" da Paulicéia de então... (PETRONE, 1955, p.146)

Muitas vezes os porões das casas também eram alugados por famílias negras. No jornal da imprensa negra "O Progresso" em 1929, alguns textos são publicados com o título "Crise de Habitação", eles trazem uma crítica aos preços altos em moradias pequenas e porões.

Figura 18 - Trecho de CRISE de Habitação



Fonte: Progresso (Imprensa Negra), São Paulo, 29 nov. 1929, p. 2. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP).¹⁶

O jornal expõe as condições precárias da habitação, pedindo moradias decentes para que os trabalhadores pudessem descansar após um dia de trabalho árduo. A escolha da moradia a ser alugada dependerá da renda dos operários, aqueles com melhor remuneração alugavam casas nas vilas operárias ou em casas

¹⁵ Jornal completo disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-12101924/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

¹⁶ Cópia disponível em: https://3x22.bbm.usp.br/?page_id=209. Acesso em: 06 nov. 2022.

unifamiliares de conjuntos, aqueles com pior remuneração alugavam um cômodo nos cortiços, de acordo com Maura Pardini Bicudo Vêras (1994).

A precariedade da moradia é uma constante nas análises desse período, as moradias dos operários sempre foram inadequadas e insuficientes, caras e apresentavam baixo padrão habitacional. A autora Maria Auxiliadora Guzzo De Decca (1991) traz um trecho do jornal O Internacional que traz a seguinte visão:

... o pobre mora nos cortiços do Brás, da Mooca, da Lapa, do Bom Retiro, em Vila Guilherme ou Vila Maria, que são atingidas pelas enchentes do Tietê todos os anos. Os bairros pobres são “calçados” de poeira ou “asfaltados” de lama quando chove... (18/4/1927)

Mesmo não podendo afirmar o tipo de moradia dos trabalhadores da CAP, temos um panorama da situação habitacional dos operários e pobres da cidade de São Paulo. Os baixos salários são indicativos de que esses funcionários não poderiam arcar com casas próprias, por isso temos a presença de endereços iguais, eram a possibilidade de poder morar próximo à fábrica e não onerar muito o salário com a habitação.

Não podendo pagar o aluguel de uma casa unifamiliar e isolada, o operário de menor renda, o trabalhador informal e o desempregado encontravam no cortiço e na de cômodos o alojamento compatível com seus poucos rendimentos. O cortiço mais comum em São Paulo era uma enfiada de cômodos dispostos ao longo de um corredor ou pátio, no qual se situava a área de lavagem e secagem de roupas e o banheiro de uso comum. (BONDUKI, 2017, p.61)

Os cortiços tornaram-se as opções de moradia de parte do operariado paulistano, com a descrição de Bonduki entendemos o nível de precariedade em que essas pessoas eram coladas por não terem salário suficiente para arcar com melhores moradias e nos melhores bairros da cidade. Além do morar, existem outros âmbitos para a sobrevivência, a alimentação, o vestir. No próximo tópico falaremos de profissão, salário e custo de vida, compondo o panorama das condições de vida dos trabalhadores negros na cidade de São Paulo.

2.3 PROFISSÃO, SALÁRIO E CUSTO DE VIDA

Através dos campos **Cargo** e **Ordenado** podemos fazer as relações salariais e analisar as ocupações que eram destinadas aos negros na CAP, verificaremos a partir da tabela 5.

Tabela 5: Relação cargo x salários

Nome	Cargo	Salário	Data de Admissão
Albano Francisco	Ajudante	6\$900 por dia	10/08/1926
Antonio Alves dos Reis	Engarrafador	1\$000 por hora	05/10/1925
Augusto Lima	Servente de Pedreiro	900 por hora	03/08/1926
Antonio Soares	Operário	1\$200 por hora	10/05/1911
Aristides Franco	Pintor	1\$000 por hora	05/01/1924
Antonio Joaquim	Ajudante	7\$000 por dia	07/02/1927
Benedicto de Souza	Ajudante	6\$900 por dia	19/08/1925
Benedicto José Pedro	Operário	0\$900 por hora	23/04/1927
Benedicto Francisco Fortunato	Ajudante	7\$000 por dia	13/12/1926
Benedicto Ignacio dos Santos	Ajudante	s/i	02/10/1926
Benedicto Braz	<i>Chauffeur</i>	410\$000	14/06/1926
Benedicto Costa	<i>Chauffeur</i>	380\$000	05/10/1923
Cornelio Bento Felipe	Ajudante	7\$000 por dia	05/10/1926
Capitulino de Mello	Operário	0\$800 por hora	18/09/1923
Domingos Ramos de Aguiar	Ajudante	7\$000 por dia	22/12/1926
Edgar da Silva	Ajudante de cocheira	7\$000 por dia	26/03/1927
Elias Freitas da Silva	Carpinteiro	1\$400 por hora	10/05/1922
Emilio Alves	<i>Chauffeur</i>	340\$000	09/11/1926
Euclydes Moreira	Operário	1\$100 por hora	08/12/1911
Ezequiel Ramos	Ajudante	7\$000 por dia	15/09/1926
Fausto de Oliveira	<i>Chauffeur</i>	410\$000	13/03/1914
Francisco de Paula	Ajudante	7\$000 por dia	05/11/1919
Izaltino Felicio Borba	<i>Chauffeur</i>	405\$000	07/09/1926
José Soares de Souza	Lavador de garrafas	0\$900 por hora	07/12/1926
José Emílio da Conceição	Pintor	1\$000 por hora	24/03/1927
José Evangelista Menezes	Selleiro	1.500 por hora	07/05/1920
José Gonçalves	Ajudante	7\$000 por dia	18/02/1927
José Alves Monteiro	Funileiro	1\$600 por hora	09/12/1926
José Maria dos Santos	<i>Chauffeur</i>	340\$000	05/10/1926
José Pedro	Ajudante	s/i	06/12/1924
Joaquim Custodio	Operário	0\$520 por hora	11/02/1925
Joaquim Lourenço	Ajudante	8\$500 por dia	30/07/1919
Joaquim Silveira	Ajudante	6\$900 por dia	24/08/1925
João Antonio Rosario	Operário	0\$900 por hora	17/03/1927
João Galdino dos Santos	Operário	0\$900 por hora	02/06/1927
João Chrispim	Escriturario	200\$00	06/04/1926
João Fortunato Mathias	Cocheiro	285\$000	01/07/1923
João Paulo Rodrigues	Ajudante	7\$000 por dia	16/11/1926
José Raymundo	Ajudante	8\$000 por dia	10/10/1923
Luiz Bento	Servente	0\$900 por hora	13/07/1922
Martinho Rodrigues	Ajudante	7\$000 por dia	04/10/1926
Napoleão da Silva	Operário	0\$900 por hora	08/02/1909

Octavio d' Oliveira	Operário	0\$950 por hora	25/02/1925
Oscar Domingos Ferreira	Ajudante	s/i	30/11/1926
Ovidio Venancio	Ajudante	6\$900 por dia	05/08/1925
Ozorio Romano	Fiscal	550\$000	25/12/1911
Raul Alves Ferreira	<i>Chauffeur</i>	340\$000	02/02/1927
Roberto de Oliveira Salles	Marceneiro	1\$400 por hora	27/08/1925
Sebastião Pedro	Operário	0\$900 por hora	02/06/1927
Vital Candido	Ajudante	242\$000	05/01/1925

Fonte: Elaboração da autora.

Verificamos que o salário de Ajudante não teve reajuste no período de um ano, Ovidio Venancio foi contratado em agosto de 1925, Albano Francisco foi contratado em agosto de 1926 e o pagamento diário é o mesmo 6\$900. Porém, o português Antonio da Conceição foi contratado como Ajudante em junho de 1926 com o salário diário de 7\$000. É uma pequena diferença, mas ela existe, demonstrando que na realidade houve um aumento salarial para a função, que não foi repassada para Albano contratado um mês depois de Antonio.

É preciso também lembrar que a permanência dos(as) negros(as) nos centros mais desenvolvidos do país resultou na sua experimentação das situações que retratam a problemática do subdesenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, qual sejam, o excedente de força de trabalho, o desemprego, a informalidade, os diminutos salários e a desigualdade de remuneração. (MARTINS, 2012, p.127)

Em 1923 o também português Antonio da Costa contratado como Ajudante recebia um salário ainda maior que os demais, 7\$600 por dia. Albano e Ovidio, mesmo sendo alfabetizados, foram contratados com salário menor que o português Antonio Moraes, não alfabetizado, contratado em 1925 na mesma função com diária de 7\$200. O espanhol Antonio Oredas Peres, não letrado, foi contratado em 1924 com diária de 7\$900 para exercer a mesma função que os demais. Constante Morolo, nascido em Campinas, foi contratado em 1924 com diária de 7\$300.

Somente em 1943, com a criação das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT), fica proibida a distinção salarial entre nacionais e estrangeiros que exercem a mesma função.

Podemos depreender que não existia um padrão salarial, no país o salário-mínimo será estipulado em julho de 1940, pelo Decreto Lei 2.162, em 240 mil réis mensais. Além da falta de padrão, brancos estrangeiros e nacionais, letrados ou não, possuíam salário maior que os negros letrados exercendo as mesmas funções,

como apontado por Martins (2012). Os negros em São Paulo, grande centro urbano, vivenciaram a disparidade salarial e sempre com as menores remunerações.

Confirmando a desvantajosa situação econômica de mão-de-obra liberta e desocupada, os dados da pesquisa denunciavam que os negros recebem rendimentos de trabalho bem inferiores aqueles recebidos pelos brancos. Reproduzem-se, assim, as precárias condições de vida população negra. (CHAIA, 1988, p.39)

Mesmo empregados de maneira formal, as condições dos trabalhadores negros são em grande parte distintas dos trabalhadores não-negros, fazendo com que esse extrato populacional viva em condições precárias, como será tratado adiante.

No censo de 1920 temos a informação salarial dos operários das indústrias separados apenas entre sexo masculino e feminino, menores e adultos. 13,6% da população masculina adulta referenciada recebia entre 6\$000 e 7\$900 pela diária o que corresponde à média salarial, já que a soma dos que recebiam valores acima correspondia a apenas 10,8% e a soma dos que recebiam abaixo chega a 31,5%. O censo não traz menções raciais, com a análise das fichas de contratação dos funcionários da CAP podemos ter uma dimensão de discriminação salarial. Apenas em 1940 o quesito cor ou raça volta a ser parte do questionário censitário.

Entre os cargos temos a presença de *chauffeur*. O exercício dessa profissão dentro da empresa, por exemplo, acarretaria maiores facilidades do que aos autônomos, pois não arcariam com o alto preço do combustível, dos acessórios importados para os carros e a obediência da lei 2.264 de 13 de fevereiro de 1920, que dispunha sobre a inspeção e fiscalização do trânsito de veículos no município de São Paulo. Em 1920 temos um abaixo-assinado para a câmara municipal feito pelo Centro Internacional da Luz, associação que possuía em seu quadro inúmeros *chauffeurs*, expondo a situação dessa classe de trabalhadores autônomos:

...o proprietario de automovel mal ganha hoje para a manutenção da sua propria subsistência. Em geral, não têm os que fazem parte do côro dos accusadores e inimigos da classe, uma noção exacta do que seja proprietario de automovel nos tempos que correm.
São multiplas, Exmo. Snr., as causas determinantes da actual crise que a classe atravessa. Porém, avultam sobre todas e merecem ser estudadas com mais detalhes; a alta da gazolina, a alta dos accessorios, e a observancia rigorosa da lei 2264 de 13 de Fevereiro de 1920. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 23 de outubro de 1920)

Nesse cargo temos sete funcionários na CAP, sendo a profissão com o segundo maior salário mensal entre os negros. O exposto no abaixo-assinado não atingiria os que estavam dentro da indústria; a autonomia e a posse de um bem

como um carro não acarretavam necessariamente em melhor qualidade de vida; a profissão tinha certo prestígio na sociedade, apenas famílias ricas possuíam motorista, mas os donos de carros de praça tinham que arcar com:

...leis, regulamentos, inspeções, certidões, licenças, habilitações, taxas, multas, acidentes, seguros, preço da gasolina, custos de manutenção, longas horas de trabalho diário, além do tempo despendido com o atendimento da burocracia municipal e os desentendimentos com a concessionária dos serviços de transporte público. (SÃO CRISTÓVÃO 100 ANOS, 2011, p.25)

Os requerentes do Centro Internacional da Luz, informado anteriormente, criticam a visão de que quem possuía um carro era sempre um burguês. Pelo contrário, muitos tentavam sobreviver com o salário adquirido após 15 horas ou mais de trabalho extenuante, tendo que arcar com itens. De acordo com a tabela da *Goodyear* (empresa estadunidense que vendia artigos de borracha) anexa ao abaixo-assinado de 1920, itens poderiam custar mais que um salário da época: um pneu de lona chegava a alcançar a cifra de 497\$000. Na CAP Benedicto Braz recebia em 1926 o equivalente a 410\$000 réis, salário menor que de um pneu da *Goodyear*.

Não possuímos dados dos ganhos salariais desses motoristas de praça, mas é possível depreender que deveriam trabalhar arduamente pela cidade para conseguirem arcar com todas as despesas para a manutenção dos carros e se manterem com os gastos de moradia, alimentação, vestuário, etc. Como já apontado no primeiro capítulo, o trabalho dentro da indústria poderia trazer mais segurança, e no caso supomos que a autonomia viria ao saber que ao final do mês receberiam um salário fixo e não teriam que arcar com itens vultuosos para o exercício da profissão.

O maior número de *chauffeurs* em relação aos trabalhos de cocheiro e ajudante de cocheira pode estar ligado ao aumento do uso do automóvel na cidade, fazendo com que o transporte de tração animal diminuísse gradativamente. De acordo com Heloísa Cruz (1991), o cocheiro recebia salário inferior, como também pudemos constatar através da documentação. Benedicto Costa contratado como *chauffeur* em 1923 recebia 380\$000 réis por mês, enquanto o cocheiro João Fortunato Mathias recebia no mesmo ano o equivalente a 285\$000 réis mensais, o ajudante de cocheira Edgar da Silva em 1927 recebia 7\$000 réis por dia, muito abaixo dos demais. A Companhia acompanhava o dinamismo da cidade,

substituindo gradualmente as carroças por caminhões, permitindo percorrer maiores distâncias e o aumento das cargas.

Não existia regulamentação salarial como já apontado, podemos perceber através das contratações de Ernesto Carnaval (branco nacional) contratado em 1921 como *chauffeur* com o salário de 340\$000 réis, e Emilio Alves (negro) contratado em 1926 com o mesmo salário.

Figura 19 - Fichas de Emilio Alves e Ernesto Carnaval

Nome	Data da admissão	Nascido a	Logar do nascimento	Filho de	e de	Estado civil	Natureza do cargo ou serviço	Ordenado mensal	Diária	Vencimentos ou gratificações	Porcentagens	Residência	Assignatura do empregado	Observações
Emilio Alves	9 de Novembro de 1926	5 de Julho de 1890	Piracicaba F.S.Paulo	Izidoro de Carvalho	Sebastiana Maria Benedicta	Casado	Chauffeur	340 \$000				Rua Serra Araraquara, 31	Emilio Alves	
Ernesto Carnaval	1 de Novembro de 1921	15 de Agosto de 1907	São Paulo	Domingos Carnaval	Carolina Cardone	Solteiro	Chauffeur	340 \$000				Posto Zootecnico	Ernesto Carnaval	

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrener.

Uma das funções realizada nos escritórios da CAP era a de escriturário. Encontramos uma grande divergência salarial ao analisar as fichas, todos contratados em 1926 para o mesmo cargo, como podemos verificar tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Comparação salarial

Nome	Nacionalidade	Salário em réis	Cargo
Carlos Voelker	Alemão	300\$000	Escrevente
Frederico Krenzig	Austríaco	320\$000	Escrevente
Hana Petzet	Alemão	800\$000	Escrevente
Hermann Meckler	Letão	375\$000	Escrevente
Horacio Azevedo Ribeiro	Brasileiro	125\$000	Escrevente
João Chrispim	Brasileiro (negro)	200\$000	Escrevente
Odilon Cunha Lima	Brasileiro	275\$000	Escrevente
Orlando Lefevre	Brasileiro	400\$000	Escrevente

Fonte: Elaboração da autora.

É evidente a divergência salarial, percebemos que o trabalhador nacional tinha o menor salário; entre os estrangeiros, o alemão tinha o salário maior que os demais, o único negro que é João Chrispim tinha um dos salários mais baixos. Talvez as atividades fossem distintas, mas englobadas no mesmo cargo de escrevente. Porém, como não temos essas definições nas fichas, nos cabe apontar para o fato de que o funcionário, mesmo atuando nos escritórios da empresa, sendo letrado, terá o salário diferenciado de acordo com sua nacionalidade - a empresa foi criada por alemães, nesse cargo analisado será a nacionalidade com maiores ganhos mensais. Estudos como o de Flávio Rabelo Versiani (1993), que faz tabelas salariais utilizando o censo de 1920, traz informações entre mão de obra qualificada e não qualificada, porém, não existe a diferenciação entre salário de nacionais e estrangeiros, o que é demonstrado pela nossa documentação.

Selecionamos apenas alguns escreventes para exemplificar, mas de todos os ingressantes analisados, como já dito, apenas João Chrispim era negro, nascido no Rio de Janeiro. Contratado antes de completar 17 anos, letrado como era exigido para a função, provavelmente com uma educação voltada para o exercício profissional, podendo alcançar um cargo que era composto majoritariamente por brancos nacionais e estrangeiros.

Figura 20 - Ficha de João Chrispim, único negro “escripturario”

Cia. Antarctica Paulista



Nome..... João Chrispim

Data da admissão..... 6 de Abril de 19 26

Nascido a..... 19 de Outubro de 19 09

Logar do nascimento..... Rio de Janeiro

Filho de..... Antonio Chrispim

e de..... Eugenia Chrispim

Estado civil..... Solteiro

Natureza do cargo ou serviço..... Esripturario

Ordenado mensal..... 200 \$000

Diaria.....

Vencimentos ou gratificações.....

Porcentagens.....

Residencia..... Rua Joaquim Carlos, 132

Assinatura do empregado..... *João Chrispim*

Observações.....

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Em nossas fichas não localizamos pais e filhos funcionários no mesmo momento. Esses funcionários são provavelmente a primeira geração de empregados da CAP, temos familiares, como informado anteriormente, mas não podemos afirmar, como Álvaro Nascimento (2016), que a Cia. Antarctica empregou gerações inteiras dessas pessoas. Talvez em décadas posteriores, já que temos funcionários que ficaram 34 anos na empresa como Benedicto de Souza, contratado entre 1925 e 1959, e Ozório Romano contratado entre 1911 e 1953. As longas carreiras também podem nos apontar para a longevidade dos trabalhos, ao contrário da constante informação sobre a grande rotatividade, como apontada por Alexandre Barbosa (2008).

Os negros alcançaram algumas vagas na indústria cervejeira paulistana, mas os cargos com melhores salários e posição eram dos estrangeiros e nacionais brancos: o inglês Miguel Bove foi contratado em 1923 como Fabricante de Licores,

ganhando 1:000\$000 (um conto de réis); o brasileiro Moacyr Sampaio, natural do Rio de Janeiro era viajante, com salário de 1:800\$000 em 1926. O presidente da diretoria ganhava em 1922 o equivalente a 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), demais diretores recebiam 1:000\$000, além de porcentagem sobre os lucros líquidos da empresa; em 1924 com alegação de sobrecarga de trabalho, é solicitada alteração salarial para 5:000\$000 réis na posição de presidente da diretoria e 3% dos lucros líquidos, 2:500\$000 réis e 2% dos lucros para os demais diretores.¹⁷ Esses valores demonstram a grande disparidade salarial entre funcionários e a diretoria, que além dos salários contavam com porcentagens que não eram repassadas aos demais. Não havia negros em cargos de direção.

Além da disparidade de salários ainda conseguimos ver na tabela 6 a variedade de nacionalidades, como letão e austríaco. Existe uma multiplicidade estrangeira que vai além dos clássicos alemães, italianos, espanhóis, portugueses, japoneses que são analisados pela historiografia sobre os trabalhadores urbanos em São Paulo: nas fichas encontramos austríaco pedreiro, operários romenos, tchecos, lituanos, iugoslavos, búlgaros, ajudantes sérvios.

Temos vários operários húngaros, estes vindos na década de 1920, concentrando-se nos bairros do Brás, Mooca e Vila Anastácio, analisados por Michael Hall (2004). O autor conseguiu perceber que muitos trabalhavam no frigorífico Armour na Vila Anastácio; podemos contribuir informando que eles também atuaram na matriz Mooca da Companhia Antarctica Paulista. As fichas podem suscitar novas pesquisas sobre a composição estrangeira dos proletários urbanos na cidade de São Paulo, além de nos alertar para o fato de que também havia estrangeiros negros, como o português Benedicto Francisco Fortunato, ajudante contratado em 1926.

Não tivemos acesso a documentos que informem como as vagas eram disponibilizadas, como era a contratação, as escolhas para os cargos, só temos esses exemplares de quem foi contratado. Novas pesquisas no acervo custodiado pela Fundação Zerrenner podem ampliar o entendimento sobre as formas de acesso na empresa.

Pesquisando os documentos, contrapomos a análise de José Antonio Segatto (1987). Segundo o autor, os trabalhadores negros que foram marginalizados após a

¹⁷ Relatório da Directoria, aprovado em 11 de março de 1924. Acervo Fundação Zerrenner.

abolição foram incorporados ao mercado de trabalho como proletários a partir da década de 1930. Essa afirmação pode estar ligada ao Decreto nº 19.482/30 de 12 de dezembro de 1930, conhecido como lei dos 2/3, que propunha garantir a proporção de 2/3 de funcionários brasileiros natos no conjunto do quadro de funcionários das empresas, instituída pelo então presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 1930). As evidências documentais demonstram a presença de negros na CAP desde os anos 1920, não apenas em sua matriz no bairro da Mooca, mas também em sua primeira filial na cidade de Ribeirão Preto e em Santos, apesar de existir um número maior de japoneses do que negros nessa fábrica.

Analisando os salários podemos tentar compreender os acessos possíveis dentro da sociedade paulistana. Os salários eram compatíveis para aquisição dos bens básicos para a sobrevivência decente dos trabalhadores?

A situação dos operários entre os anos de 1920 e 1930 é descrita como de miserabilidade por Maria Auxiliadora Guzzo De Decca (1991), os salários eram baixos e desproporcionais em relação ao custo de vida. Nessa época existe uma heterogeneidade salarial; parte do salário era para pagar moradias precárias e a alimentação consumia a maior parte, limitando a possibilidade de despesas com outros itens como vestuário, saúde, lazer e instrução, revelando um baixo padrão de vida.

Uma das fontes analisadas por Decca (1991), informa que em 1913 os salários não passavam de 1\$000 ou 2\$000 réis por dia os grandes salários eram de 3\$000 ou 4\$000 réis; havia dificuldade em se viver, pois o valor não era suficiente nem para a metade das despesas mais indispensáveis, como alimentação, vestimentas, moradia; o documento cita como exemplo o valor do aluguel de uma pequena habitação sem ar e nem luz que custava 50 mil réis mensais.

Temos poucos registros de empregados da CAP antes de 1920. Analisando apenas se os valores dos ingressos do Cassino eram possíveis de serem pagos por um funcionário negro, temos como exemplo o *chauffeur* Fausto de Oliveira, contratado em 1914 com salário mensal de 410\$000 réis, um salário alto para a época, temos também o caso excepcional de Ozório Romano, contratado em 1911 com o salário de 550\$000 réis. Em 1914 os ingressos para o Cassino Antarctica custavam 12\$000 para as frisas, 10\$000 para camarotes, 5\$000 para as cadeiras de primeira classe, 2\$000 os ingressos simples e 1\$000 para as galerias, segundo Diógenes Sousa (2017). Talvez Fausto ou Ozório, com seus salários, poderiam ter

um momento de lazer no Cassino, caso fossem de suas vontades e não houvesse demais necessidades que os impedissem, mas já sabemos que esses espaços eram frequentados pela elite branca paulistana, não pela classe trabalhadora.

O operariado frequentava sociedades recreativas dançantes, clubes de futebol, bares, casas de jogos e apostas; de acordo com Decca (1991), os novos espaços que estão surgindo na cidade como os parques, teatros, cinema, não são apontados como locais de lazer do proletariado.

Em 1924 Moysés Cintra no texto “A Vida” publicado no jornal O Clarim da Alvorada, o salário era suficiente para manter os filhos, mas os preços dos produtos de primeira necessidade sempre aumentavam.

Figura 21 - Trecho do jornal Clarim da Alvorada, terceira parte.

O salário que recebe em pagamento do seu arduo trabalho poderia chegar para manter a sua prole; mas, devido serem aumentados de momento em momento os generos de primeira necessidade, tudo lhe chega às mãos por elevados.

Fonte: Jornal Clarim da Alvorada, 12 out. 1924, p.2.¹⁸

Em depoimento para Teresinha Bernardo (1998), senhora Francisca conta um pouco sobre a situação de precariedade:

durante mais de 15 anos o meu salário dava para ajudar a minha mãe pagar o quarto e comprar comida. Não sobrava quase nem para o bonde. Roupas, nem é bom falar. Usava roupa usada que as freguesas davam para minha mãe. (BERNARDO, 1998, p. 55)

O aumento do custo de vida é analisado por Boris Fausto (2016). Segundo o autor os fatores se davam pela especulação comercial, pressões inflacionárias internas e a elevação dos preços internacionais; entre 1917 e 1921 a classe operária sofreu séria redução de seu salário real.

Em 1928 o jornal “O Trabalhador Gráfico” analisado por Decca (1991) demonstra a situação das vestes dos operários: com o salário baixo que mal dava para a alimentação, muitos não podiam comprar um terno completo, operários andavam sem roupa de baixo, sem meias e sem sapatos, a maioria andava de

¹⁸ Jornal completo disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-12101924/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

chinelos. Nas fotografias que temos dos trabalhadores da CAP todos estão em trajes sociais, provavelmente por ser a ficha de registro, então um esforço deve ter sido feito para adquirir uma roupa adequada para aquele momento. Não podemos afirmar como eram as condições no dia a dia, mas com base nos salários podemos inferir que a situação não fugiria aos padrões dos demais trabalhadores urbanos fabris da cidade de São Paulo.

As fichas analisadas não trazem dados sobre saúde do trabalhador, se houveram acidentes de trabalho na fábrica ou no escritório, informações que seriam importantes para entender as condições de trabalho dentro da CAP e o acesso a saúde no período de análise, ficando esse tema para futuros estudos em outros documentos preservados.

As fichas de contratação possuem uma gama de elementos para análise, conseguimos depreender um pouco mais sobre o proletário urbano industrial paulistano; a presença negra mesmo não sendo expressiva numericamente trouxe muitas informações que ficaram de fora na historiografia sobre o trabalhador pós-abolição, seja ele formal ou informal. Neste sentido a conservação e difusão dessa fonte histórica é fundamental para que novos estudos sejam realizados.

Neste capítulo analisamos diversas esferas da população negra pós-abolição, mostrando o rosto desses homens negros que trabalharam nas mais diversas funções na Companhia Antarctica Paulista, pudemos trazer indícios de migração, família, salários, custo de vida, possibilidades para novos estudos nesse tipo de documentação.

No próximo capítulo faremos a análise de educação, futebol e outras sociabilidades na cidade de São Paulo através da análise da ficha de três funcionários da Companhia Antarctica: Aristides Franco, Benedicto de Souza e Ozorio Romano, três homens que poderiam ter passado despercebidos, mas que trouxeram detalhes de suas vidas que são intrigantes e valem a pena ser mais bem analisadas.

CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO, FUTEBOL E SOCIABILIDADES

As análises minuciosas dos campos preenchidos nas fichas nos trazem indícios sobre a população negra na cidade de São Paulo pós-abolição da escravidão; nesse capítulo aprofundaremos três pontos: educação, futebol e sociabilidades negras através da ficha dos funcionários Aristides Franco, Benedicto de Souza e Ozório Romano, três funcionários em cargos diferentes: Pintor, Ajudante e Fiscal respectivamente. A relação de suas fichas com outras documentações nos trouxe novos elementos de análises para a compreensão da sociedade paulistana.

O estudo de trabalhadores afrodescendentes urbanos depois do 13 de maio, isto é, da primeira geração de ex-escravos no imediato Pós-abolição, ainda é um campo praticamente inexplorado, especialmente em termos de trajetórias de vida, expectativas e aspirações com o novo regime republicano e formas de adequação as realidades do trabalho sob o regime do assalariamento. (LONER, 2013, p.169)

As fichas de empregados nos trazem a possibilidade de ampliação do conhecimento da vida de homens negros pós-abolição; para além de suas atividades na Companhia Antarctica Paulista existe uma série de inserções na sociedade; neste capítulo poderemos saber um pouco sobre quem foram esses trabalhadores.

No subcapítulo: “Aristides Franco: A Educação na Cidade de São Paulo” falaremos da educação, principalmente a profissional. O caderno de matrículas de Aristides como aluno de pintura entre 1914 e 1916 nos deu essa possibilidade.

No subcapítulo: “Benedicto de Souza: Operário e Militante do Antarctica Futebol Clube” cruzamos informações de fotografia, recortes de jornal e a ficha de contratação de Benedicto para tratarmos do futebol operário em São Paulo.

Por último o subcapítulo: “Ozorio Romano: Sociabilidade e Associativismo” através da análise da ficha de Ozorio, recortes de jornal e álbum de fotografias conseguimos traçar um panorama das relações sociais e o associativismo negro pós-abolição, além de trazermos um elemento sobre a estabilidade empregatícia na década de 1920.

3.1 ARISTIDES FRANCO: A EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Analisando o campo **Assinatura do empregado** percebemos se os funcionários são alfabetizados ou não, quando o funcionário não é alfabetizado o campo está em branco e nas Observações escreviam: Não sabe ler ou escrever, ou *Analphabeto*.

Figura 22 - Ficha de Antonio Joaquim, não alfabetizado

Cia. Antártica Paulista



Nome Antonio Joaquim
 Data da admissão 7 de Fevereiro de 1927
 Nasceu a 15 de Outubro de 1860
 Lugar do nascimento Mar Bahia
 Filho de Joaquim Augusto da Silva
 e de Anna Maria da Conceição
 Estado civil Casado
 Natureza do cargo ou serviço Ajudante
 Ordenado ~~mês~~ por R\$ 7000
 Diária _____
 Vencimentos ou gratificações _____
 Porcentagens _____
 Residência Rua Serra de Bragança, 29
 Assinatura do empregado Thalys habeto
 Observações _____

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Essas fichas nos auxiliam a entender sobre a escolarização dos negros na cidade de São Paulo. Daniela Cristina Lopes de Abreu (2011) nos informa sobre a dificuldade de encontrar dados sobre a educação dos negros, recorrendo não apenas a fotografias, mas também livros de matrícula, relatórios de inspetores de ensino, mapas de frequência; as informações são esparsas, é necessário recorrer a diversos tipos de fontes. A série pesquisada ajuda na composição das informações sobre letramento do proletariado negro paulistano.

Entre os funcionários negros 92% eram letrados como podemos ver na tabela 7 abaixo. O termo letrado abarca uma gama maior de espaços de educação, para além dos formalmente instituídos.

Tabela 7: Relação de alfabetizados ou não.

Nome	Alfabetizado	Nome	Alfabetizado
Albano Francisco	Sim	José Evangelista Menezes	Sim
Antonio Alves dos Reis	Sim	José Gonçalves	Sim
Augusto Lima	Sim	José Alves Monteiro	Sim
Antonio Soares	Sim	José Maria dos Santos	Sim
Aristides Franco	Sim	José Pedro	Sim
Antonio Joaquim	Não	Joaquim Custódio	Sim
Benedicto de Souza	Sim	Joaquim Lourenço	Sim
Benedicto José Pedro	Não	Joaquim Silveira	Sim
Benedicto Francisco Fortunato	Sim	João Antonio Rosario	Sim
Benedicto Ignacio dos Santos	Sim	João Galdino dos Santos	Sim
Benedicto Braz	Sim	João Chrispim	Sim
Benedicto Costa	Sim	João Fortunato Mathias	Sim
Cornelio Bento Felipe	Sim	João Paulo Rodrigues	Sim
Capitulino de Mello	Sim	José Raymundo	Sim
Domingos Ramos de Aguiar	Não	Luiz Bento	Sim
Edgar da Silva	Sim	Martinho Rodrigues	Sim
Elias Freitas da Silva	Sim	Napoleão da Silva	Sim
Emilio Alves	Sim	Octavio d' Oliveira	Sim
Euclides Moreira	Sim	Oscar Domingos Ferreira	Sim
Ezequiel Ramos	Sim	Ovidio Venancio	Sim
Fausto de Oliveira	Sim	Ozorio Romano	Sim
Francisco de Paula	Não	Raul Alves Ferreira	Sim
Izaltino Felicio Borba	Sim	Roberto de Oliveira Salles	Sim
José Soares de Souza	Sim	Sebastião Pedro	Sim
José Emílio da Conceição	Sim	Vital Candido	Sim

Fonte: Elaboração da autora.

Perceber que há negros letrados chegou a causar espanto em historiadores, isso se dá pela relação direta que é feita entre escravizado e ser negro. Em 1887 escravizados eram proibidos de frequentar escola pública na então Província de São Paulo, a não ser que fossem autorizados por seus senhores. Isto não quer dizer que os negros eram proibidos; esse equívoco trouxe implicações para a historiografia, como apontado por Cynthia Greive Veiga (2008):

Se tomarmos alguns agrupamentos de registros, podemos observar que foi recorrente a sinonímia negros e escravos, contribuindo para uma série de equívocos na historiografia da educação brasileira por incorporar tal registro e não se dar conta da importância da diferença entre a cor e a condição jurídica das pessoas para discutir o processo de produção da inclusão escolar de crianças na recém-fundada nação. (VEIGA, 2008, p.509)

A relação do analfabetismo em São Paulo pode ser revista de acordo com dados do Censo de 1920, já que com o aumento da população também aumentou o número de letrados, incluindo os negros e negras nessa população.

Em SP, ao aumento da população, sobretudo no período 1900–20, equivaleu o aumento do número de alfabetizados — superior ao populacional. Igualmente nesse período, mesmo com aumento de 87,59% de analfabetos, esse percentual caiu para 70,17% em 1920, ante os 75,27% de 1900. Entre 1872 e 1890, a população total cresceu 65,37%, enquanto a taxa de alfabetizados ficou em 38,60% e a de analfabetos em 70,80%. De 1890 a 1900, a diferença na população total foi de 64,81%, enquanto a taxa de alfabetizados — seguindo linha de análise apresentada antes — foi de 188,45%, ante 44,47% de analfabetos. De 1900 a 1920, a população aumentou em 101,21% em relação aos 142,64% de aumento na população alfabetizada e 87,59% de analfabeto. (FERREIRA, 2013, p. 111-112)

As fichas acompanham esse crescente de população alfabetizada. Entre os ex-empregados que nasceram pós-abolição apenas três não eram letrados no momento da contratação. Havia o desejo republicano de “transformar” as populações de origem africana e das classes populares pela educação, pois ela era o remédio contra os vícios das populações pobres trazidos desde os tempos da escravidão, de acordo com Willian Robson Soares Lucindo (2008).

A educação destinada aos negros era para o trabalho. Desde os projetos abolicionistas, a intenção era de incutir a ideia de amor ao trabalho e à ordem; garantindo que os postos de trabalho não ficassem vagos após a liberdade, a educação seria um mecanismo de manutenção da hierarquia social, o atraso atribuído aos recém-libertos e seus descendentes atrapalharia a construção de uma sociedade civilizada:

Tudo se resumia, portanto, a um esforço decidido e sistemático da parte do Estado no sentido de educar, amoldar, civilizar, controlando e disciplinando o cotidiano dos governados a fim de que eles se tornassem efetivamente úteis ao país, partes integrantes e batalhadoras de uma razão nacional superior. (AZEVEDO, 1987, p.49)

A relação entre a educação e o trabalho como forma de cidadania será veiculada no meio da comunidade negra através de vários de seus jornais como: O Alfinete (1918); A Sentinela (1920); O Kosmos (1922); O Clarim da Alvorada (1924); Elite (1924); Auriverde (1928). O trabalho seria o instrumento do sucesso e engrandecimento do negro e também do país, retirando os atributos degradantes das atividades profissionais e destacando-as como fonte de vida, segundo Marcia Luiza Pires de Araújo (2013). O discurso era de que o negro só acompanharia o progresso se realizasse os aprendizados dos ofícios necessários para a expansão da cidade e da indústria, conforme a autora.

Nesse sentido as fichas analisadas apontam que mesmo antes da circulação desses periódicos que se inicia em 1915 temos funcionários letrados contratados entre 1909 e 1914 exercendo funções de *chauffeur* e fiscal, além dos operários.

A narrativa de educação e trabalho segue ao longo dos anos; no jornal Progresso (1928) temos um apelo para que os negros trabalhem, um emprego era como uma herança, escreve Horacio Cunha: “Não é bastante saber ler e escrever. É preciso mais. Um emprego definindo. Um officio. Feliz do pae que consegue dar um emprego a seu filho. Equivale a uma herança. “Offício é benefício”, vive na boca do populacho.” (CUNHA in PROGRESSO, São Paulo, 23 de junho de 1928).

Analisando as fichas vi Aristides Franco contratado em 1924 como pintor, assinou sua ficha, logo considerado alfabetizado. Durante as pesquisas, fiz uma busca no *Google* com alguns nomes de funcionários, entre eles o de Aristides. Para minha surpresa encontrei seu nome no material “Egressos da GV do Brás”¹⁹, entre os formandos do curso de Pintura em 1916 estava o seu nome. Poderia ser coincidência, felizmente fui atendida pela Camila Hagio, que me mostrou o livro de matrículas dos alunos preservado no Centro de Memória da Etec GV em São Paulo, assim pude conferir se eram a mesma pessoa.

Aristides Franco fez curso de Pintura na Escola Profissional Masculina do Braz, atual Etec Getúlio Vargas, matriculado em 1914, formando-se em 1916. Foi contratado pela CAP em 1924 como pintor. Relacionei sua ficha de contratação na Cia. Antarctica com o livro de matrículas preservado no Centro de Memórias da Etec GV; o livro possui o nome, filiação, data de nascimento, ofício e endereço do aluno, com essas informações podemos inferir que se tratava da mesma pessoa, com um possível erro no ano de nascimento. Abaixo a ficha de contratação de Aristides.

¹⁹ Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/livros/memorias/egressosgv.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022

Figura 23 - Ficha de Aristides Franco.

Cia. Antártica S.A.



Nome **Aristides Franco**

Data da admissão **5** de **Janeiro** de 19 **24**

Nascido a **16** de **Dezembro** de 1 **899**

Logar do nascimento **São Paulo**

Filho de **Antonio Franco Lima**

e de **Maria** " "

Estado civil **Solteiro**

Natureza do cargo ou serviço **Pintor**

Ordenado ~~mensal~~ por hora **1\$000**

Diária

Vencimentos ou gratificações

Porcentagens

Residência **Rua Dr. Almeida Lima, 99**

Assinatura do empregado *Aristides Franco*

Observações

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

A seguir as imagens do caderno de matrículas pertencente ao acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, que contém o nome de Aristide Franco, matriculado em 1914.

Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime

Art. 1º Em cada uma das capitaes dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito.

Paragrapho único. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locaes forem cedidos permanentemente para o mesmo fim. (BRASIL, 1909)

Interessante observamos as considerações para o decreto. A implantação de escolas de ensino profissional visando habilitar tecnicamente e intelectualmente os filhos dos desfavorecidos para que se afastassem do ócio, vício e crime - esses termos já foram discutidos, vadiagem era crime. O ócio era condenado, para que não houvesse hordas de pessoas nas ruas era necessário educá-las, já que um dos primeiros deveres do governo era formar cidadãos úteis à nação.

Em 1910 a Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo foi inaugurada e começou a funcionar na Avenida Tiradentes, no bairro da Luz. O surgimento dessas escolas foi o acontecimento mais marcante do ensino profissional na Primeira República, de acordo com Luiz Antonio Cunha (2000).

Em 1911 surgem a Escola Profissional Masculina e a Feminina no Brás, bairro com grande concentração de indústrias. A posição é estratégica e chama a atenção da população para que se instruissem e ocupassem postos de trabalho nessas empresas.

Os primeiros cursos oferecidos pela Escola Profissional Masculina de acordo com o Relatório de 1919 de Aprígio Gonzaga, eram pintura, marcenaria, mecânica, funilaria e eletricidade, além dos cursos noturnos, tendo estes cinco opções: desenho profissional mecânico, desenho profissional para frentistas e pedreiros, desenho profissional para marceneiros, carpinteiros e pintores, desenho profissional para tecelão e curso prático de fiação e tecelagem, e por fim, curso de escultura e plástica. (HAGIO, 2019, p. 14)

O surgimento de espaços de educação profissional em São Paulo está ligado ao desenvolvimento industrial da cidade, é necessária mão de obra para as fábricas da cidade. Luiz Antonio Cunha (2000) traz cinco elementos presentes na cidade que foram indispensáveis para o desenvolvimento do ensino profissional:

A formação profissional, como elemento de impulso da industrialização, desenvolveu-se nesse estado por existirem aí, ao contrário dos demais, certas condições indispensáveis: 1) capital acumulado na cafeicultura de

exportação, disposto a transferir-se para a manufatura; 2) capacidade empresarial, isto é, mentalidade burguesa voltada para a acumulação de capital; 3) mercado consumidor para produtos fabris, formado não só pela burguesia, como também, pelas camadas médias e pelos trabalhadores assalariados; 4) um contingente de trabalhadores (notadamente de imigrantes e seus descendentes) dispostos a se transferirem da agricultura para a manufatura e a indústria, como operários e até mesmo como empreendedores; 5) oferta de energia elétrica para suprir as empresas de força motriz. (CUNHA, 2000, p. 115)

A formação técnica de Aristides Franco entre os seus 15 e 17 anos está ligada à ideia de que os negros precisavam se instruir para alcançar um espaço na sociedade. Ele não estava classificado entre os abandonados, que poderia tomar o caminho da criminalidade. Esta é uma das noções da criação do ensino profissional, a retirada de pessoas da marginalidade para ser trabalhador na indústria.

Nascido em São Paulo, com pais casados, estudou em um espaço que entendia que a formação não era apenas para a força bruta, trabalho braçal simplesmente. Aprígio Gonzaga, diretor da Escola Profissional Masculina por 23 anos, foi um defensor da educação para a formação do “trabalhador-cérebro”, do trabalhador incutido de “ideias de perfeição” e do desejo de ascender socialmente, de acordo com Maria Cristina Vendramento (2005). Será com esse pensamento de educação que Aristides irá se formar, tornando-se pintor e aos 24 anos sendo contratado pela maior indústria cervejeira do estado de São Paulo.

A política de contratação da Companhia Antarctica Paulista pode ser um novo ponto de reflexão e pesquisa, no entanto não localizamos nos relatórios entre 1920 e 1930 informações de como os funcionários eram selecionados, se haviam requisitos prévios para os cargos e quais eram, seria importante termos esses dados para entender se havia algum cargo que exigisse um curso específico. A necessidade de saber ler e escrever era solicitada para quais cargos? Com as fichas conseguimos saber que para as funções de escriturário, fiscal e *chauffeur* havia este requisito, mas não para as demais funções. Nesse sentido as análises em demais documentos contribuirão para o melhor entendimento de como era fazer parte do quadro de funcionários da CAP.

O relacionamento entre a ficha de contratação da CAP e o livro de matrículas da Escola Profissional Masculina do Brás foi fundamental para a melhor compreensão da inserção do negro no ensino escolar formal e de sua profissionalização, e a consequente inserção na indústria, podendo suscitar novas pesquisas relacionando o ensino profissional e as fábricas na cidade de São Paulo

entre 1920 e 1930, além de comprovar a importância da preservação dessas fontes na Fundação Zerenner e no Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

No próximo item falaremos sobre o futebol operário através da análise da ficha de Benedicto de Souza.

3.2 BENEDICTO DE SOUZA: OPERÁRIO E MILITANTE DO ANTARCTICA FUTEBOL CLUBE

As fábricas foram locais importantes para a disseminação do futebol no Brasil, sendo possível a inserção dos negros na prática esportiva, além de dar possibilidade de ascensão econômica para essa classe, segundo Fernando da Costa Ferreira (2005). Ao lado da várzea, os clubes mantidos principalmente pelos industriais, foram responsáveis pela democratização do futebol no país; como exemplo temos o time de fábrica de Bangu no Rio de Janeiro, criado em 1904. É reconhecido como um caso clássico de time operário de acordo com Fátima Antunes (1992).

Tal como acontecera com os clubes de várzea, que rapidamente se espalharam por São Paulo, também os clubes de fábrica se tornaram comuns. Seu número não parava de crescer. Organizando-se e criando associações desportivas entre colegas, no local de trabalho, os trabalhadores tiveram acesso ao futebol. Formou-se uma tradição operária de futebol amador praticado em clubes de fábrica, em geral, criados por iniciativa dos próprios trabalhadores, muito embora as empresas desempenhassem papel fundamental na manutenção dessa atividade, através de colaboração material e financeira. (ANTUNES, 1992, p.33)

Com o crescimento da industrialização, haverá um crescimento na quantidade de times operários, alguns clubes ligados a empresas por volta dos anos 1920 em São Paulo como: Fábrica Sant'Ana, Gasômetro F.C., Associação Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F.C., Aniação Paulista, Bloco Paraíba F.C., além dos grêmios das companhias inglesas como a São Paulo Railway, Gas Company e Light & Power. C, são apontados por Decca (1987). O Antarctica Futebol Clube foi criado em 1914 e se fundiu em 1933 ao Sport Club Internacional, dando origem ao Clube Atlético Paulista em 1934. A autora não cita esse time, mesmo sendo o clube da maior empresa cervejeira de São Paulo com atuação por quase 20 anos, tendo disputado quatro edições do campeonato Paulista da 1ª Divisão, entre 1926 e 1929. Diferente do time The Bangu Athletic Club da fábrica Companhia Progresso Industrial, o time da Antarctica não ficou mais conhecido que a própria fábrica, novas pesquisas no acervo custodiado pela Fundação Zerenner podem completar as informações da história desse time.

A direção da fábrica passava a subsidiar as atividades do clube; por exemplo, cedendo um terreno de propriedade da empresa para a construção do campo de futebol e da sede social ou contribuindo para o pagamento de aluguéis. (ANTUNES, 1992, p. 35). Esse pensamento vem ao encontro das resoluções da empresa que além do próprio clube criará em 1920 o Estádio Antônio Alonso, conhecido como Antarctica Paulista, na Rua da Mooca nº 328. Esta localização é escolhida porque a fábrica passa a operar totalmente no bairro da Mooca em 1920, além de terem vendido o Parque Antarctica, como vimos anteriormente. Atualmente existe um condomínio residencial no local, tornando o apagamento dos espaços de memória do futebol de fábrica, do futebol amador na cidade de São Paulo um tema para pesquisas futuras.

O time da fábrica passa a ser outro espaço de difusão dos produtos Antarctica, “os donos das fábricas logo perceberam que o sucesso das equipes que levavam o nome das empresas, servia como um excelente veículo de divulgação e popularização do nome das fábricas e de seus produtos.” (FERREIRA, 2005). Ou seja, o próprio time servia para a ampliação do nome e da venda dos produtos Antarctica, o time se torna um cartão de visitas da empresa. Pensar nessa possibilidade do time como vitrine dos produtos da empresa implica também em pensar que era necessário ter bons jogadores para que a empresa alcançasse esse objetivo.

A ideia de fazer parte do time da fábrica apenas por lazer é rebatida por Waldenyr Caldas (1990). Segundo o autor, se assim fosse todos os funcionários fariam parte do time Bangu, seu estudo de caso. O que não é real, até o critério de contratação mudou, preferindo não apenas bons profissionais, mas também trabalhadores que jogassem bem futebol.

O Antarctica iniciou nas competições futebolísticas no Campeonato Paulista da 2ª Divisão em 1916, ficando com o vice-campeonato. Jogou no Campeonato Paulista da 3ª Divisão em 1917 e 1918. Retornaram ao Campeonato Paulista da 2ª Divisão, disputando as edições de 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924 e 1925; foram campeões da 2ª divisão em 1930, segundo informações do site História do Futebol.²⁰

²⁰ <https://historiadofutebol.com/blog/?p=83192>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Em uma das imagens do Antarctica Futebol Clube tirada em 27/10/1929, a legenda atrás da foto continha os nomes e as posições dos jogadores: “contando da esquerda para direita: Maxa xa bomba, Zico, Damião, Mono, Yoyô (Paulo) e, no centro agachado, Delfim.”

Figura 25 - Jogadores do Antarctica Futebol Clube



Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

O quarto da esquerda para direita é “Mono”, o homem negro. Ao ver o nome “Mono” indicando o único negro da fotografia, fui tomada pelo sentimento de tristeza, minhas experiências de vida me fizeram lembrar que “mono” em espanhol é macaco. Não escrevi isso na catalogação dessa imagem, aponte que havia um homem negro, mas esse “apelido” ficou em minha mente. As sutilezas do trabalho do profissional de arquivo, e as bagagens pessoais do catalogador influenciam na maneira que o funcionário faz as descrições; essa é uma atividade que conta com a subjetividade, nós tomamos decisões conscientes sobre o que incluir nas descrições, o que enfatizar ou ignorar, de acordo com Yeo (2016).

Até a atualidade é constante em jogos de futebol os negros serem chamados de macacos, episódios em que torcedores jogaram banana no campo, a lista é longa. O fato é, em uma fábrica cheia de estrangeiros entre 1920 e 1930, muitos deles espanhóis, será que o então jogador apelidado “Mono”, sabia o seu significado?

Talvez o jogador soubesse o significado da palavra espanhola mono, de acordo com Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2002), citando Norbert Elias e John Scotson (1994). Estes propõem um ordenamento de como grupos dominantes estigmatizam os dominados entre eles: tratar os dominados como animais, quase – animais, ou não inteiramente pertencentes à ordem social.

O racismo na sociedade é evidente, já analisamos nos capítulos anteriores. Chamar alguém de macaco é tirar sua condição humana. Segundo Guimarães (2002) o macaco, além de selvagem, é considerado pelo zoológico como o animal mais próximo dos humanos, devendo ser objeto de distanciamento, e esse é o insulto de maior recorrência proferidos aos negros e negras.

Se é fato que o jogador negro alça um lugar de status frente aos demais, há uma falsa humanidade aí colocada, tanto no sentido dos atributos corporais, quanto na responsabilidade em ganhar a partida. Na falha, essa humanidade é retirada e retorna “o primitivo”. Chamar de macaco representa, de forma dolorosa, mas elucidativa, o retorno ao não humano. Além do mais, o lugar da racionalidade negada é reforçado pelos demais postos de atividade do futebol (inter)ditados aos homens negros que constroem a partida. (SILVA, Roberta Pereira da; MENDES, Bárbara Gonçalves; DANTAS, Marina de Mattos, 2020)

O início do futebol brasileiro é marcado pela discriminação racial, o time Associação Atlética Ponte Preta fundado em 11 de agosto de 1900 na cidade de Campinas será um dos primeiros a ter jogadores negros, entre eles Miguel do Carmo, considerado o primeiro jogador negro do país. Ferroviário, sua carteira de

registro com foto foi a responsável pela sua identificação racial, já que com as listas de escalações não era possível saber quem era negro ou não. A Ponte Preta, como é conhecido popularmente, é chamada de “Macaca”, um apelido pejorativo que acabou caindo no gosto dos torcedores, tornando-se mascote do time, de acordo com o site da Ponte, “a Macaca foi pioneira em ter cidadãos afrodescendentes em seus quadros, sem nenhum tipo de preconceito, desde a fundação do time em 11 de agosto de 1900.”²¹ O que era uma ofensa foi transformada em símbolo de luta pelo time mais antigo do Estado de São Paulo.

Criada em 1926 a Liga de Amadores de Futebol (L.A.F) começou a organizar um campeonato anual Preto x Branco a partir de 1927, no dia da abolição da escravidão, amplamente divulgado nos jornais de acordo com Abrahão e Soares (2012). Selecionado no grupo dos pretos o funcionário “Mono” participou do primeiro campeonato em 1927.

O trophéo que se disputa hoje pela primeira vez e que só ficará de posse definitiva dos vencedores em três anos consecutivos ou 4 alternados, foi offerecido pelo Sr. Dr. Dino Bueno, presidente do Estado, que denomina “Princeza Izabel”. São estes os selecionados que hoje vão enfrentar-se para a primeira partida em disputa deste premio. Selecionado branco. Nestor - Clodoaldo - Bastho - Raphael - Vanni - Gelindo - Apparicio - Néco - Friedenreich - Romeu Guimarães.

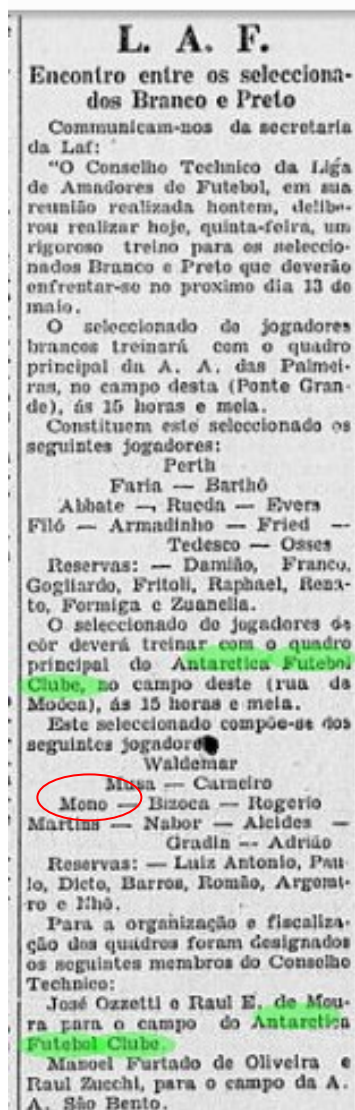
Selecionado Preto: Dica (P. P.), Francisquinho - Ferreira (independência) - Cunhal (R. Claro), Mono (Antarctica) - Rogério (Santista) - Bisoca (Syrio) - Nabor (PP) - Camargo (Jundiahy) Gradin e Carrapicho (PP). (ABRAHÃO e SOARES, 2012, p.49)

Na lista dos pretos selecionados temos a informação de qual time ou localidade o selecionado era, sendo possível perceber a presença de jogador da Ponte Preta (PP), como já mencionado, um dos primeiros times a ter negros na equipe.

No campeonato de 1928, os brancos selecionados treinariam com o time da Associação Atlética das Palmeiras criado em 1902, time elitista que possuía campo inicialmente na atual Avenida Angélica; os negros treinariam com o time formado pelos funcionários da Cia. Antarctica, que possuía negros titulares do time. Como podemos ver no trecho do jornal, “o selecionado dos jogadores de cor deverá treinar com o quadro principal do Antarctica Futebol Clube”, no qual “Mono” aparece escalado. O time dos pretos foi campeão em 1928, ganhando por 4x2.

²¹ Disponível em: <https://pontepreta.com.br/20191120cn/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Figura 26 – Trecho do Jornal Diário Nacional, 10 mai. 1928



Fonte: Jornal Diário Nacional, edição 257, 10 mai.1928, p. 6.²²

No trecho do jornal acima vemos a escalação no dia 10 de maio, preparativos para o jogo que seria em 13 de maio de 1928. Abrahão e Soares (2012) fizeram uma análise desse campeonato que ocorreu entre 1927 e 1939, entendendo que a função era de prevenção do esquecimento da escravidão e reforçando a ideia de um país modelo para as questões étnico-raciais do período.

Entre as empresas da Mooca vemos a realização de jogos, pois além do Antarctica Futebol Clube outras fábricas também possuíam times como a Regoli e Cia. Ltda., tecelagem comprada pelo Cotonifício Crespi em 1909, tendo o nome do

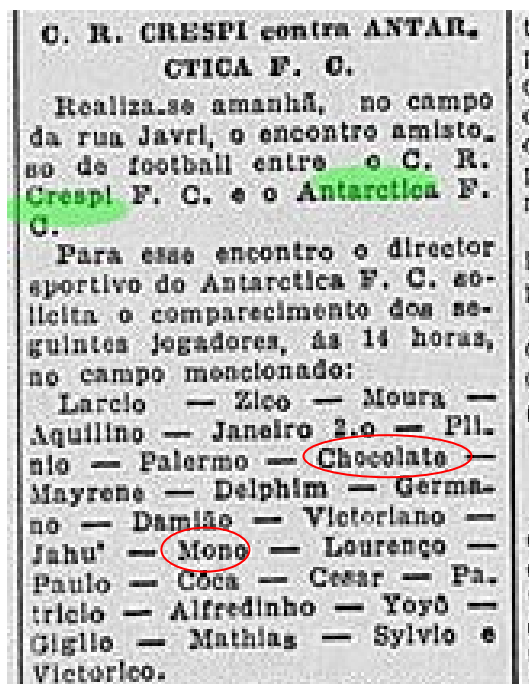
²² Jornal completo disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&pesq=%22antarctica%20futebol%20club%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2257>. Acesso em: 22 nov. 2022.

time alterado para Crespi F. C, da fusão de dois times da própria fábrica, nasce em 1930 o Clube Atlético Juventus.

“Mono” sempre está escalado, fazia parte do quadro principal, aparece cotado para jogar um amistoso com o time C. R. Crespi F.C., além dele temos outro que provavelmente era negro, apelidado de Chocolate.

Figura 27 – Trecho do Jornal Correio Paulistano, Edição 23759



Fonte: Jornal Correio Paulistano, edição 23759, 11 jan. 1930, p. 9²³

Realizando o trabalho de pesquisa com as fichas de contratação encontrei a de Benedicto de Souza, anotada com caneta azul no campo Observações: “Antigo militante do Antartica F. C, mais conhecido por Mono. 25/11/59.”, podemos ver na imagem a seguir:

²³ Jornal completo disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pagfis=151. Acesso em: 02 jun. 2022.

Figura 28 - Ficha de Benedicto de Souza, antigo militante do Antartica F.C

Clube Antartica Paulista



Nome.....Benedicto de Souza

Data da admissão.....19 de Agosto de 1925

Nascido a.....11 de Março de 1902

Logar do nascimento.....São Paulo

Filho de.....Marco Miranda de Souza

e de.....Hortencia Miranda de Souza

Estado civil.....Solteiro

Natureza do cargo ou serviço.....Ajudante

Ordenado ~~mensal~~ por dia 6\$900

Diária.....

Vencimentos ou gratificações.....

Porcentagens.....

Residencia.....Rua Bento Pires, 16

Assignatura do empregado.....Benedicto de Souza

Observações.....Antigo militante do Antartica F.C, não conhecido por Mono. 25/11/59

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

“Mono” tem nome, tem família e tem história, é Benedicto de Souza, nascido em São Paulo em 11 de março de 1902, filho de Marco Miranda de Souza e Hortencia Miranda de Souza. Contratado em 19 de agosto de 1925 como Ajudante com ordenado de 6\$900 réis por dia, morador da Rua Bento Pires, 16. Seus pais eram casados como vemos por seus sobrenomes, ele era solteiro, alfabetizado, pôde assinar sua ficha.

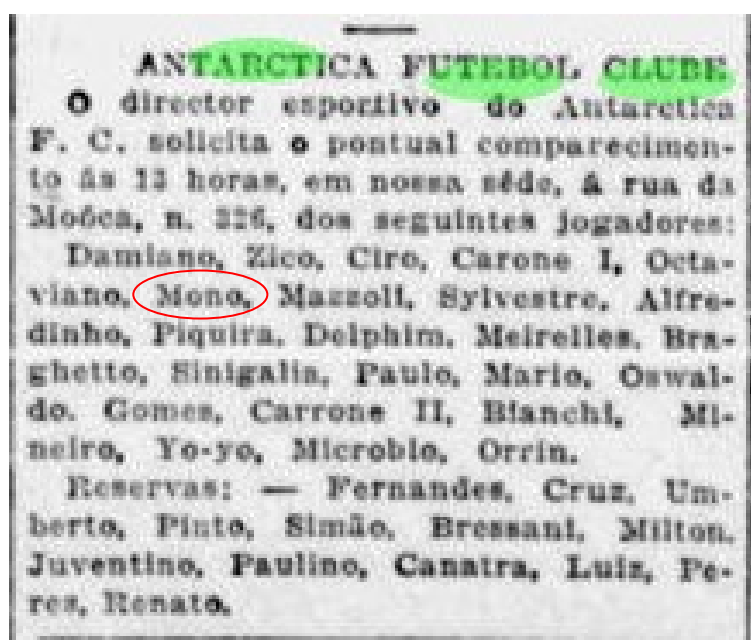
Nos chama atenção na anotação em azul a palavra **militante**, que no dicionário atual pode significar aquele que defende uma causa ou ideia ativamente. Quais os significados de pertencimento ao time de futebol da empresa para Benedicto de Souza?

Para além de uma atividade lúdica, o futebol assumia significados cívicos, sociais e políticos. É tanto que chegou a ser chamado de o “esporte da raça” (O Clarim d’Alvorada, 20/07/1931, p. 3), na medida em que valorizava e positivava a presença do negro na sociedade brasileira. (DOMINGUES, 2015, p. 01)

Não é casualidade Benedicto ter sido chamado de militante, o esporte ultrapassa o lúdico e torna-se um ato político e de inserção social.

Benedicto foi contratado em 19 de agosto de 1925, seu nome aparece escalado no time um mês após sua contratação, como podemos ver no jornal “A Gazeta” de 19 de setembro de 1925. O jovem de 23 anos logo chamou a atenção, e como vimos anteriormente ficou como titular do time, indo ao encontro do que foi pensado por Caldas (1990): ter não apenas um bom funcionário, mas também um bom jogador.

Figura 29 -Trecho do Jornal A Gazeta, Edição 05886



Fonte: Jornal A Gazeta, edição 05886, 19 set. 1925, p. 5.²⁴

Com ganho diário de 6\$900 (réis), ser parte do time da fábrica poderia ser uma possibilidade de ascensão e mobilidade para Benedicto.

Aos operários-jogadores era oferecida uma remuneração especial sob a forma de pequenos presentes e serviços, gratificações e até um segundo salário; trabalhadores viam-se estimulados a aumentar suas rendas com os “bichos” pagos após os jogos. Os jogadores-operários poderiam dedicar algumas horas após o expediente para treinos e os finais de semana para os jogos, mantendo a ocupação

²⁴ Jornal completo disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&Pesq=%22antarctica%20futebol%20club%22&pagfis=21559>. Acesso em: 22 nov. 2022.

principal como funcionário da fábrica, consoante Fátima Antunes (1992). Importante observar a escala de Benedicto em 19 de setembro de 1925, era um sábado.

Como ajudante, com baixo salário, fazer parte do time tornava possível a Benedicto aumentar sua renda. Pelo que percebemos ele continuou na empresa (a observação a caneta foi escrita em 1959), não sendo contratado para o futebol profissional, mantendo o emprego na CAP e a permanência assídua no time. Sem dúvida sua participação não passou despercebida, caso contrário essa informação não teria sido escrita, é uma das únicas fichas com o campo **Observação** preenchido.

A ficha de contratação de Benedicto nos trouxe informações para sabermos quem foi aquele jogador negro do Antartica F.C. Carlos Molinari Rodrigues Severino (2015) tenta recriar a trajetória do jogador-operário Roldão Maia, funcionário da fábrica Bangu no Rio de Janeiro, através de notícias de jornais e livros de atas do clube, já que os cartões de contratação não existem mais:

Infelizmente, no caso da Fábrica Bangu, os chamados “cartões históricos”, ou seja, as fichas de registros dos operários não estão mais disponíveis. Ali poderíamos ter acesso a dados completos sobre a trajetória profissional de jogadores-operários, como Roldão Maia. Além de sexo, idade, estado civil, instrução e nacionalidade, essas fichas mostravam as datas de entrada e saída, os cargos, os salários, a moradia, os acidentes, os motivos de punição e de desligamento, além de informar se o funcionário era ou não militante operário. No entanto, tentaremos reconstituir a trajetória desportiva e profissional de Roldão com outras fontes disponíveis: notícias de jornais e livros de atas do clube. (SEVERINO, 2015, p.179)

As fichas de contratação das fábricas são fonte rica para diversas pesquisas, auxiliariam a recompor a trajetória profissional de um operário-jogador; nos ajudou a saber quem foi Mono; uma carteira de registro foi a responsável por identificar o primeiro jogador negro do país. Esse tipo de documentação está pelos diversos acervos empresariais, familiares, e deve ser analisada, assim poderemos contribuir para a historiografia sobre a composição do operariado urbano-industrial na cidade de São Paulo, além de resgataremos histórias sobre os negros e negras desse país.

O cruzamento de fontes é fundamental para a compreensão da população negra na cidade de São Paulo, além do olhar atento do profissional arquivista, capaz de observar e ligar a documentação fotográfica com a trabalhista, sendo possível ampliar a discussão sobre o futebol operário e a inserção do negro no time de fábrica, novamente demonstrando a importância da conservação e difusão do acervo custodiado pela Fundação Zerenner.

No próximo item trataremos da especificidade da ficha do funcionário Ozorio Romano, relacionando sua ficha com outras documentações, discutiremos sobre as demais sociabilidades e associativismo dos negros na cidade de São Paulo pós-abolição.

3.3 OZORIO ROMANO: SOCIABILIDADE E ASSOCIATIVISMO

Os novos locais de lazer na cidade de São Paulo não eram frequentados por todos como vimos. Havia na cidade uma delimitação racial, o que impeliu a comunidade negra a criar seus espaços de lazer, como clubes e bailes:

Em outros termos, esses clubes e bailes possibilitaram aos negros vivenciarem, ao menos na esfera do entretenimento, algo que eles não poderiam desfrutar em vários estabelecimentos da cidade, pois não era qualquer pessoa que poderia freqüentar determinados clubes, bares, cafés e bailes. Portanto, a história dos clubes e dos bailes de negros foi, também, uma resposta à “linha de cor” da cidade de São Paulo. (DOMINGUES, 2009, p.6)

A cidade é composta por diversas experiências de sociabilidade. Surgiram vários clubes e sociedades recreativas da e para a população negra, como Kosmos, Elite da Liberdade, 15 de Novembro, São Geraldo, Flor da Mocidade, Princesa do Norte, União da Mocidade, 13 de Maio dos Homens Pretos, Auriverde, Califórnia, Barão do Rio Branco. De acordo com Domingues (2009), eram locais em que essa população se apropriava dos códigos civilizados impostos pela parcela da elite branca da cidade, mas sem abrir mão de suas histórias e códigos próprios:

É importante reforçar essa idéia: em vez de embranquecerem, esses negros queriam adotar os códigos de conduta vistos como civilizados e utilizá-los a seu favor, sem contudo abrirem mão dos sinais diacríticos – o orgulho de ser negro, a valorização de sua história, o culto aos heróis afrobrasileiros –, sinais demarcadores das fronteiras da alteridade. (DOMINGUES, 2009, p.05)

A problemática racial está imposta na cidade, relacionamos anteriormente o valor do salário de alguns funcionários negros da CAP com o valor do ingresso do Cassino Antarctica. Porém, só o fator salarial poderia não ser o suficiente para acessar espaços elitizados na cidade - nesse sentido apontamos que a população negra criou seus espaços, não sendo foco principal de nossa pesquisa, mas um ponto importante para a compreensão do lazer e da sociabilidade na cidade de São Paulo nos anos de 1920.

Dentre os 50 funcionários negros da fábrica da CAP na Mooca, Ozorio Romano é o que possui o maior salário - contratado em 1911 recebia 550\$000 (réis)

mensais. Sua foto com traje social completo demonstra distinção - como analisado anteriormente, trabalhadores urbanos não tinham condições ideais de vida, sendo a vestimenta item que ficava fora do plano orçamentário.

Figura 30 - Ficha de Ozorio Romano

Cia. Antares Paulista



Nome..... Ozorio Romano

Data da admissão..... 25 de Dezembro de 19 11

Nascido a..... 20 de Janeiro de 1 886

Logar do nascimento..... E. Sto. Pinhal E.S. Paulo

Filho de..... Luiz Romano

e de..... Joanna Romano

Estado civil..... Casado

Natureza do cargo ou serviço..... Fiscal

Ordenado mensal..... 550 \$000

Diaria.....

Vencimentos ou gratificações.....

Porcentagens.....

Residencia..... Rua Luiz Gama, 76 a

Assignatura do empregado..... Ozorio Romano

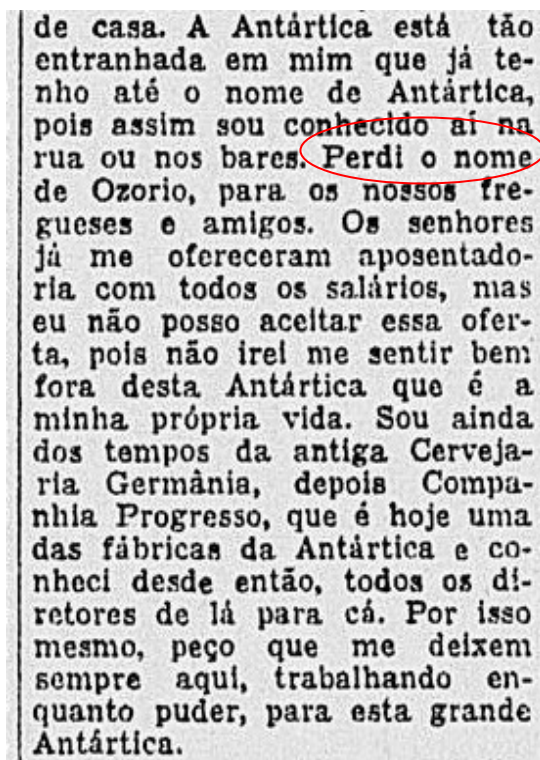
Observações.....

Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Nascido ainda durante o período escravocrata em Espírito Santo do Pinhal no interior do Estado de São Paulo, cidade que decretou o fim da escravidão em 16 de abril de 1888, 28 dias antes da data oficial da Lei Áurea. Migrante, casado, filho de pais casados. Buscando mais informações desse funcionário que possuía o maior cargo e salário entre os negros, encontrei no jornal A Noite, publicado em 03 de

dezembro de 1953. Ozório fez sua vida como funcionário da Companhia Antarctica Paulista, após 50 anos de serviços prestados teve a oportunidade de falar sobre sua relação com a empresa em homenagem realizada no Pacaembu para os funcionários que completaram 50, 40, 35 e 25 anos de bons serviços. Abaixo trecho de seu discurso:

Figura 31 - Trecho do Discurso de Ozorio Romano no jornal A Noite



de casa. A Antártica está tão entranhada em mim que já tenho até o nome de Antártica, pois assim sou conhecido aí na rua ou nos bares. Perdi o nome de Ozorio, para os nossos fregueses e amigos. Os senhores já me ofereceram aposentadoria com todos os salários, mas eu não posso aceitar essa oferta, pois não irei me sentir bem fora desta Antártica que é a minha própria vida. Sou ainda dos tempos da antiga Cervejaria Germânia, depois Companhia Progresso, que é hoje uma das fábricas da Antártica e conheci desde então, todos os diretores de lá para cá. Por isso mesmo, peço que me deixem sempre aqui, trabalhando enquanto puder, para esta grande Antártica.

Fonte: Jornal A Noite, 03 dez. 1953, p. 5.²⁵

Em seu discurso temos claramente sua visão de trabalho, assim como os entrevistados de Teresinha Bernardo (2007), onde o trabalho é a alegria de suas vidas. Para esse funcionário já idoso, a fábrica tornou-se sua própria vida, Antártica virou seu nome. Pede para que não o aposentem, para que continue tendo o prazer de servir até quando pudesse. Não temos informações de quando Ozório se aposentou.

Em sua fala também percebemos o ciclo de aquisições de outras cervejarias da cidade de São Paulo pela Companhia Antarctica Paulista, entre elas a Cervejaria Germânia, criada em 1907 na Rua dos Italianos nº 22 a 28, pelos irmãos Emilio

²⁵ Jornal completo disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=21789&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 31 mai. 2022

Reichert, Leonora Reichert e Guilherme Reichert. Em 1917 os irmãos Reichert associados com outras pessoas fundam a Companhia Progresso Nacional²⁶, na década de 1940 ela passará a ser uma das fábricas da CAP, como lembrou o antigo funcionário. Essas aquisições podem ser estudadas futuramente, sendo importante para o entendimento do setor cervejeiro em São Paulo e no Brasil, rótulos e cartazes dessas duas empresas estão preservados no acervo da Fundação Zerenner.

A historiografia nos mostra que o início da industrialização em São Paulo é marcado por adversidades, “embora tenham crescido os números de empresas e a acumulação e expansão do capital, a conjuntura de crises cíclicas relegou a maior parte da população paulistana à miséria e a instabilidade empregatícia”. (ROCHA, 2018, p. 241).

Estranhamente, os baixos salários das fábricas e a quase ausência de benefícios soavam como privilégios aos operários incertos sobre seus futuros. A capital do capital, ao multiplicar sua população, criou um exército de reserva que só podia buscar formas alternativas de manutenção de suas vidas, na esperança de, um dia, conseguir ocupar postos de trabalho mais rentáveis e que lhes garantisse certa estabilidade. Na prática, era uma ilusão necessária para a vida. (ROCHA, 2018, p.226)

Ocupar uma posição dentro da Antártica sai do campo da ilusão para a realidade: foi possível alcançar um posto de trabalho com renda suficiente, Ozorio possuía o maior salário dentre os funcionários negros e fez uma carreira não só estável como longa, o que para os padrões da época era impensável.

Ozorio trabalhou por 50 anos, desde a Cervejaria Germânia, possivelmente começou sua atuação aos 17 anos, seu registro na CAP foi aos 25 anos. Benedicto de Souza foi outro funcionário que ficou mais de 30 anos na empresa. Existiram exceções à regra e a partir delas podemos ter outras visões sobre a história social do trabalho em São Paulo.

Com novos estudos nesse tipo de documentação poderemos saber muito mais sobre as possibilidades de ascensão e estabilidade no mercado de trabalho da população negra na década de 1920.

As homenagens aos trabalhadores são fontes de análise para o entendimento da trajetória de negros durante a República como apontado por Álvaro Nascimento (2016). Além da homenagem prestada pela CAP aos veteranos, incluindo Ozorio, este funcionário foi laureado pela Legião Negra em 18 de dezembro de 1953. O

²⁶ Fonte: Carlos Alberto Tavares Coutinho (<http://cervisiafilia.blogspot.com.br>). Acesso em: 25 nov. 2022.

álbum fotográfico intitulado: “Aspectos da homenagem da Legião Negra de São Paulo ao Snr. Osorio Romano²⁷ por ocasião de seu 50º aniversário de serviço ativo na Companhia Antarctica Paulista – S. Paulo 18-12-53” - está no acervo da Fundação Zerrenner e possui as fotos da festa, momentos de seu discurso, sentado à mesa junto a dirigentes da CAP e da Fundação Zerrenner, ao lado de representantes da Legião Negra. Foram encaminhados um álbum para Ozorio, um para a Legião Negra e outro para a CAP.

Figura 32 - Álbum de fotografias em homenagem a Osorio Romano



Fonte: Acervo Histórico Fundação Zerrenner.

Chama-nos a atenção a presença de imagens de representantes da Legião Negra de São Paulo. São poucos estudos sobre esse grupo que arregimentou negros para lutar na Revolução Constitucionalista de 1932 e continuou como organização até meados dos anos 1940, transformando-se em uma associação de ex-combatentes e auxílio aos seus familiares de um lado, e de outro fazendo oposição à Frente Negra Brasileira, de acordo com Gomes (2005).

Participando ativamente da mobilização contra Getúlio Vargas em 1932, os negros formaram batalhões específicos chamados de “Legião Negra”, conhecidos popularmente como “Pérolas Negras” de acordo com Petrônio Domingues (2003). A Legião Negra de São Paulo era formada por três batalhões de infantaria e chegou a ter cerca de 2 mil combatentes junto ao exército constitucionalista, segundo o autor.

²⁷ A grafia de seu nome às vezes está com a letra “z” em outras com a letra “s”.

A historiografia sobre a revolução de 1932 omite a participação da comunidade negra no conflito. Petrônio Domingues traz um pouco de informação sobre esse agrupamento de homens e mulheres negras que lutaram por São Paulo, fazendo comissões beneficentes para arrecadar donativos para as tropas; mulheres que se voluntariaram como enfermeiras, algumas lutando com os homens, a exemplo de Maria “Soldado”; montagem de Corpo de Saúde na cidade de Campinas entre outras atividades que permaneceram por alguns anos após 1932. O autor fala da importância de trazer para o debate historiográfico a participação específica dos negros e negras na Revolução Constitucionalista, trajetória que não pode ser diluída em uma produção histórica “incolor”.

Encontrar alguns desses personagens em homenagem a um funcionário negro da Companhia Antarctica Paulista demonstra que eles ainda estavam organizados e em atividade em 1953. Esses fragmentos nos ajudam a construir uma produção historiográfica mais plural e traz novamente para nosso debate a importância da preservação documental; para uma nova produção histórica precisamos de acesso adequado aos documentos arquivísticos, não é suficiente apenas declarar a documentação como de interesse público se os cidadãos não podem usufruir dos conhecimentos advindos dessas fontes.

Ozorio é um personagem peculiar, trabalhou 50 anos na CAP, foi homenageado pela Legião Negra quando já não se falava mais nesse agrupamento. Para ser tão reconhecido sem dúvida era alguém importante no meio da comunidade negra em São Paulo. Em novas pesquisas, encontrei o nome Osório Romano como sendo o primeiro presidente da Federação dos Homens de Cor, instituição criada em São Paulo em 1909 e transferida para o Rio de Janeiro em 1920.

Na mesma noite de fundação, foi eleita a primeira diretoria da Federação dos Homens de Cor, cuja nominata ficou assim estabelecida: presidente, Osório Romano; vice-presidente, Bernabé Francisco Pereira; primeiro secretário, Olavo Jonas dos Santos; segundo secretário, Irineu Silva; tesoureiro, Bento José Monteiro; procurador, Joaquim Candido de Paula; fiscal, Wenceslau Ferraz de Camargo; conselho fiscal, Theodoro Galdino, Pedro Marcondes Salgado, Conrado dos Santos e J. B. de Camargo. (DOMINGUES, 2018, p.4)²⁸

²⁸ O nome Ozorio Romano aparece grafado com “s” e com “z”. Como não conseguimos acessar fotografias da Federação dos Homens de Cor não podemos afirmar que seja a mesma pessoa, sendo assim, uma pesquisa futura com o acervo dessa federação será de suma importância para completar essa lacuna informativa e trazer novos elementos de estudos historiográficos sobre a ação e a participação de homens negros na sociedade paulistana pós-abolição, além de percebermos a

O Centro da Federação dos Homens de Cor foi instituído como sociedade beneficente para prestar assistência social aos membros afiliados, sem esquecer da dimensão político-cultural e dos problemas que afetavam a maioria dos negros. Sua sede era no bairro do Bexiga, criaram biblioteca, escola, tinham intenção de fazer valer as expectativas da cidadania republicana, segundo Petrônio Domingues (2013; 2018).

Durante os primeiros trinta anos do século XX muitas agremiações se desenvolveram em São Paulo, a fim de atender a demandas de ascensão social. Para além do lazer, existia a necessidade da valorização de questões culturais, intelectuais, instrução e solidariedade; muitas destas instituições terão seus periódicos, de acordo com Ricardo Ramos Sales (2014).

O percurso de Ozorio, para além de funcionário da CAP, costura a construção dessas entidades associativas de negros na cidade de São Paulo, desde sua possível participação na construção da Federação do Homens de Cor. O amadurecimento dessas iniciativas culmina na criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, que enfatizava os direitos dos negros como cidadãos brasileiros. A neutralidade da FNB diante da guerra de 1932 será propulsora de um racha interno, dando origem à Legião Negra, que anos depois estará na Companhia Antártica com alguns representantes homenageando Ozorio. Existem vários estudos sobre essas associações (DOMINGUES 2013, 2018; BUTLER 2011; SALES 2014), não é nossa intenção o aprofundamento sobre elas, mas apontar as possibilidades de ligações, os desmembramentos de histórias e como através de uma ficha funcional acessamos uma rede do associativismo na cidade.

Todas tinham como objetivo satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia em condições adversas [...]. As associações negras não se limitaram a denunciar problemas, mas tentaram apontar caminhos para superá-los. Diversas foram as soluções preconizadas: o soerguimento moral, a melhora do nível educacional e cultural, a valorização da subjetividade, relacionada à construção de identidades; a necessidade de protestar diante das injustiças e de atuar politicamente. Contudo, a principal solução advogada foi a união, considerada pré-requisito para os negros se fortalecerem, conquistarem espaço na sociedade e, assim, superarem problemas comuns que enfrentavam. (DOMINGUES, 2018, p. 113 -119)

O caso de sucesso de Ozório levanta diversas questões que merecem outros estudos: quantos casos de sucessos de negros no meio urbano-fabril temos? Ozório

foi exceção, quais foram as barreiras enfrentadas e dribladas por ele para que pudesse ter êxito? “Uma vida dedicada ao trabalho”: quantos poderiam ter chegado a fazer bodas de ouro na empresa? Em meio aos veteranos homenageados em 1953, somente Ozório é negro. A ausência de outros casos de êxito, a pouca diversidade racial na indústria cervejeira paulistana, são apontamentos para pesquisas futuras.

Nesse capítulo tivemos a oportunidade de aprofundar três pontos importantes da história dos negros na cidade de São Paulo através da ficha de funcionários com cargos e inserções sociais distintas: educação, futebol, associativismo, demonstrando as múltiplas possibilidades de estudos com as fichas de contratação e a importância do relacionamento com outras fontes; a análise conjunta das fichas com cadernos de matrícula, fichas e fotografias, fichas e discursos em jornal, nos abriram um novo leque de possibilidades de pesquisas, que como vimos não terminam aqui, podem ser notas para uma diversidade de estudos sobre os negros entre 1920 e 1930 na cidade de São Paulo.

Os historiadores, de acordo com Jeanne Marie Gagnebin (2004), devem apanhar tudo aquilo que parece não ter importância, nem sentido, aquilo com que a história oficial não sabe o que fazer - temos a função de buscar nos meandros, nas pequenas memórias e histórias, reconstruir, recontar aquilo que realmente fará diferença; é a história vista de baixo, ouvindo os vencidos.

Nossas fontes nos revelam um passado, precisamos saber ouvi-las, o que elas nos contam e não foi dito oficialmente, quanto de silêncio existe, o quanto estamos repetindo erros justamente por não termos a capacidade da escuta. Sem essa capacidade não poderemos transmitir essas experiências e vislumbrar um presente diferente, sem a preservação documental não teremos como realizar as pesquisas com essa dimensão. Daí a necessidade das instituições se reconhecerem como responsáveis pela guarda e difusão de sua documentação, só assim poderemos reescrever nossa história, com acesso e a possibilidade de novas pesquisas. Ainda existe muito a ser dito. Citando Mãe Stella de Oxóssi em 2014: “Se a gente não fala, ninguém sabe quem nós somos. O que a gente não registra, o vento leva.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, intitulada “Onde estão os negros? Trabalhadores da Companhia Antarctica Paulista entre os anos 1920 e 1930”, teve como objetivo o estudo da presença dos negros na indústria cervejeira paulistana entre os anos 1920 e 1930, por meio da análise da série: fichas de contratação de funcionários da Companhia Antarctica Paulista, em sua matriz no bairro da Mooca em São Paulo.

Estes documentos foram tombados como de interesse público e social pelo decreto presidencial de 07 de abril de 2006, atualmente são custodiados pela Fundação Zerenner.

Em 2017 no Sesc Belenzinho vi uma bandeira perguntando: “Onde Estão os Negros?”. Atividade da Frente3DeFevereiro que me fez pensar, e assim me vi inserida na cidade de São Paulo, como mulher, negra, historiadora, construindo pesquisas e questionando a presença dos meus dentro dos arquivos. Nós estamos presentes em todos os espaços, mas somos invisibilizados neles, sendo assim resolvi pesquisar sobre a população negra pós-abolição na cidade de São Paulo através das fichas de contratação da Companhia Antarctica Paulista.

Anos de atuação em arquivos históricos me deram a possibilidade de acesso a documentos que ainda não foram estudados ou pouco explorados. Essa falta de difusão é uma das responsáveis pelas brechas nos estudos sobre a população negra na história. Neste sentido, ao encontrar fichas de contratação de funcionários da Companhia Antarctica Paulista (CAP), dentre eles alguns negros, resolvi desenvolver essa pesquisa que nos dá indícios da presença do negro no mercado de trabalho urbano-fabril em São Paulo.

Como a inserção dos negros dentro da Companhia Antarctica Paulista pode ressignificar a vida dos que foram marginalizados? Ser um trabalhador é o contrário de vadio, como se dão essas relações na cidade? Para além de ter um salário e poder suprir suas necessidades e de suas famílias, qual o significado simbólico de ser um trabalhador negro na Cia. Antarctica no começo do século XX? Quem são essas pessoas? Foram alguns questionamentos iniciais, através da análise das fichas de contratação. Analisamos suas origens, sociabilidades, demandas familiares, onde viviam, suas inserções na cidade de São Paulo.

Através da história serial foi possível analisar as fichas, trazendo dados qualitativos para corroborar a importância dessa presença na indústria. Podemos

falar de nomes, idades, migração, moradia, educação, cargos, salários, sociabilidades, uma ficha que dentro da arquivologia teve sua importância administrativa, que era fazer o registro de entrada de um funcionário. Ao permanecer preservada por mais de 100 anos se transforma em um documento histórico possível de descortinar vários elementos para a construção de uma história do trabalho mais plural.

Na história serial a qualidade da informação é mais importante que a quantidade, afinal foram poucos negros localizados nas mais de 2 mil fichas, mas trazem possibilidades de conhecimento e aprofundamento da história do povo negro inestimáveis.

Com uma ficha de contratação contendo apenas 15 campos conseguimos analisar diversas esferas da população negra pós-abolição, trouxemos indícios de migração, família, salários, custo de vida, possibilidades para novos estudos nesse tipo de documentação.

As fotografias 3x4 cm coladas nas fichas foram fundamentais para essa análise e um avanço na escrita da historiografia, afinal dados sobre raça/cor/etnia não estavam presentes nesses documentos trabalhistas. George Andrews (1988) expôs sua dificuldade ao pesquisar documentos dos funcionários das empresas Jafet e *Light and Power*, as informações se limitam ao local de nascimento, sendo possível saber se eram nacionais ou estrangeiros, dentre os nacionais o autor fez inferências sobre uma parcela ser negra. Analisando a documentação foi possível afirmar a presença negra, temos os rostos de quem compôs essa parcela de funcionários na maior indústria cervejeira na cidade de São Paulo.

Para a construção da pesquisa tivemos que discutir leis e a cidadania para a população negra, a inserção do negro na metrópole paulistana, as possibilidades de trabalho e meios de sobrevivência, e trouxemos a Companhia Antarctica Paulista com sua presença marcante na industrialização e urbanização da cidade de São Paulo, além de panoramas para a compreensão do trabalhador negro urbano-fabril.

Entre a Lei Feijó que proíbe o tráfico de pessoas escravizadas em 1831 até promulgação da Lei Áurea em 1888, foram 57 anos de declarações, promulgações de leis feitas por homens brancos sobre a vida e o destino de uma população negra, sem poder de decisão, sem inserção nas discussões sobre os rumos a serem tomados sobre suas vidas e de seus familiares, aumentando o tempo de angústia e

sofrimento de um contingente populacional que saiu de suas terras para um local totalmente desconhecido e hostil.

A Lei Feijó promulgada em 07 de novembro de 1831, além de não ter sido cumprida pelos traficantes e senhores de escravizados, continha uma cláusula que mantinha os africanos sob tutela do Estado por 14 anos, para compensar a libertação, ou seja, a lei não possui nenhuma efetividade para libertar essas pessoas, tanto que ficou conhecida com a “lei para inglês ver”, atendia aos interesses britânicos, permitindo facilidades para a continuação do tráfico de escravizados.

O período decorrido entre as cinco leis - Lei Feijó de 1831, Lei Eusébio e Queiroz e a Lei de Terras ambas de 1850, Lei do Ventre Livre de 1871, Lei dos Sexagenários de 1885 e a Lei Áurea de 1888 – comentadas no primeiro capítulo, parece ter sido pouco para a construção de um posicionamento legal, pautado em soluções concretas e efetivas para inserção dos negros e negras na construção da nascente sociedade capitalista, tendo a cidade de São Paulo como cartão-postal de modernidade.

A historiografia sobre os trabalhadores na cidade de São Paulo deixou de lado um sujeito histórico. Quando se trata de operários fabris, ou com a ampliação de estudos, tratando de outras formas de trabalho além das fábricas, como trabalhos informais pela cidade, os negros e as negras não foram incluídos como parte dessa composição proletária na cidade pós-abolição. neste sentido, a pesquisa contribui para o estudo desses sujeitos, aqui inseridos no mercado de trabalho formal.

Em São Paulo existe uma ideia da Mooca puramente italiana. Carlos José Ferreira dos Santos (2017) já demonstrou em sua pesquisa que nem tudo era italiano. Na presente dissertação podemos ver outra possibilidade de moradores da Mooca, rostos negros, migrantes do interior do Estado de São Paulo que se instalaram nas franjas das ferrovias e se tornaram funcionários da CAP.

Durante a pesquisa me deparei com um poema de Waly Salomão (2014), de fato a memória é uma ilha de edição: escolhemos o que lembrar, o que esquecer, o que guardar, o que jogar fora, é uma construção feita de muitas partes, e para a história social do trabalho falta uma parte importante na construção dessa memória. Através dessas fichas conseguimos minimamente contribuir com a inserção de uma peça nesse grande quebra-cabeça que é a nossa história.

Famílias desestruturadas durante o período escravocrata, outra tese que pode ser questionada através do campo filiação com os nomes dos pais e das mães. Conseguimos constatar que muitos possuíam pais casados, lendo os sobrenomes percebemos parentes morando nas mesmas casas, irmãos e primos trabalhando na CAP. Na busca coletiva por uma vida melhor em São Paulo, muitos migrados do Vale do Paraíba, escolhem essa cidade por possuir melhores salários, sendo a CAP uma possibilidade de empresa para trabalharem.

O analfabetismo da população negra é posto como uma das possibilidades da ausência do negro no mercado de trabalho, buscando sempre uma superioridade do estrangeiro branco. Conseguimos trazer indícios para relativizar essa visão através do campo “assinatura”. Até a primeira metade do século XX a taxa de alfabetização da população negra não passava de 30%, sendo assim, a nossa pequena, porém importante amostra evidencia trabalhadores negros letrados atuando na indústria cervejira. A maioria dos funcionários negros era alfabetizada, essa informação traz para o debate a educação da população negra, a implantação de escolas, o acesso a cursos técnicos como fez o pintor Aristides Franco. Mas também corrobora teses: mesmo sendo alfabetizados, os negros ganhavam menos que os brancos não-letrados.

Enquanto historiadora, trabalhando como arquivista, percebi que a atividade de descrição de documentos precisa ser revista. É uma atividade subjetiva, todos os funcionários nas instituições de guarda de documentos devem estar atentos: quanta documentação existe, mas ainda não foi localizada em bases de dados, simplesmente pela falta de um termo descritor, uma palavra-chave adequada? A minha vivência me fez observar o nome “Mono” em uma fotografia, me marcou, quando encontrei a ficha de Benedicto de Souza com a anotação de que ele era o “Mono”, relatei os documentos, refiz uma descrição, trouxe para minha dissertação e também para o trabalho enquanto arquivista. Muito ainda precisa ser feito, mas essa é uma iniciativa que evidencia que é possível tirar os negros da invisibilidade e integrar teoria e prática.

Por meio de análises documentais e pesquisas bibliográfica, buscamos diminuir o hiato existente na historiografia que demonstre a presença dos negros na gênese da formação do operariado paulistano, além de contribuirmos para estudos da representatividade dos negros - 56,10% da população entre pretos e pardos

segundo o IBGE, mas que pouco se veem em estudos que os tratem de maneira ativa, não apenas como vítimas e marginalizados da sociedade.

Durante o estudo foram se descortinando diversas possibilidades e a necessidade do cruzamento de informações presentes nas fichas e demais documentos como *Caderno de matrícula escolar*, assim conseguimos tratar da educação profissional na cidade e a presença negra, demonstrando a efetividade do curso, afinal um egresso do curso de pintura da Escola Profissional Masculina do Brás foi contratado como pintor pela CAP. Relacionando álbuns fotográficos e jornais pudemos constatar a longevidade de Ozório Romano na empresa, sua importância enquanto funcionário negro, trazendo novos elementos para pesquisas futuras como a presença da Legião Negra na década de 1950.

Os silêncios também nos dizem muito e precisam ser ouvidos e analisados futuramente. A ausência de mulheres negras é gritante. Não encontramos nenhuma, mas sabemos que elas atuavam em empresas na região da Mooca, porém não no ramo cervejeiro. Neste momento não conseguimos responder o motivo dessa ausência, ainda existe muito a ser aprofundado sobre as mulheres negras no mercado de trabalho pós-abolição.

As fichas, que inicialmente eram para comprovar uma existência dentro do mercado de trabalho formal, revelaram um universo de possibilidade de pesquisas, vários indícios apontados, o que nos leva a pensar sobre a necessidade de mais estudos com esse tipo de fonte. A história do trabalhador pode e deve ser contatada através delas. A preservação e difusão dos acervos das indústrias deve ser discutido, sem documentos não temos história.

A pesquisa não se encerra, ainda há muito a ser analisado, provavelmente temos outros Benedictos que driblaram as adversidades através da inserção no futebol; outros Aristides que estudaram e alcançaram postos de trabalho na indústria. A possibilidade de encontrar outros funcionários laureados pela longa carreira, assim como Ozorio. Outras famílias, assim como os vindos de Amparo, que se estabeleceram próximos e conseguiram vagas na Antartica. Os documentos estão aí para nos contar, só precisamos ouvir. Onde estão os negros? Estavam na Antartica e hoje estamos aqui produzindo conhecimento sobre e para nós.

FONTES

A Gazeta. São Paulo. Edição 05886, 19 set. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&Pesq=%22antarctica%20futebol%20clube%22&pagfis=21559>. Acesso em: 22 nov. 2022.

A Noite. São Paulo. 03 dez. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=21789&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 31 mai. 2022

A Província de São Paulo, São Paulo, 13 jul. 1889. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890713-4281-nac-0003-999-3-not/tela/fullscreen> Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831.** Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20importadores%20dos%20mesmos%20escravos. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.** Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.** Declara a condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.279, de 28 de setembro de 1885.** Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.** Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-norma-pe.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.** Promulga o Codigo Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%3A,Paragrapho%20%C3%BAnico>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930.** Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,passageiros%20estrangeiros%20de%20terceira%20classe>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 22.042 de 03 de novembro de 1932.** Estabelece as condições do trabalho dos menores na indústria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937.** Rio de Janeiro, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de Maio de 1940.** Institue o salário mínimo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-norma-pe.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991.** Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-11-18-janeiro-1991-342571-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto de 7 de abril de 2006.** Declara de interesse público e social o acervo documental privado da Companhia Antártica Paulista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10812.htm. Acesso em: 26 mai. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Abaixo assinado dos proprietários de automóveis**. 23 de outubro de 1920. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/documentoshistoricos/REQM0028-1920.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2022.

COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. **Relatório da Directoria**, São Paulo, 1924. Acervo Fundação Zerenner.

COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. **Relatório da Directoria**, São Paulo, 1930. Acervo Fundação Zerenner.

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA 50 ANOS: 1904 -1954. Rio de Janeiro: Litografia Tucano, s.d.

CONPRES. **RESOLUÇÃO Nº 19 / CONPRES / 2016**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-19.2016-conpres.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022.

Correio Paulistano. São Paulo. Edição 23759, 11 jan. 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pagfis=151. Acesso em: 02 jun. 2022.

Diário Nacional: a democracia em marcha. São Paulo. Edição 257, 10 mai. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&pesq=%22antarctica%20futebol%20clube%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2257>. Acesso em: 22 nov. 2022.

“Estação da Mooca, São Paulo-SP”. (9 mai. 2022). **Google Maps. Google**. Consultado em <https://www.google.com.br/maps/dir/Esta%C3%A7%C3%A3o+Mooca+-+Mooca,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP,+03101-001/R.+Jo%C3%A3o+Ant%C3%B4nio+de+Oliveira+-+Mooca,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP/@-23.5584684,-46.6089096,632m/data=!3m1!1e3!4m15!4m14!1m5!1m1!1s0x94ce593f4348304b:0xf08eeae1eeae13f3!2m2!1d-46.6084792!2d-23.5581178!1m5!1m1!1s0x94ce594636e476b3:0x8efd97d554dfa7a6!2m2!1d-46.6048447!2d-23.5600127!3e3!5i1?hl=pt>

EMPLASA. **Área urbanizada 1882/1814**. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento– Sempla/Dipro, 2002-2003. Escala 1:100.000.

EMPLASA. **Área urbanizada 1915/1929**. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro, 2002-2003. Escala 1:100.000.

IBGE. **Características gerais dos moradores 2020-2021**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022

Jornal do Commercio. São Paulo. Edição 222, 12 out. 1836. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=cerveja%20brasileira&pagfis=8214. Acesso em: 24 abr. 2022.

“Mooca, São Paulo-SP”. (9 mai. 2022). **Google Maps. Google.** Consultado em <https://www.google.com.br/maps/dir/R.+Jo%C3%A3o+Ant%C3%B4nio+de+Oliveira+-+Mooca,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP/Antiga+F%C3%A1brica+da+Companhia+Antarctica+Paulista+-+Mooca,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP,+03101-001/@-23.5583935,-46.6089016,632m/data=!3m1!1e3!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94ce594636e476b3:0x8efd97d554dfa7a6!2m2!1d-46.6048447!2d-23.5600127!1m5!1m1!1s0x94ce594c84348eb9:0x259d7f26633ba7c!2m2!1d-46.609612!2d-23.5568443!3e2?hl=pt>

O Clarim da Alvorada. São Paulo. Número 7, 12 out. 1924. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-12101924/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico – Vila Mariana**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/QA-VM.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Lei nº 2.264 de 13 de fevereiro de 1920.** Dispõe sobre a inspeção e fiscalização do trânsito de veículos no município. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-2264-de-13-de-fevereiro-de-1920/detalhe>. Acesso em: 04 mai. 2022.

PROGRESSO. São Paulo. 23 de junho de 1928. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/progresso/progresso-23061928-2/>. Acesso em: 07 mai. 2022.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatística Industrial do Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1928. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011277&parte=1>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatística Industrial do Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1929. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011278&parte=1>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatística Industrial do Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1930. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011279&parte=1>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO. **Área urbanizada 1882/1914**. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1890-1900.jpg. Acesso em: 14 abr. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO. **Área urbanizada 1915/1929**. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1920.jpg. Acesso em: 14 abr. 2022.

SÉRIE FICHAS DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA. Caixas nº 33, 34 e 35. Grupo Antarctica. Acervo Fundação Zerrenner.

SÃO CRISTÓVÃO 100 ANOS. São Paulo, 2011. Disponível em: https://issuu.com/book_de_produtos/docs/livro_final/1. Acesso em 05 mai. 2022.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

ZERRENNER, João Carlos Frederico Antonio. **O testamento do Comendador Zerrenner**. São Paulo: [s.n.], 1933. Acervo Fundação Zerrenner.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. **O futebol na construção da identidade nacional: uma análise sobre os jogos “pretos x brancos”**. In: Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.1, p.47-61, jan./mar. 2012.
- ABREU, D. C. L. de. A escolarização dos negros e suas fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 42, p. 235–248, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639877>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- ADICHIE, Chimamanda. **Conferência anual – TED Global 2009** – de 21 a 24 de julho. Oxford, Reino Unido. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-BR. Acesso em: 10 mar. 2022.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História e Política, ou a arte de fazer escolhas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 186-191, set./dez. 2019.
- ALVES, Iulo; OLIVEIRA, Marília. Pelas frestas do sistema de produção dos veículos de comunicação: estratégia artística da “Ação Bandeiras”, do coletivo Frente 3 de Fevereiro. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 436-455.
- ANDRADE, Margarida Maria de. **Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13052022-091825/>. Acesso em: 06 nov. 2022.
- ANDREWS, Georg Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica e apresentação: Maria Lígia Coelho Prado. Bauru, São Paulo: EDESC, 1988.
- ANTENOR, Samuel. **Pesquisa busca resgatar espaço memorial do teatro paulistano**. 21 de julho de 2015. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/pesquisa-busca-resgatar-espaco-memorial-do-teatro-paulistano/21534/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. **Futebol de fábrica em São Paulo**. 1992. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/futebol-de-fabrica-em-sao-paulo/>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- ARAÚJO, Marcia Luzia Pires de. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27062013-124505/pt-br.php>. Acesso em: 04 mai. 2022.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930)**. Organização Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves Delgado. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 198 - 232.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

ASSIS, Ellen Fonseca de; MARSON, Michel Deliberali. As origens do financiamento industrial no Brasil (1891-1940): um estudo da Companhia Antarctica Paulista. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 77, p. 227-258, set. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/84267>. Acesso em: 23 abr. 2022.

ASSIS, Machado. **Esau e Jacó**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/12_ab2c739d2e8293712078e7b6b0c12abb. Acesso em: 23 abr 2022.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELLAR, Carlos de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-80.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. **A Indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Typ. Do Diario Oficial, 1901.

BARATA, Rita Barradas. Cem anos de endemias e epidemias. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2), p. 333-345, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qVS886bCmXX4W5QML5ZtkrN/?lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2022.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O Mercado de Trabalho antes de 1930: Emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo. **Novos Estudos**, n. 80, março de 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100007. Acesso em: 14 abr. 2021.

BARBOSA, Letícia Melo. **A Produção de Cerveja ao Longo da História**. Trabalho de conclusão de curso (Técnico em alimentos integrado ao ensino médio) - Instituto Federal de São Paulo - Campus Barretos, 2018. Orientação: Prof. Dr. Juliano Alves Dias. Disponível em:

<https://brt.ifsp.edu.br/phocadownload/userupload/213354/A%20PRODUO%20DE%20CERVEJA%20AO%20LONGO%20DA%20HISTRIA.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 8a edição. Disponível em: <http://ning.it/fmKC17>. Acesso em: 27 out. 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. 1. reimpressão. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 2007.

BITTENCOURT, Icaro. O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 20, n. 1, p. 141–151, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/914>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7 ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BUTLER, Kim D. A nova negritude no Brasil – Movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana. In: GOMES, Flávio; DOMIGUES, Petrônio (Org). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 137-186.

CACCAVELLI, Bruno. **Lazer e sociabilidade dos trabalhadores do bairro paulistano da Mooca (1900-1920)**. 2015. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/48085?show=full>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CALDAS, Waldenyr. **O Pontapé Inicial**: memória do futebol brasileiro (1894-1933). São Paulo: IBRASA, 1990.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. port. 2. ed. São Paulo: Edusp, 34, 2003.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Biblioteca da Folha, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/811217/mod_resource/content/1/italo%20calvino%20-%20as%20cidades%20invis%C3%ADveis.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Raizes-da-concentracao-industrial-em-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em 13 abr. 2022.

CAPRI, Roberto. **O Commercio e a Industria de S. Paulo**. [S.l.:s.n], 1922.

CARNEIRO, André Rocha. **Ouro negro**: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense Barra Mansa no século XIX. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_69d8c9475b1c5387a9bda588425275c0. Acesso em: 15 fev. 2023

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v.1, n.1, p.39-57, 1981.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista Histórica**, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/#:~:text=Em%20pouco%20mais%20de%20vinte,a%20fim%20de%20substituir%20o>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAIA, Miguel W. Negro: entre o trabalho forçado e o trabalho restrito. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade. 1988 2(2), p. 38 – 43. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n02/v02n02_07.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4375607/course/section/2096953/Visoes%20da%20Liberdade.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

ClAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. In: **Revista Psicologia**: Organizações e Trabalho, 12(1), jan-abr 2012, p. 33-46. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CINTRA, Moysés. A Vida. In: **O Clarim da Alvorada**. São Paulo, ano I, n. 7, 12 out. 1924, p. 2. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-12101924/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

CONDEPHAAT. **Cemitérios dos escravos**. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/cemiterio-dos-escravos/>. Acesso em 14 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/jkQ7K3v9WhjBKKdMmvs4kkz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2022.

COSTA, Hilton. 1891: Escravidão, Liberdade, Privilégios e Tradição. *In*: **Caderno de resumos do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 24 a 27 de maio de 2017 / Organizadoras: Helen Osório e Regina Célia Lima Xavier – São Leopoldo: Oikos, 2017. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/escravido%20e%20liberdade%20-%208%20-%20caderno%20de%20resumos%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013; PDF. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/sao_paulo_em_papel_e_tinta.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

_____. **Trabalhadores em serviços**: dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920). São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

CRUZ, Marcelo Freitas Soares de Moraes. **Mercado de trabalho e classe trabalhadora em São Paulo e Rio de Janeiro em 1920**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04022015-104511/en.php>. Acesso em: 09 abr. 2022.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo, Brasília: Unesp, Flacso, 2000.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo De. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

_____. **A Vida fora das Fábricas**: Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 55 - 66.

DOMINGUES, Petrônio. Os clubes e bailes *blacks* de São Paulo no pós-abolição: notas de pesquisa. In: ANPUH, **XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_244549536e6e6c378722155a580aa1b8.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

_____. Federação dos Homens de Cor: notas de pesquisa. In: ANPUH, **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875179_77d2a84cd04bcb5bee6a19b2564909a5.pdf. Acesso em: 12 de nov. 2022.

_____. O “campeão do Centenário”: raça e nação no futebol paulista. In: **História Unisinos**, v. 19, n. 3, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2015.193.08/5094>. Acesso em: 22 nov. 2022

_____. Esta “Magnânima Volição”: a Federação dos Homens de Cor. In: Dossiê Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica. **História** (São Paulo) v.37, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fSmj5JRyyxdXHQwhHQgX4n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 113-119. Disponível em: <http://www.joinville.ifsc.edu.br/~anderson.santos/Grade%202019/Hist%C3%B3ria%20II/Aula%204%20-%20Escravid%C3%A3o%20Negra%20no%20Brasil/Textos%20e%20t%C3%B3picos/Texto%205%20-%20Dicion%C3%A1rio%20da%20escravid%C3%A3o%20e%20liberdade.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

DUA. (Declaração Universal Sobre os Arquivos). 2010. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/eventos/convite/Panfleto_Dia_Arquivo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890 - 1920**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890 1930)**. 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13661>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FERREIRA, Fernando da Costa. Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX. In: **Lecturas**: Educación Física y Deportes, Buenos Aires, Ano 10, n. 90, novembro de 2005. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd90/times.htm>. Acesso em: 14 mai. 2022.

FLORENÇANO, Paulo C. **Nasce uma metrópole**: a evolução de São Paulo no período republicano. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

GADELHA, Regina M. D'Aquino Fonseca. A lei de terra (1850) e a abolição da escravidão, capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 153-162, jan./jul. 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599/20662>. Acesso em: 02 ago. 2021.

GAGLIARDI, Clarissa Maria; CARVALHO, Mônica de. Devir da fábrica: patrimônio industrial em disputa na zona leste de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 28, 2020, p. 1-31. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/5y6ZxX4qNPVdLy3m6VmBRrw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (RES)Sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.83 - 92.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, Graças a Deus**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e Os Vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. Tradução ao dos poemas José Paulo Paes. Revisão técnica Hilario Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Disponível em: <https://professordiegodelpasso.files.wordpress.com/2016/05/carlo-ginzburg-o-queijo-e-os-vermes.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Flávio; DOMIGUES, Petrônio (Org). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracias**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2002.

HAGIO, Camila Polido Bais. **Catálogo dos livros raros e especiais do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas**. 2019. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/arquivos/EtecGVCatalogoLivrosRaros.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

HALL, Michael. Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: **História da cidade de São Paulo**, v. 03, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.121-151.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: Organização, lutas e controle. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 5, p. 95–119, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636360>. Acesso em: 13 abr. 2022.

HEADSTROM, Margareth. Arquivos e memória coletiva: Mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 237-259.

História do Futebol: A enciclopédia do futebol na internet. Disponível em: <https://historiadofutebol.com/blog/?p=83192>. Acesso em: 27 dez. 2022

HOAUISS, Antonio. **A Cerveja e seus Mistérios**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986. Disponível em: <https://ahmemo.files.wordpress.com/2016/07/a-cerveja-e-seus-misterios.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). **Por que “raça”?** Breves reflexões sobre a questão racial no Cinema e na Antropologia. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

JACINO, Ramatis. **O branqueamento do trabalho**. São Paulo: Nefertiti Editora Ltda., 2008.

JESUS, Edson Roberto de. Bamo Sambá. **Revista Histórica**, n. 40, 2010. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao40/materia02/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LACERDA, João Batista. **Sobre os mestiços**. Tradução de Eduardo Dimitrov, Íris Moraes Araújo e Rafaela de Andrade Deiab do artigo “*Sur le métis au Brésil*”, publicado em *Premier Congrès Universel des Races*: 26-29 Juillet 1911. Paris: Imprimerie Devouge, 1911. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/967/Sobre_os_mesticos_do_Brasil.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

LANDI, Ana; BELO, Eduardo. **Fundação Antonio e Helena Zerrenner – 75 anos**. São Paulo: Bella Editora, 2011.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 16, 1998.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

LIMBERGER, Silvia Cristina. O Setor Cervejeiro no Brasil: Gênese e Evolução. **CaderNAU**. v. 06, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4769>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LONER, Beatriz. Experiências e convivências de ex-escravos nas lutas operárias. In: ABREU, Martha et al (orgs.). **Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico**, v. 2, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2013, p.169 - 188. Disponível em: <https://m.eduff.com.br/produto/historias-do-pos-abolicao-no-mundo-atlantico-v-2-experiencias-e-luta-pela-liberdade-e-book-pdf-643>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros em 3x4: fotografia, história do trabalho e pós-abolição. Pelotas-RS, 1933 - 1944. In: **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e66906/42095>. Acesso em: 04 out. 2021.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: Um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Disponível em: https://www.academia.edu/2541642/Educa%C3%A7%C3%A3o_no_p%C3%B3s_aboli%C3%A7%C3%A3o_Um_estudo_sobre_as_propostas_educacionais_de_afrodescendentes_S%C3%A3o_Paulo_1918_1931_. Acesso em: 26 nov. 2022.

MARCUSSO, Eduardo Fernandes. **Da cerveja como cultura aos territórios da cerveja**: uma análise multidimensional. 2021. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPG/GEA do Curso de Doutorado em Geografia da Universidade de Brasília/UnB. 403 f. Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41414>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: **O Brasil Imperial 1831-1889** [S.l: s.n.], 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413505/mod_resource/content/1/TEXT0%207%20Livro%20Vale%20do%20Paraiba%20e%20Segunda%20Escravid%C3%A3o-11-29.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil. Recife, 2012. 222 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATTOS, Hebe; LONER, Beatriz; MONSMA, Karl. (Orgs.). **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico**: identidade e projetos políticos. Niterói: Ed. UFF, v. 1, 2014, p.62-75. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/ebooks/Historias-do-pos-abolicao-no-mundo-atlantico.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Iguais para o pão e para a pancada? Brancos e negros no mercado de trabalho carioca na Primeira República. O caso da Cervejaria Brahma. In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas**, São Paulo (FEA-USP), 2001. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/hildete-pereira-de-melo_teresa-cristina-de-novaes-marques_1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e patrimônio documental: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – pró-documento (1984-1988)**. 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21251>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MORAES, Wallace dos Santos de; SIMAS, Luciana. Ação direta dos trabalhadores e conquista de direitos no Brasil – o caso da Primeira República. In: **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 11, nº 1, janeiro-abril, 2019, p. 127-145. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46033/26334>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MOTA, Paula de Brito. **A cidade de São Paulo de 1870 a 1930: café, imigrantes, ferrovia, indústria**. 2007. 181 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/49>. Acesso em: 03 mai. 2022.

MOURA, Clovis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2. ed. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude Usos e Sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Edições Câmara, 2019. E-book. Disponível em: https://camara-leg-br.usrfiles.com/ugd/5ca0e9_aa6e5d298d3443d3a8923d0eb5b58b3a.pdf. Acesso em: 17 set. 2021

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”: Contribuições à História Social do Trabalho. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0607.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/J3vhFb6qggn99nQcHkzBY7m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

PALLAMIN, Vera. **Espaços urbanos no despontar da metrópole paulistana:** cisões, transformações, usos e contrastes. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280559115_Espacos_urbanos_no_despontar_da_metropole_paulistana. Acesso em: 09 mai. 2022.

PALMARES, Gilberto. Desigualdades Étnico-Raciais nos 120 Anos da República Brasileira. **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n 2, jul/dez, p.45-56, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55066>. Acesso em: 28 nov. 2022.

PASTORE, Victor Doutel. **Imprensa negra e imprensa operária:** experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932). 2020. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/202132/imprensa-negra-e-imprensa-operaria-experiencias-dialogos-e>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>. Acesso em: 03 dez. 2022.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. In: **Revista de História**, [S. l.], v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445>. Acesso em: 6 nov. 2022.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900 – 1950. In: **História da cidade de São Paulo**, v. 03, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 387- 435.

REBOUÇAS, André. **Abolição imediata e sem indenização**. Rio de Janeiro: Typographia Central E. R. da Costa, 1883. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/174442/000093681.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mar. 2022.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00170.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ROCHA, Fábio Dantas. **Saindo das sombras:** classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887-1930). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59175>. Acesso em: 03 mar. 2022.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.11, n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, 1988. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/saopaulo-oiniciodaindustrializacao.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2022.

_____. Território negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: FONSECA, M. V. et al. (Orgs). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Mazza Edições, 2011, p. 75 – 90.

SALES, Ricardo Ramos. **A Imprensa Negra Paulista e a educação**: um movimento de resistência? 2015. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3610>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SALOMÃO, Waly. **Poesia total**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SAMARA, Eny de Mesquita. A família negra no Brasil. **Revista de História**, [S. l.], n. 120, p. 27-44, 1989. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i120p27-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18590>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890- 1915). São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. **Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)**. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

SANTOS, Sergio de Paula. **Os primórdios da cerveja no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

SEGATTO, José Antonio. **A Formação da Classe Operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996, p. 41-58.

SILVA, Cleber Soares da. **O olhar de Assis Horta**: tradição e dignidade em retratos de operários. 2017. 308f. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6585>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SILVA, Roberta Pereira da; MENDES, Bárbara Gonçalves; DANTAS, Marina de Mattos. Racismo: a quem interessa pensar que foi diferente no futebol? **Ludopédio**, São Paulo, v. 137, n. 52, 2020. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/racismo-a-quem-interessa-futebol/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

SOUSA, Diógenes Rodrigues de. **Cidade e Cerveja**: Companhia Antártica Paulista e Urbanização em São Paulo. 2017. 142 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, 2017. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/960>. Acesso em: 13 abr. 2022.

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In*: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular. Tradução Rosaura Eichemberg; Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. 6. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). **O que é heteroidentificação e por que ela se faz necessária?** Rondonópolis: UFR, [2021?]. Disponível em: https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/SOBRE_HETEROIDENTIFICACAO_UFR.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hjFMbWn5YWMsSgtQq6SKHTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

VENDRAMETO, Maria Cristina. **Da Escola Masculina da Capital (São Paulo) à Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas**: uma proposta de gestão documental. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/39120180/Da_Escola_Masculina_da_Capital_S%C3%A3o_Paulo_%C3%A0_Escola_T%C3%A9cnica_Estadual_Get%C3%BAlio_Vargas_uma_proposta_de_gest%C3%A3o_documental. Acesso em: 12 nov. 2022.

VÉRAS. Maura Pardini Bicudo. Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial. *In*: **Análise Social**, vol. XXIX (127), 1994 (3º), 599-629. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377243L0wKS5ni5Kg92VT1.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022

VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. In: **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, out – dez, 1993, p.77-96. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/52-6.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022.

WOODARD, James P. De escravos e cidadãos: raça, republicanismo e cidadania em São Paulo (notas preliminares). In: ABREU, Martha et al (orgs.). **Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico**, v. 1, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2013, p.62-75. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/ebooks/Historias-do-pos-abolicao-no-mundo-atlantico.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 136-169.

Homenageada da Flica, Mãe Stella afirma: 'Se não registra, o vento leva'.

GELEDÉS, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homenageada-da-flica-mae-stella-afirma-se-nao-registra-o-vento-leva/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

ANEXO I - Dados dos funcionários negros analisados nessa pesquisa.

Nome	Data de Admissão	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Filiação	Estado Civil	Cargo	Salário	Endereço	Alfabetizado	Observação
Albano Francisco	10/08/1926	10/02/1899	Barra Mansa - RJ	Paulino Francisco e Maria Faustina	Casado	Ajudante	6\$900 por dia	Villa Bertioga	Sim	Distrito Água Rasa
Antonio Alves dos Reis	05/10/1925	27/09/1904	Bom Jardim - BA	Fermino Alves dos Reis e Maria Martin dos Reis	Solteiro	Engarrafador	1\$000 por hora	Rua Marina Crespi, 21	Sim	Mooca
Augusto Lima	03/08/1926	27/02/1888	Juiz de Fora	Manoel Lourenço Lima e Maria Sevirina	Casado	Servente de Pedreiro	900 por hora	Rua Ipanema, 382	Sim	Mooca
Antonio Soares	10/05/1911	13/06/1891	S. José do Barreiro - São Paulo	Bernardo Francisco Soares e Agida de Jesus	Casado	Operário	1\$200 por hora	Villa Bertioga, rua 3	Sim	Distrito Água Rasa
Aristides Franco	05/01/1924	16/12/1899	São Paulo	Antonio Franco Lima e Maria Franco Lima	Solteiro	Pintor	1\$000 por hora	Rua Doutor Almeida Lima, 99	Sim	Mooca
Antonio Joaquim	07/02/1927	15/10/1860	Mar - Bahia	Joaquim Augusto da Silva e Anna Maria da Conceição	Casado	Ajudante	7\$000 por dia	Rua Serra de Bragança, 29	Não	Tatuapé
Benedicto de Souza	19/08/1925	11/03/1902	São Paulo	Marco Miranda de Souza e Hortencia Miranda de Souza	Solteiro	Ajudante	6\$900 por dia	Rua Bento Pires, 16	Sim	Mooca
Benedicto José Pedro	23/04/1927	08/08/1891	Mogy Mirim - Estado de São Paulo	José Pedro e Brigida Maria da Conceição	Casado	Operário	0\$900 por hora	Rua João Antonio de Oliveira, 29	Não	Mooca
Benedicto Francisco Fortunato	13/12/1926	25/06/1905	Portugal	Francisco Sirino e Paulina Loba	Solteiro	Ajudante	7\$000 por dia	Rua Espírito Santo, 22	Sim	Aclimação

Benedicto Ignacio dos Santos	02/10/1926	01/02/1901	Jambeiro - Estado de São Paulo	Benedicto Antonio dos Santos e Precialiana Maria de Jesus	Casado	Ajudante	s/i	Rua Guaratinguetá, 14	Sim	Mooca
Benedicto Braz	14/06/1926	03/05/1897	Jaboticabal - Estado de São Paulo	José Braz e Maria Thereza	Casado	Chauffeur	410\$000	Rua Borges Figueiredo, 35	Sim	Mooca
Benedicto Costa	05/10/1923	15/04/1902	Porto Ferreira - Estado de São Paulo	Adriano Julião da Costa e Fermina Maria da Costa	Solteiro	Chauffeur	380\$000	Rua Doutor Almeida Lima, 177	Sim	Mooca
Cornelio Bento Felipe	05/10/1926	10/04/1904	Amparo - Estado de São Paulo	Bento Felipe e Florencia Rita	Casado	Ajudante	7\$000 por dia	Rua da Mooca, 394	Sim	Mooca
Capitulino de Mello	18/09/1923	15/07/1884	Marmin - Estado de Sergipe	Gonçalves de Mello e Mirena de Mello	Casado	Operário	0\$800 por hora	Rua Javary, 17	Sim	Mooca
Domingos Ramos de Aguiar	22/12/1926	07/04/1898	São Paulo	Affonso de Aguiar e Emilia de Aguiar	Casado	Ajudante	7\$000 por dia	Rua Mario Vicente, 2	Não	Vila Dom Pedro I
Edgar da Silva	26/03/1927	22/09/1906	São Paulo	Manoel José da Silva e Julia da Conceição	Solteiro	Ajudante de cocheira	7\$000 por dia	Rua S. Anna do Paraíso, 3	Sim	Liberdade
Elias Freitas da Silva	10/05/1922	04/05/1875	Barra Mansa - RJ	Manoel Freitas da Silva e Valentina Angelica da Silva	Casado	Carpinteiro	1\$400 por hora	Villa Cerqueira Cezar	Sim	Centro
Emilio Alves	09/11/1926	05/07/1890	Piracicaba - Estado de São Paulo	Izidoro de Carvalho e Sebastiana Maria Benedicta	Casado	Chauffeur	340\$000	Rua Serra Araraquara, 31	Sim	Itaquaquecetuba

Euclides Moreira	08/12/1911	07/09/1896	Lorena - Estado de São Paulo	Porphirio de Castro Moreira e Barbara Maria da Conceição	Casado	Operário	1\$100 por hora	Rua Marcial, 5	Sim	Mooca
Ezequiel Ramos	15/09/1926	08/04/1906	São Paulo	Florencio Guilherme e Sebastiana Rodrigues de Souza	Solteiro	Ajudante	7\$000 por dia	Rua Gomes Cardim 29, VI Mendes	Sim	Tatuapé
Fausto de Oliveira	13/03/1914	16/02/1889	Campinas - Estado de São Paulo	Julio de Oliveira e Anna de Oliveira	Casado	Chauffeur	410\$000	Rua D. Eliza de Oliveira, 13	Sim	Barra Funda
Francisco de Paula	05/11/1919	19/03/1902	Campinas - Estado de São Paulo	Marcelino de Paula e Belmira de Paula	Solteiro	Ajudante	7\$000 por dia	Rua da Mooca, 90 - Villa - casa 03	Não	Mooca
Izaltino Felicio Borba	07/09/1926	02/11/1892	São João de Atibaia - São Paulo	Antonio Borba e Vergilia Borba	Casado	Chauffeur	405\$000	Rua Rubino de Oliveira, 66	Sim	Brás
José Soares de Souza	07/12/1926	01/11/1903	Mineiros - Estado de São Paulo	Romão Soares de Souza e Barbara Soares	Casado	Lavador de garrafas	0\$900 por hora	Rua Turiassú, 46	Sim	Perdizes
José Emílio da Conceição	24/03/1927	16/12/1906	São Paulo	Jorge Emilio e Maria Eugenia Camargo	Solteiro	Pintor	1\$000 por hora	Rua Christino Vianna, 76	Sim	Pinheiros
José Evangelista Menezes	07/05/1920	15/06/1879	São Paulo	Manoel Evangelista Menezes e Francisca Rosa de Jesus	Casado	Selleiro	1.500 por hora	Rua João Antonio de Oliveira, 75	Sim	Mooca
José Gonçalves	18/02/1927	15/01/1901	Distrito da Sé - Bahia	Augusto Gonçalves e Leopoldina Gonçalves	Solteiro	Ajudante	7\$000 por dia	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Sim	Mooca

José Alves Monteiro	09/12/1926	31/12/1900	São Paulo	Antonio Alves Monteiro e Maria Francisca Monteiro	Casado	Funileiro	1\$600 por hora	Rua Augusta, 571	Sim	Centro
José Maria dos Santos	05/10/1926	07/06/1895	Lorena - Estado de São Paulo	Antonio Pedro dos Santos e Precilina Maria de Jesus	Casado	Chauffeur	340\$000	Rua do Hypododromo, 100	Sim	Brás
José Pedro	06/12/1924	30/09/1901	Amparo - Estado de São Paulo	Benedicto José Pedro e Izaltina Rita	Solteiro	Ajudante	s/i	Rua Guaratinguetá, 29	Sim	Mooca
Joaquim Custódio	11/02/1925	11/02/1911	Ribeirão Bonito - Estado de São Paulo	Sebastião Custódio e Idalina Custódio	Solteiro	Operário	0\$520 por hora	Rua Guaratinguetá, 40	Sim	Mooca
Joaquim Lourenço	30/07/1919	08/10/1902	Mococa - Estado de São Paulo	Ouzarias Lourenço e Rita Clara	Casado	Ajudante	8\$500 por dia	Rua Guaratinguetá, 32	Sim	Mooca
Joaquim Silveira	24/08/1925	03/05/1898	Amparo - Estado de São Paulo	Porphirio da Silveira e Maria da Silveira	Casado	Ajudante	6\$900 por dia	Rua João Caetano, 18	Sim	Mooca
João Antonio Rosario	17/03/1927	06/01/1875	Guarulhos - Estado de São Paulo	Natural e Maria Benedicta do Rosario	Casado	Operário	0\$900 por hora	Rua Sta Catharina, 41 - S.Caetano	Sim	São Caetano
João Galdino dos Santos	02/06/1927	15/01/1880	Bahia	Felippe Galdino dos Santos e Felippa Galdino dos Santos	Casado	Operário	0\$900 por hora	Cambucy - Rua B, 21	Sim	Cambuci

João Chrispim	06/04/1926	19/10/1909	Rio de Janeiro	Antonio Chrispim e Eugenia Chrispim	Solteiro	Escripturnario	200\$00	Rua Joaquim Carlos, 132	Sim	Brás
João Fortunato Mathias	01/07/1923	30/06/1891	Batataes - Estado de São Paulo	Fortunato Mathias e Maria Angelica Mathias	Casado	Cocheiro	285\$000	Rua Caio Graccho, 33	Sim	Provavelmente Rua Caio Graco na Pompeia
João Paulo Rodrigues	16/11/1926	23/06/1904	Bahia - S. Salvador	José Theodoro Rodrigues e Maria Mercedes Souza	Solteiro	Ajudante	7\$000 por dia	Rua Doutor Almeida Lima, 271	Sim	Mooca
José Raymundo	10/10/1923	08/06/1904	Pouso Alegre - Minas Geraes	Raymundo de Oliveira e Rita de Oliveira	Solteiro	Ajudante	8\$000 por dia	Rua Helvetia, 122	Sim	Campos Elíseos
Luiz Bento	13/07/1922	26/02/1901	Amparo - Estado de São Paulo	Bento José Felipe e Florencia Rita	Solteiro	Servente	0\$900 por hora	Rua João Antonio de Oliveira, 113	Sim	Mooca
Martinho Rodrigues	04/10/1926	11/11/1904	Bom Jardim - BA	Pelegrino José Rodrigues e Alcina Rodrigues	Solteiro	Ajudante	7\$000 por dia	Rua Marina Crespi, 21	Sim	Mooca
Napoleão da Silva	08/02/1909	04/1882	S. José do Barreiro - São Paulo	Possidonio da Silva e Nicolina da Silva	Casado	Operário	0\$900 por hora	Villa Bertioga	Sim	Distrito Água Rasa
Octavio d' Oliveira	25/02/1925	10/12/1890	S. José do Barreiro - São Paulo	Solano Lopes e Balbina Lopes	Casado	Operário	0\$950 por hora	Rua Catharina Braidá, 7	Sim	Mooca

Oscar Domingos Ferreira	30/11/1926	08/12/1898	São Paulo	Domingos Ferreira e Izabel Leopoldina	Casado	Ajudante	s/i	Rua Fernão Dias, 129	Sim	Pinheiros
Ovidio Venancio	05/08/1925	20/11/1904	Barra Mansa - RJ	Venancio Sintilhano e Anna Maria Faustina	Casado	Ajudante	6\$900 por dia	Villa Bertioga	Sim	Distrito Água Rasa
Ozorio Romano	25/12/1911	20/01/1886	Espírito Santo do Pinhal - Estado de São Paulo	Luiz Romano e Joanna Romano	Casado	Fiscal	550\$000	Rua Luiz Gama, 76 a	Sim	Cambuci
Raul Alves Ferreira	02/02/1927	03/05/1888	Campanha - Estado Minas Geraes	Jeronymo Alves Ferreira e Cezaria Alves Ferreira	Casado	Chauffeur	340\$000	Rua João Antonio de Oliveira, 121	Sim	Mooca
Roberto de Oliveira Salles	27/08/1925	27/03/1901	São Paulo	João Oliveira Salles e Maria Eugenia Camargo	Casado	Marceneiro	1\$400 por hora	Rua Christiano Vianna, 76	Sim	Pinheiros
Sebastião Pedro	02/06/1927	29/06/1902	Amparo - Estado de São Paulo	Benedicto Pedro e Esandinha Pedro	Casado	Operário	0\$900 por hora	Rua Guaratinguetá, 29	Sim	Mooca
Vital Candido	05/01/1925	11/12/1908	Jambeiro - Estado de São Paulo	Calisto Candido Moreira e Maria Olegario de Jesus	Solteiro	Ajudante	242\$000	Rua Guaratinguetá, 14	Sim	Mooca

Fonte: Elaboração da Autora.